

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

132

SALVADOR • MAIO DE 2005



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior
Edmundo Sá Barreto Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA

Alynson dos Santos Rocha
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Rosângela Ferreira Conceição
Nícia Moreira da Silva Santos

NORMALIZAÇÃO

Coordenação de Documentação e Biblioteca

REVISÃO

Dina Beck

PRODUÇÃO GRÁFICA

Dadá Marques
Fabiana Faria

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

EGBA - Empresa Gráfica da Bahia

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2005

Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br

Sumário

Economia em Destaque

Panorama da economia e o comércio exterior: desempenho e perspectivas

Fabiana Pacheco

João Paulo C. Santos

Roberta Lourenço 4

Conjuntura Econômica Baiana 10

Artigos

Conjuntura brasileira: ritmo de crescimento perde fôlego e comércio varejista começa a emitir sinal de alerta

João Augusto Pessoa Lepikson

Antônio Plínio Pires de Moura 20

A controvérsia acerca do setor informal: formas de participação na produção e definição de políticas públicas

Thaiz Silveira Braga 27

A articulação entre capital financeiro e políticas neoliberais na economia brasileira contemporânea

Antônio de Pádua Melo Neto

Roberto Conceição dos Santos 35

Livre mercado de energia elétrica no Brasil: reflexos do novo modelo setorial

Ivana Maria Oliveira Maciel

Laucides Damasceno Almeida 41

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos irão gerar cerca de 66 mil empregos 46

Notícias 50

Legislação 53

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 55

Indicadores Sociais 61

Finanças Públicas 67

Carta do Editor

Os livros-texto de Macroeconomia afirmam que uma das metas da política econômica é buscar, sempre que possível, o equilíbrio interno (pleno emprego e estabilidade de preços) e o equilíbrio externo (conta corrente do balanço de pagamentos).

Os dados disponíveis mostram que a economia brasileira caminha na direção do equilíbrio externo. O saldo em conta corrente registrou, em março, superávit de US\$ 1,76 bilhão, equivalente a 2,1% do PIB, impulsionado pelas exportações. Esse resultado contribui para a redução da vulnerabilidade externa, que vem ocorrendo desde 2003, e para atração de investimentos diretos estrangeiros.

Por outro lado, o equilíbrio interno, principalmente o nível de emprego, que vem sendo sacrificado às custas da estabilidade de preços, parece estar longe de ser alcançado. A taxa de desemprego cresceu nos primeiros três meses e o nível de atividade está em processo de acomodação. Nesta edição da C & P, o artigo de Plínio Moura e João Augusto Lepikson, do Núcleo de Estudos Conjunturais da UFBA, apresenta com mais detalhes a conjuntura econômica e a acomodação da atividade econômica nesses primeiros meses de 2005.

Essa desaceleração já preocupa o governo, diante da projeção do IPEA para a taxa de crescimento do PIB, em 2005, que passou de 3,8% para 3,5% e, portanto, pretende adotar medidas para incentivar a produção e o investimento, como a redução de alíquotas de impostos, aumento do crédito para pequenas empresas e isenção do IPI sobre bens de capital.

Os indicadores conjunturais da Bahia apontam para uma trajetória mais otimista, em razão da expansão da agricultura, da indústria de transformação e do comércio varejista, cujas taxas de crescimento foram superiores às do Brasil nesses primeiros meses do ano. Além da maturação de alguns importantes projetos, que contribuirão para o aumento da capacidade produtiva da economia baiana. Esses fatores podem assegurar, mais uma vez, o crescimento do PIB da Bahia superior ao do Brasil, em 2005.

Portanto, havendo uma estabilidade da taxa básica de juros nos próximos meses, a Selic, que encontra-se no patamar de 19,5%, e a taxa de câmbio se desvalorizar suavemente, a recente acomodação no nível de atividade pode dar lugar a uma expansão em que se eleve, novamente, a taxa de emprego e do rendimento, embora longe de um equilíbrio interno ou crescimento sustentável. Este só é possível com níveis de investimento acima de 22% do PIB que, no momento, o Brasil está longe de atingir.

Panorama da economia e o comércio exterior: desempenho e perspectivas

Fabiana Pacheco*

Roberta Lourenço**

João Paulo C. Santos***

Indústria brasileira

A política econômica colocada em prática ao longo dos últimos meses foi direcionada para a necessidade de se reduzir o ritmo de expansão da demanda e desarmar as pressões que ameaçavam a trajetória de inflação de 2005. Porém, os indicadores macroeconômicos seguem evidenciando o crescimento da economia brasileira.

Mesmo registrando desempenho relativamente mais modesto, a indústria, nos primeiros meses de 2005, continua liderando o processo de crescimento, com a produção de bens de consumo em geral tendo papel decisivo. Na avaliação do Produto Interno Bruto (PIB), o IPEA (2005) projeta para 2005 um crescimento de 3,5%, com a expansão do consumo em 3,4%, confirmando a continuidade do mercado interno como motor de crescimento. Por setor, o nível de atividade econômica apresentou as seguintes projeções: agropecuária, 4,1%; indústria de transformação, 6,0%; indústria, 6,3%; serviços, 3,8%; e comércio, 7,1%.

A incorporação dos primeiros resultados para a indústria, em 2005, revela a continuidade do processo de expansão, porém com acomodação do ritmo de crescimento. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a produção do se-

tor industrial registrou, no acumulado do primeiro bimestre, um acréscimo de 5,2%. Das vinte e duas atividades com expansão, nesse primeiro bimestre, as indústrias de veículos e automotores (14,7%), de edição e impressão (18,9%) e de material eletrônico e equipamentos de comunicações (19,2%) tiveram os resultados mais significativos sobre o resultado global. O desempenho do setor de refino de petróleo e produção de álcool (-3,5%) apresentou o maior resultado negativo.

O menor ritmo de expansão na indústria já era esperado, na medida que os fatores que impulsionaram a recuperação inicial do setor tornaram-se gradativamente menores e o nível de utilização da capacidade instalada atingiu patamares elevados (BACEN, 2005).

O nível de utilização da capacidade instalada, calculada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), após o recorde de 85,2% em outubro, apresentou tendência declinante no trimestre seguinte, alcançando 84,5% em janeiro de 2005, de acordo com dados sazonalizados. Ressalta-se que esse comportamento refletiu, em parte, a maturação dos investimentos realizados a partir do terceiro trimestre de 2003 (BACEN, 2005).

Sendo assim, os indicadores industriais mostram, ainda, um patamar produtivo em elevação, porém com uma acomodação do ritmo de expansão, o que é compatível com a perspectiva de crescimento sustentado. A evolução favorável das expectativas setoriais, a continuidade do crescimento das exportações, bem como a ampliação dos efeitos da recuperação da renda são fatores que reforçam

* Técnico da SEI. Economista pela UFBA.

** Economista. Mestrando em Análise Regional pela UNIFACS.

*** Técnico da SEI. Economista e mestrando em economia pela UFBA.

a tendência positiva de manutenção para o desempenho da indústria nos próximos meses (IPEA, 2005).

No setor externo, a balança comercial do Brasil, no primeiro trimestre de 2005, alcançou um superávit de US\$ 8,3 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 24,4 bilhões e importações de US\$ 16,1 bilhões, conforme os dados da Tabela 1. Em relação ao primeiro

Tabela 1 Balança Comercial: Brasil, Jan-Mar/05			(Valores em US\$ 1.000 FOB)
Discriminação	2004	2005	Var. %
Exportações	19.448.276	24.451.131	25,7
Importações	13.314.739	16.133.442	21,2
Saldo	6.134.276	8.317.689	-
Corrente de Comércio	32.763.015	40.584.573	23,9

Fonte: MDIC

trimestre de 2004, as exportações registraram uma alta de 25,7% e, as importações, de 21,2%, confirmando a tendência de crescimento do comércio exterior do país. A corrente de comércio acumula US\$ 40,6 bilhões, com uma taxa 23,9% superior ao primeiro trimestre de 2004.

No que concerne às exportações por fator agregado, verifica-se crescimento de 35,9% nos produtos industrializados, enquanto que as exportações de produtos básicos cresceram apenas 1,7%. Dentro da categoria

de produtos industrializados, ressaltar-se o crescimento de 37,7% nas exportações dos produtos manufaturados, os quais possuem maior valor agregado e que correspondem, atualmente, a 58,5% da pauta de exportações. Apesar dessa pauta de exportações ser representada em 75,0% por produtos industrializados, a maioria desses produtos são *commodities* industriais, o que indica a dependência do Brasil, ainda, a produtos com baixo valor agregado. Basta observar que dentre os 10 principais produtos exportados, no primeiro trimestre, oito correspondem a *commodities*. Com relação ao crescimento das exportações de produtos básicos, destaca-se os produtos agrícolas, onde há uma tendência de estagnação do crescimento, salvo a ocorrência de eventos específicos, tais como a queda de barreiras a produtos agrícolas na Europa, Estados Unidos e Japão, como, por exemplo, a recente queda da barreira americana ao algodão brasileiro (CAI..., 2005). Dessa forma, as perspectivas futuras para o crescimento das exportações residem na agregação de valor aos produtos, bem como na promoção de políticas que visem a incentivar e dinamizar as exportações brasileiras.

Como citado anteriormente, além do crescimento das exportações, no 1º trimestre de 2005, também as importações continuam a apresentar crescimento significativo. De acordo com os dados do MDIC (Tabela 3), as importações por fator agregado cresceram 21,2%. Em contraste com as exportações, percebe-se que há um equilíbrio entre o crescimento das importações de produtos básicos e de industrializados, 26,2% e 20,1%, respectivamente.

Tabela 2 Exportações por fator agregado: Brasil, Jan-Mar/04 - Jan-Mar/05			(Valores em US\$ 1.000 FOB)
Discriminação	2004	2005	Var. %
(A) Produtos básicos	5.808.656	5.908.237	1,7
(B) Produtos Industrializados	13.325.924	18.108.071	35,9
Semimanufaturados	2.936.764	3.802.781	29,5
Manufaturados	10.389.163	14.305.290	37,7
(C) Operações especiais	313.696	434.823	38,6
Total A+B+C	19.448.276	24.451.131	25,7

Fonte: MDIC

Tabela 3 Importações por fator agregado: Brasil, Jan-Mar/04 - Jan-Mar/05			(Valores em US\$ 1.000 FOB)
Discriminação	2004	2005	Var. %
(A) Produtos básicos	2.340.978	2.953.165	26,2
(B) Produtos Industrializados	10.973.761	13.180.277	20,1
Semimanufaturados	614.569	670.427	9,1
Manufaturados	10.359.192	12.509.850	20,8
(C) Operações especiais	0	0	-
Total A+B+C	13.314.739	16.133.442	21,2

Fonte: MDIC

Segundo o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), a recuperação das exportações e o seu dinamismo seguem a tendência do movimento de preços e a forte evolução em volume do comércio mundial, fato que beneficia países exportadores de commodities primárias e industriais.

Para as importações, o IEDI (2005) afirma que o início de 2005 parecia apresentar uma tendência explosiva de crescimento, mas fevereiro registrou queda de 5,5% (em relação a janeiro de 2005), ao passo que, em março, voltou a recuperar, com taxa crescente de 18,8% (em relação a fevereiro de 2005). Contudo, o volume de importações tende a apresentar as consequências de uma desaceleração industrial nos últimos meses.

Apesar de ainda se verificar um comportamento positivo da balança comercial brasileira, fatores macroeconômicos, como desvalorização do dólar em relação ao real e desaquecimento da economia global, tendem a afetar negativamente a continuidade desse ritmo. Por outro lado, a abertura de novos mercados, a agregação de valor e o baixo custo de se produzir no Brasil são fatores que afetam positivamente a balança comercial.

Comércio exterior baiano mantém ritmo de crescimento

O comércio exterior baiano, no primeiro trimestre, registrou um superávit de US\$ 374,9 milhões, resultado de exportações no valor de US\$ 1 bilhão e de importações de US\$ 721 milhões. As exportações apresentaram taxa de crescimento de aproximadamente 50% em relação ao primeiro trimestre de 2004, alcançando cerca de 4,5% do total das vendas externas brasileiras no período.

De acordo com a PROMO (2005), o desempenho positivo das exportações decorre da forte demanda externa, fruto da continuidade do crescimento da economia mundial, principalmente nos EUA e China, além dos preços favoráveis das commodities agrícolas. Destaca-se a forte elevação nos preços das commodities não-agrícolas, como minérios e petróleo.

O florescimento das exportações baianas é decorrente de uma maior diversificação da matriz industrial do estado, onde a implementação de novas unidades produtoras trouxeram à pauta novos bens de consumo final, com maior valor agregado. Apesar dessas mudanças, os bens intermediários ainda são a base das exportações baianas, os quais detêm a maior parcela no volume exportado.

Tabela 4
Balança Comercial: Bahia, Jan-Mar/05
(Valores em US\$ 1.000 FOB)

Discriminação	2004	2005	Var. %
Exportações	732.716	1.096.066	49,59
Importações	575.710	721.087	25,25
Saldo	157.006	374.979	-
Corrente de Comércio	1.308.426	1.817.153	38,88

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 18/04/2005

Elaboração: Promo - Centro Internacional de Negócios da Bahia

Obs.: Importações efetivas, dados preliminares.

As importações continuam em ritmo de crescimento, principalmente nos segmentos produtivos voltados para a exportação, a exemplo do crescimento de 13,8% nas importações de bens de capital. Esse desempenho indica que as empresas continuam investindo para ampliar a capacidade instalada na economia, bem como buscando fornecedores externos que permitam aumentar a competitividade de seus produtos nas operações externas (PROMO, 2005). No período, o destaque foi o crescimento nas importações de combustíveis e lubrificantes (239,0%).

Tabela 5
Importações por categoria de uso: Bahia, Jan-Mar/04 - Jan-Mar/05
(Valores em US\$ 1.000 FOB)

Discriminação	2004	2005	Var. %
Bens intermediários	391.396	419.369	7,1
Comb. e lubrificantes	43.058	145.969	239,0
Bens de capital	86.181	98.059	13,8
Bens de consumo não-duráveis	48.809	49.603	1,6
Bens de consumo duráveis	6.266	8.087	29,1
Total	575.710	721.087	25,3

Fonte: MDIC

Nas exportações por segmento de produtos, conforme a Tabela 5, destacaram-se os químicos e petroquímicos, com US\$ 313,7 milhões, registrando um crescimento de 78,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Espera-se que o setor mantenha a tendência de crescimento, apesar dos riscos relacionados à alta dos preços das matérias-primas (nafta).

Outro destaque foi o segmento automotivo, que registrou um crescimento de 72,3% no trimestre. As exportações alcançaram US\$ 216,5 milhões. A expectativa positiva para o setor está atrelada a fatores macroeconômicos, como juros mais altos, e a desvalorização do dólar, que tendem a contribuir para um cenário menos otimista.

O segmento metalúrgico cresceu 72,5% no período, alcançando US\$ 146 milhões no trimestre. Os demais segmentos que registraram desempenho positivo nesse período foram: derivados de petróleo (56,1%); e grãos, óleos e ceras vegetais (85,8%).

O setor de derivados de petróleo registrou variação de 56,4% no 1º trimestre. Esse crescimento é resultado, sobretudo, da alta nos preços do petróleo, que atingiu o recorde de US\$ 57,60/barril (PROMO, 2005). A maior contribuição no setor veio das exportações de fuel-oil (óleo combustível), de 69,3% - que representa 84,3% de todas as exportações deste setor.

indicam, ao lado do segmento automotivo, a maior dinamização e, sobretudo, a agregação de valor das exportações baianas.

De acordo com as exportações por países, destaca-se o México como principal importador de automóveis, com um crescimento de 93,2%, e a Argentina como principal comprador de petroquímicos, com 25,8%. Os Estados Unidos, que representam o terceiro maior mercado, tiveram variação de 11,1%. A China encontra-se na sétima posição como maior mercado e destaca-se como tradicional comprador de celulose, cobre e petroquímicos, apesar de registrar uma taxa negativa de 6,4% no trimestre.

Tabela 6
Exportações dos principais segmentos. Bahia, Jan-Mar/04 - Jan-Mar/05

Segmentos	(Valores em US\$ 1.000 FOB)		Var. %	PART. %
	2004	2005		
Químicos e petroquímicos	176.117	313.735	78,14	28,62
Automotivo	125.682	216.527	72,28	19,75
Metalúrgicos	84.630	146.040	72,56	13,32
Derivados de petróleo	72.407	113.007	56,07	10,31
Papel e celulose	69.372	63.267	-8,80	5,77
Cacau e derivados	44.034	48.128	9,30	4,39
Minerais	29.090	33.485	15,11	3,06
Café e especiarias	18.831	22.677	20,42	2,07
Grãos, óleos e ceras vegetais	10.109	18.786	85,83	1,71
Couros e peles	16.081	17.081	6,22	1,56
Calçados e suas partes	13.126	16.059	22,34	1,47
Sisal e derivados	20.514	15.870	-22,64	1,45
Móveis e semelhantes	9.202	13.946	51,55	1,27
Algodão e seus subprodutos	2.622	9.221	251,68	0,84
Máq., aparelhos e mat. elétricos	5.889	7.987	35,63	0,73
Frutas e suas preparações	4.464	7.043	57,77	0,64
Pesca e aquicultura	6.002	4.377	-27,07	0,40
Fumo e derivados	3.404	3.076	-9,64	0,28
Demais segmentos	21.140	25.754	21,83	2,35
Total	732.716	1.096.066	49,59	100,00

Fonte: MDIC/Secex - dados coletados em 18/04/2005
Elaboração: Promo - Centro Internacional de Negócios da Bahia

O segmento grãos, óleos e ceras vegetais registrou crescimento de 85,8%, sendo que o item bagaço/resíduos sólidos da extração de soja apresentou o maior crescimento (78,5%).

Como novos componentes da pauta de exportações, os segmentos calçados e suas partes, móveis e semelhantes e máquinas e aparelhos e materiais elétricos, registraram crescimento de 22,3%, 51,5% e 35,6%, respectivamente. Apesar de, juntos, representarem apenas 2,47% do valor total das exportações, esses segmentos

Já as importações foram, em sua maior parte, originárias da Argélia, principal fornecedor de petróleo ao estado, com um crescimento de 158,7%.

A perspectiva para o bom desempenho da balança comercial baiana está atrelada ao desempenho da balança comercial brasileira que, por sua vez, está condicionada a fatores externos, como demanda internacional de commodities, oscilações nos preços das commodities agrícolas e industriais, crescimento econômico da China e déficit comercial dos Estados Unidos.

Entretanto, novas ações para fortalecer as exportações baianas, como o BahiaExport – parceria formalizada entre a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração e o Banco do Brasil –, facilitaram as exportações de micro, pequenas e médias empresas, através do Balcão de Comércio Exterior do Banco do Brasil (SICM..., 2005). Além disso, a queda da barreira ao algodão brasileiro tende a favorecer positivamente a balança comercial baiana, visto que a Bahia coloca-se na 2ª posição no ranking brasileiro.

Dessa forma, o crescimento das exportações baianas, apesar de estar atrelado ao desempenho do comércio exterior brasileiro, bem como à conjuntura internacional, tende a uma maior dinamização, na medida em que se buscar, não somente por novos mercados, mas, também, maior apoio interno, tanto no sentido de facilitar o processo de exportação, quanto na busca de novas tecnologias que ajudem a agregar valor aos produtos exportados pelo estado.

Considerações Finais

A partir da análise dos indicadores da indústria e do comércio exterior das economias brasileira e baiana, em 2005, pode-se observar que o crescimento das duas mantém-se e é contínuo, porém em ritmo mais lento que em 2004. De fato, os setores industrial e de comércio exterior continuam apresentando taxas de crescimento positivas, apesar da ameaça constante de fatores que podem vir a ser obstáculos para o desempenho da economia em 2005, como a alta da inflação e das taxas de juros e o câmbio desfavorável, que podem vir a prejudicar o nível das exportações, como também um menor crescimento da economia internacional. Ademais, expectativas quanto a uma possível redução na taxa de juros, bem como na carga tributária, além de políticas voltadas para a indústria e o comércio exterior, se apresentam como fatores que viabilizam a continuidade do crescimento da economia brasileira, refletindo-se, também, na economia baiana.

Referências

- BACEN. *Relatório de Inflação*, mar 2005. Disponível em <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2005.
- BALANÇA bate recorde semanal; superávit acumula US\$ 9,7 bi. *Jornal Gazeta Mercantil*, p. A-3, 12 abr 2005.
- BELLUZO, L. Gonzaga;. CARNEIRO, Ricardo. A insustentável leveza do crescimento. *Política econômica em foco 4*. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em: 15 dez. 2004.
- BRASIL cresce menos que resto do mundo em 2005, diz FMI. *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno Dinheiro, p. B4, 13 abr. 2005.
- BRASKEM investirá R\$ 754,76 milhões. *Correio da Bahia*. 19 abr. 2005. Disponível em: <http://www.bahiainvest.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2005.
- CAI barreira ao algodão brasileiro. *A Tarde*. 09 mar. 2005. Disponível em: <http://www.promoba.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2005.
- FIEB. *Acompanhamento Conjuntural*. abr. 2005. Disponível em: <http://www.fieb.org.br>. Capturado em: 20 abr. 2005.
- IBGE. *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola*, mar. 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2005. SPA.
- IBGE. *Pesquisa Industrial Mensal*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 05.
- IBGE. *Pesquisa Mensal de Comércio*, fev. 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2005.
- IBGE. *Pesquisa Mensal do Emprego*, fev. 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2005.
- IPEA. *Boletim de Conjuntura*, n. 68, mar. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 20 abr. 2005.
- MDIC. *Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em 26 abr. 2005.
- MERCADO eleva de novo a projeção de inflação. *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno Dinheiro, p. B3, 12 abr. 2005.
- PELA primeira vez, projeção para o IPCA em 2005 ultrapassa 6%. *Jornal Gazeta Mercantil*, p. A-4, 12 abr. 2005.
- PROMO. *Resultados do comércio exterior*. Disponível em: <http://www.promoba.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2005.
- RENDIMENTO fecha com queda em 2004, mas massa de salários cresce. *GRC Visão*. Disponível em: <http://www.globalinvest.com.br>. Acesso em 20 abr. 2005.
- SETOR produtivo da Bahia cresce e atrai novos investimentos ao estado. *Diário Oficial da Bahia*. 17 fev. 2005. Disponível em: <http://www.bahiainvest.com.br>. Acesso em 20 abr. 2005.
- SICM e Banco do Brasil atuam para fortalecer exportações. *Diário Oficial da Bahia*. 11 abr. 2005. Disponível em: <http://www.egba.ba.gov.br/diariooficial>. Acesso em 26 abr. 2005.
- VERACEL começa a operar em junho na Bahia. *Correio da Bahia*, 14 fev. 2005. Disponível em: <http://www.bahiainvest.com.br>. Acesso em 20 abr. 2005. ■

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.

Informações: **www.sei.ba.gov.br**

E-mail: conjunturaeplanejamento@sei.ba.gov.br



Conjuntura Econômica Baiana

No mês de fevereiro de 2005, os principais indicadores da economia baiana apontaram a continuidade do crescimento registrado durante o ano de 2004. Apesar de se verificar taxas positivas no crescimento da indústria, comércio varejista, comércio exterior e movimentação econômica, as mesmas se dão em níveis inferiores aos de 2004.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em fevereiro de 2005, variação positiva de 4,5%, em relação a fevereiro de 2004. No ano, a indústria acumulou crescimento de 6,1% na comparação com o mesmo período de 2004. As indústrias de produtos químicos (14,3%), de alimentos e bebidas (24,2%) e de veículos automotores (63,3%) são os setores que apresentam as maiores taxas no acumulado do ano. Os setores de refino de petróleo e álcool (-7,4%) e metalurgia básica (-6,4%) são os setores que registram queda no acumulado do ano.

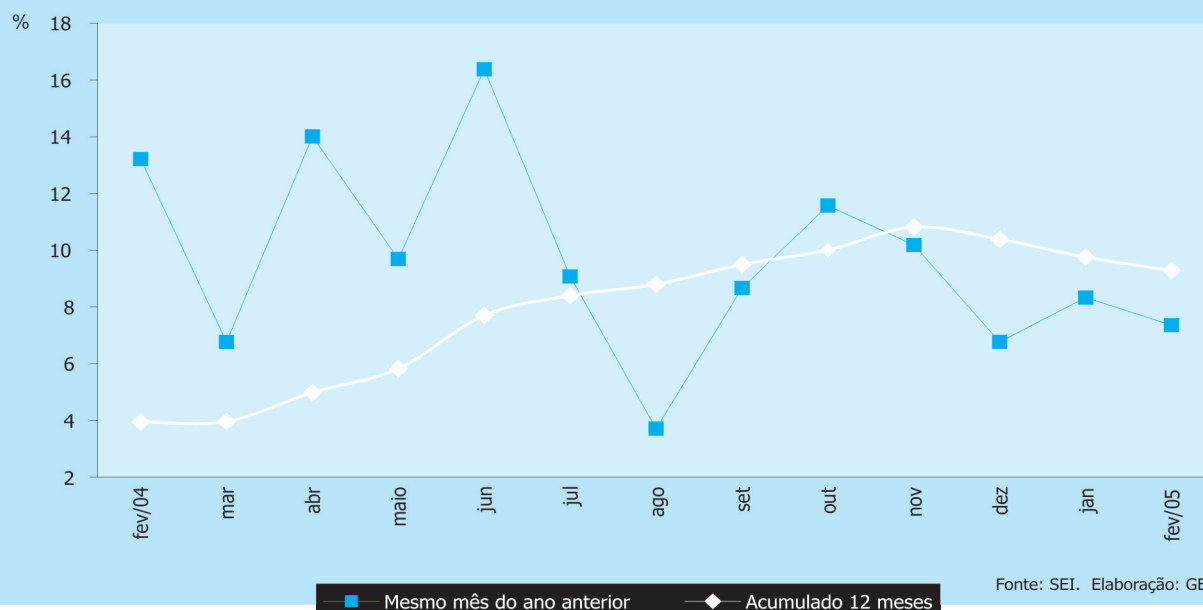
O comércio exterior, de janeiro a março de 2005, registrou crescimento de 49,6% nas exportações e 25,3% nas importações, confirmando o bom desempenho da balança comercial. Segundo os dados do MDIC, no primeiro trimestre de 2005, as exportações baianas somaram US\$ 1.096 bilhão e as importações US\$ 721.087 milhões, gerando um superávit de US\$ 374.979 milhões.

O comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 7,8% no acumulado do ano. Os segmentos que apresentam as maiores taxas de crescimento no ano são: móveis e eletrodomésticos (46,7%); equipamentos e materiais para escritório (37,7%) e tecidos e vestuários (10,6%). O segmento veículos e móveis registra crescimento de 17,5% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, que registrou inflação de 0,4% em março, teve aumento em abril, apresentando taxa de 0,5%. No período de janeiro a abril, Salvador acumula alta nos preços de 2,0%. Nesse mesmo período, em 2004, o IPC-SEI apresentava taxa de 2,5%. Todos os grupos possuem taxa acima da inflação geral, nos primeiros quatro meses de 2005, exceto: saúde e cuidados pessoais (1,9%), vestuário (1,3%) e transporte e comunicação que teve deflação de 0,5%.

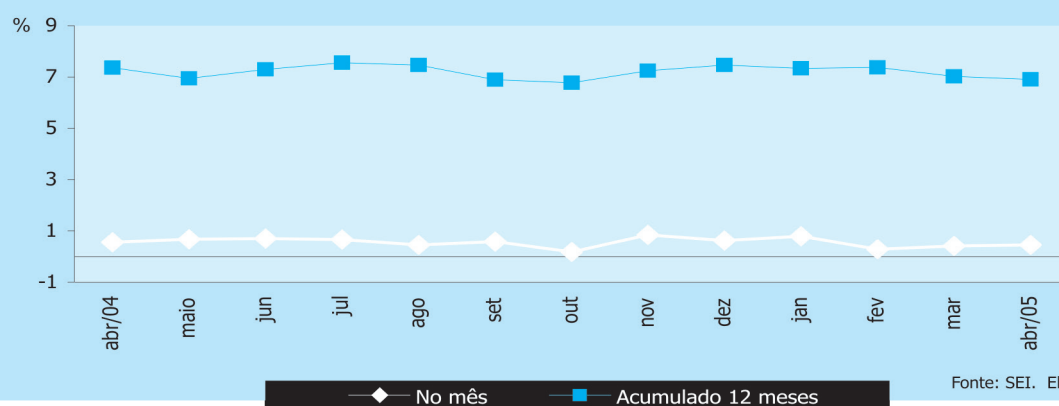
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou março com taxa de desemprego em 25,4% e média anual de 24,9%. No mês, 1.256 milhão de pessoas declararam estar exercendo alguma atividade econômica. Com relação ao rendimento, este acumula queda de 1,5% no acumulado do ano até fevereiro. ■

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador

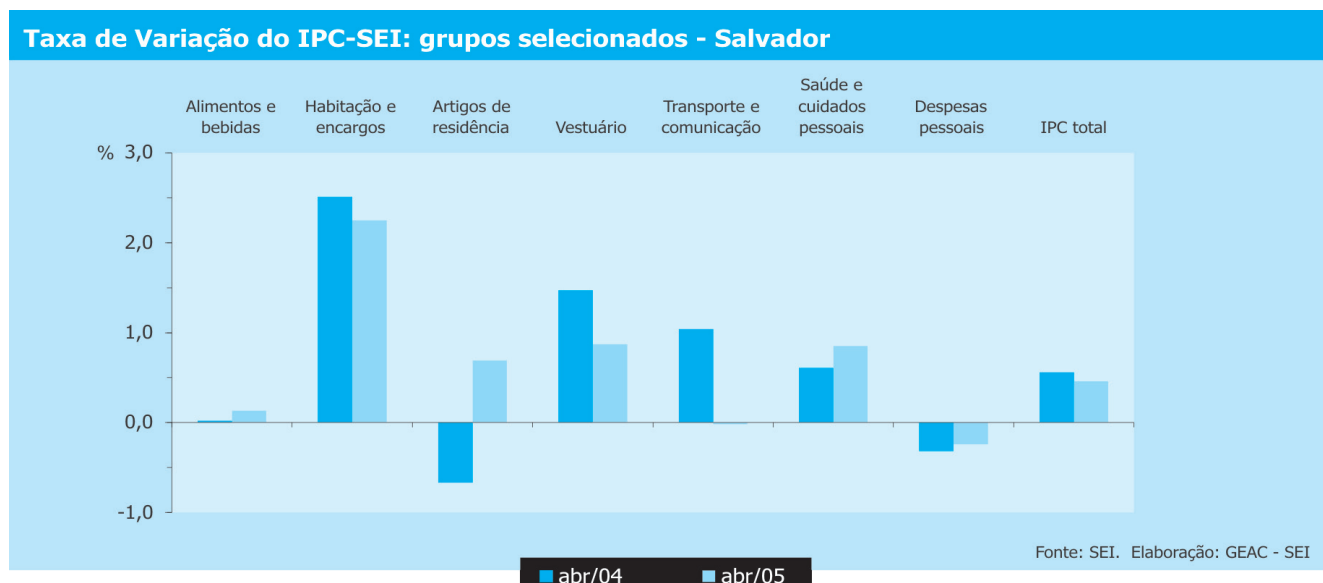


Em fevereiro, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC, cresceu 7,4%, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Já na comparação com o mês de janeiro de 2005, houve queda de 2,0%. Analisando-se o índice no acumulado dos doze meses, percebe-se que a curva indica a tendência de queda na atividade, iniciada desde novembro de 2004. Em fevereiro, o IMEC fechou o acumulado dos doze meses em 9,3%, contra 9,8% em janeiro.

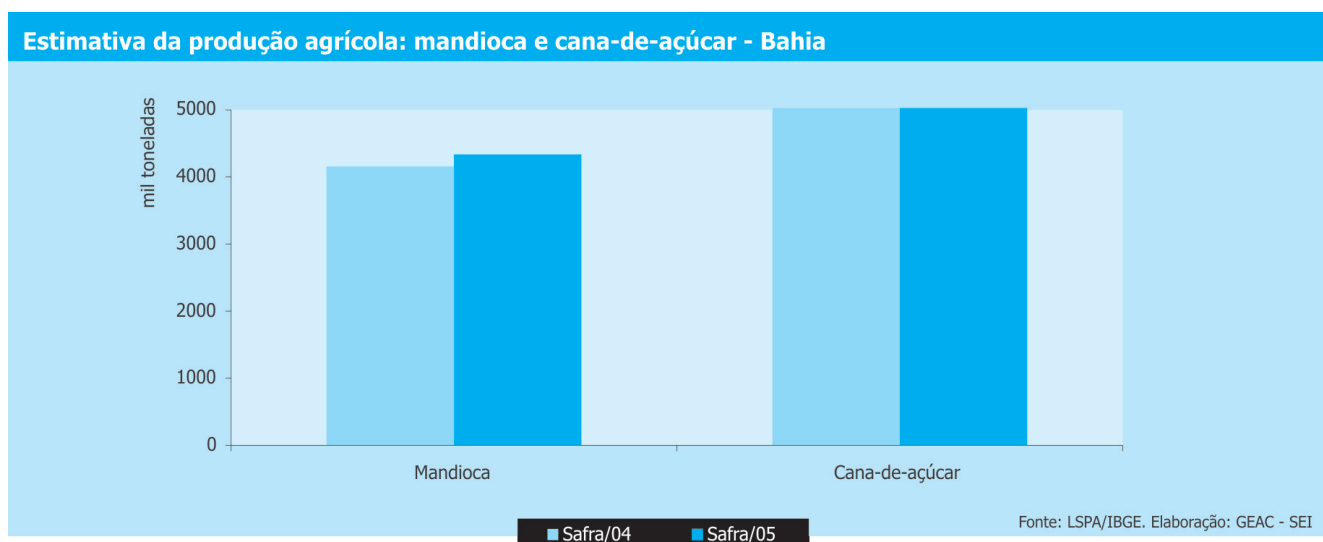
Taxa de variação do IPC-SEI - Salvador



No mês de abril, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,5%, superior à do mês de março, quando foi de 0,4%. Com esse resultado, o índice acumula, nos 12 meses, alta de 6,9%. Transporte e comunicação (10,7%) e alimentos e bebidas (4,0%) são os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já artigos de residência (5,8%) foi o grupo que menos pressionou na formação do índice.

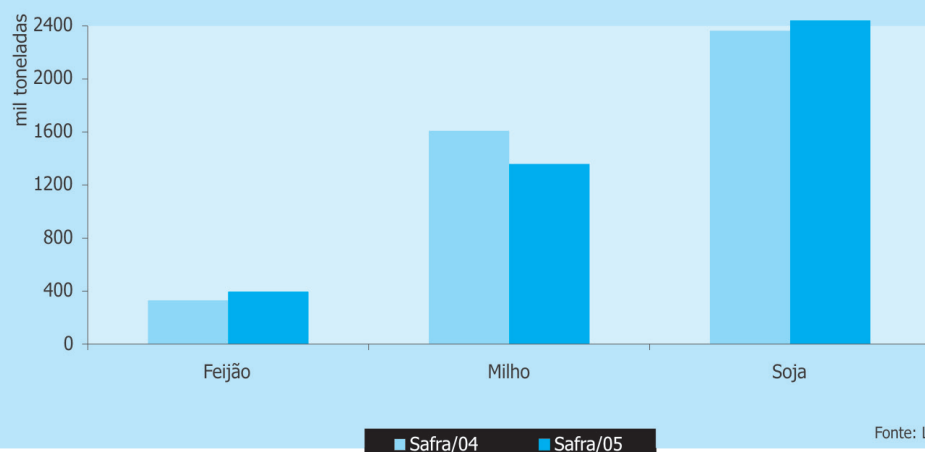


Os grupos de habitação e encargos (2,3%) e de vestuário (0,9%) apresentaram, em abril, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens aluguel residencial (3,2%), energia elétrica residencial (5,6%) e sapato feminino (9,0%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, os grupos de transporte e comunicação (-0,02%) e despesas pessoais tiveram deflação, em decorrência da taxa negativa dos itens gasolina (-3,1%), álcool combustível (-0,6%) e diárias de hotel (-2,1%).



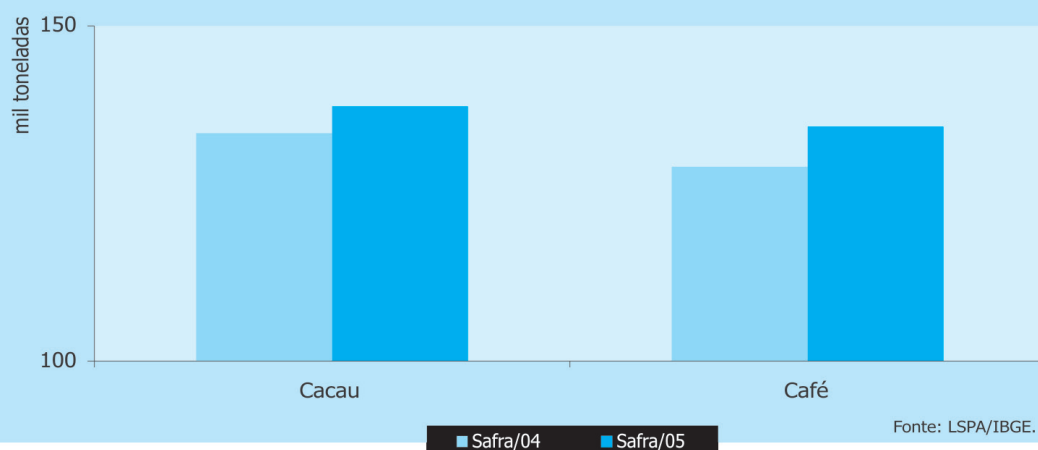
As estimativas para a safra baiana, realizadas em abril de 2005 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), indicam elevação de 4,3% da safra de mandioca. A expectativa positiva é acompanhada de preocupações com a maior incidência da praga tanajá que pode impactar a produção no Estado. Para a cana-de-açúcar mantêm-se os resultados observados em 2004, uma vez que a lavoura encontra-se em entressafra.

Estimativa da produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia

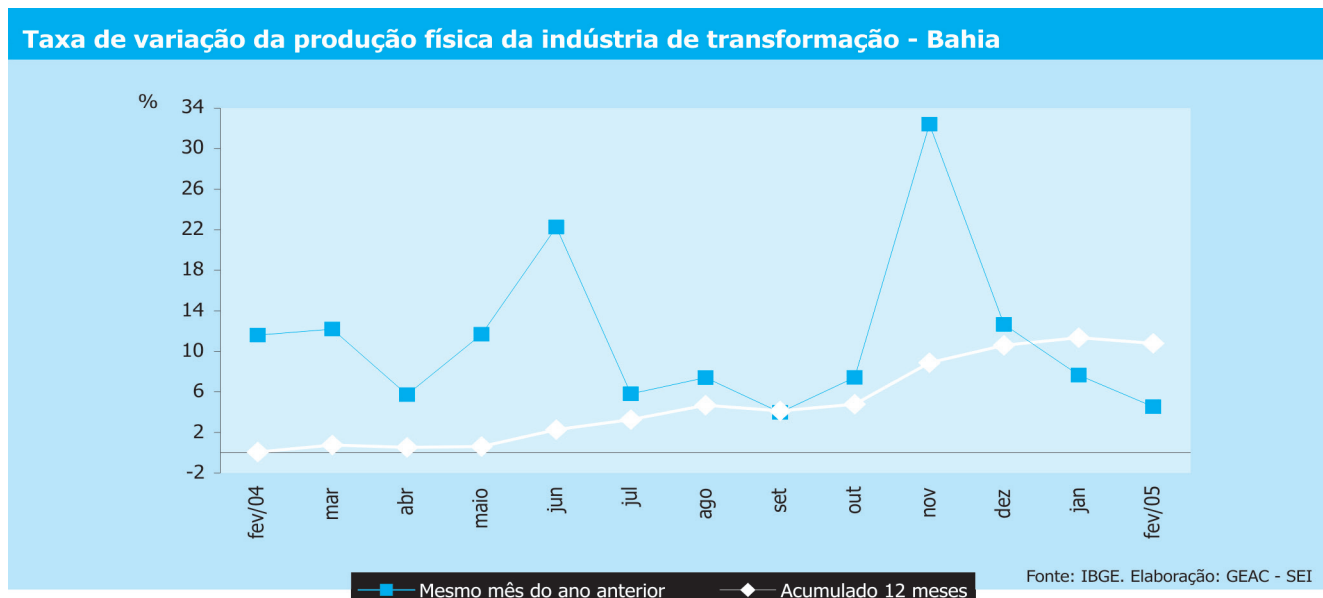


A safra baiana de feijão apresenta elevação da produção de 20% em 2005. Este resultado está assentado especialmente no feijão 2ª safra (sequeiro) uma vez que o feijão 1ª safra (também de sequeiro) apresenta redução de produção devido às chuvas irregulares nos primeiros meses do ano. A falta de chuvas também é responsável pela quebra de 16% da safra de milho. A lavoura de soja apresenta elevação de 6% da produção, mantendo-se as estimativas anteriores.

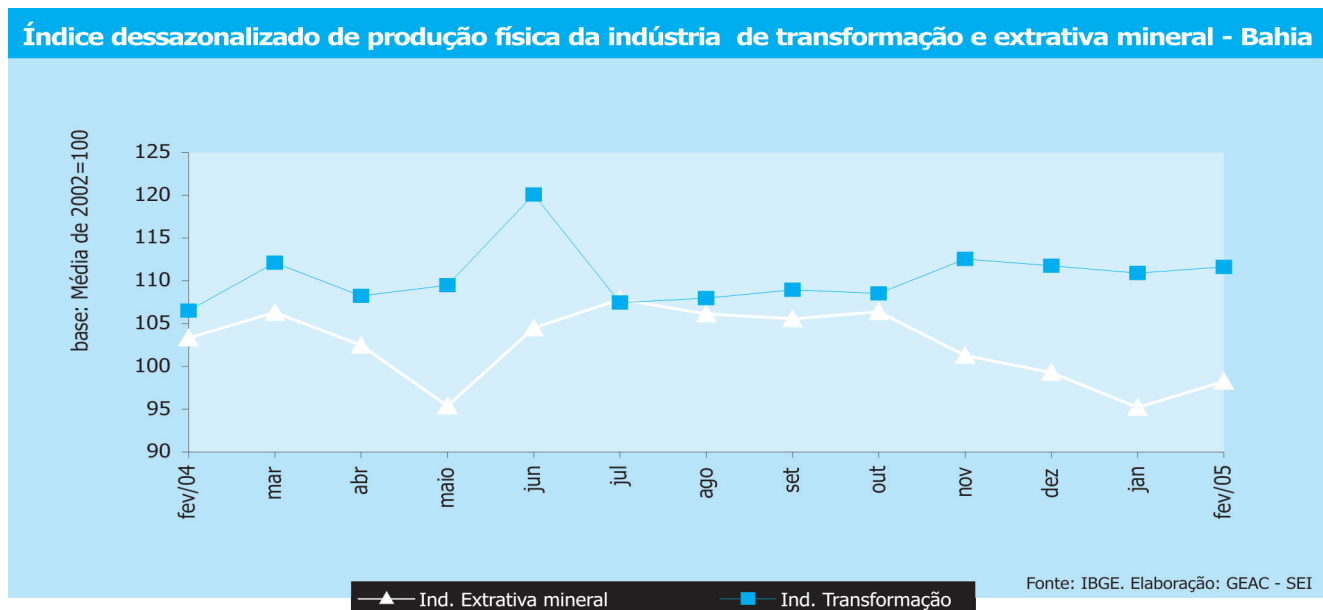
Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



Para a lavoura cacauzeira, em 2005, estima-se aumento de 3% da produção. Continuam as expectativas de retomada da lavoura, através da clonagem das mudas e, especialmente, com a renegociação das dívidas dos produtores. Para o café, a elevação da produção é de 5%, mesma observada em estimativa anterior. Os cafeicultores experimentam momento de recuperação dos preços da saca do grão, fato que estimula o plantio para a safra corrente.

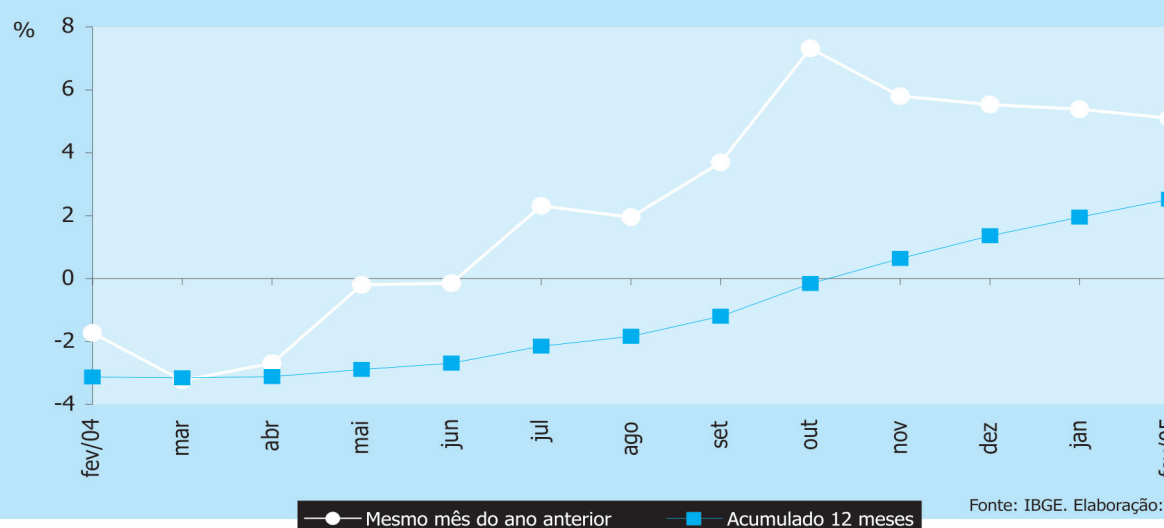


A produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou crescimento de 4,5% em fevereiro, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – PIM-IBGE. Produtos químicos (10,7%), alimentos e bebidas (18,4%) e veículos automotores (74,4%) foram os setores que apresentaram as maiores contribuições positivas nesse mês. Com esse resultado, a taxa acumulada nos últimos 12 meses atingiu 10,8%.



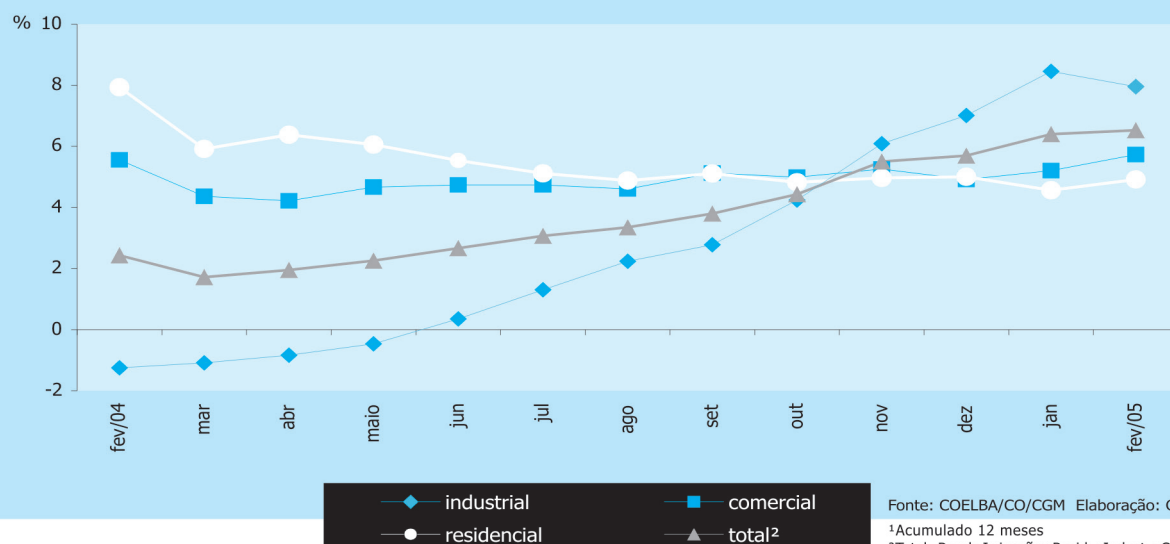
A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra taxa positiva de 0,6%, na comparação de fevereiro de 2005, com relação ao mês de janeiro de 2004. Os setores que mais influenciaram o desempenho positivo foram produtos químicos com taxa de 7,8%, refino de petróleo e produção de álcool (4,7%) e metalurgia básica, com acréscimo de 14,4%. A indústria extrativa mineral, que vinha registrando decréscimo desde novembro, reverteu a tendência apresentando taxa positiva de 3,2% em fevereiro, comparado ao mês exatamente anterior.

Taxa de variação do pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em fevereiro de 2005, um acréscimo de 5,1% em relação a fevereiro de 2004; no acumulado dos últimos doze meses, passou de 2,0%, em janeiro, para 2,5%, em fevereiro. No indicador mensal (janeiro de 2005), os segmentos que apresentaram os maiores aumentos de pessoal ocupado foram máquinas e equipamentos (60,0%), produtos de metal (26,2%), calçados e couro (6,3%) e alimentos e bebidas (3,2%).

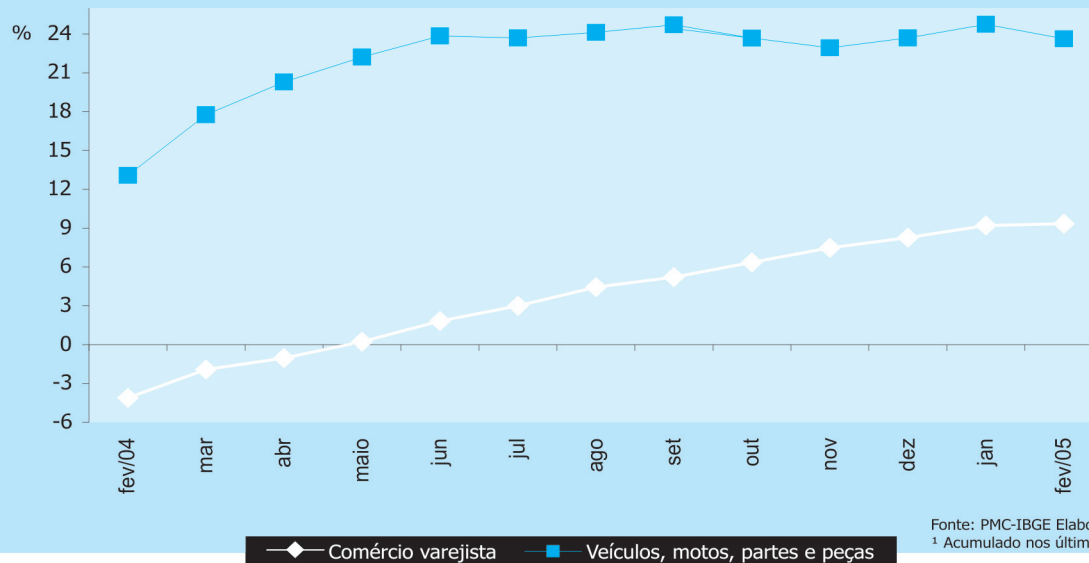
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia



¹Acumulado 12 meses
²Total=Rural+Irrigação+Resid.+Indust.+Comercial+Util. Público+Concessionária.
O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE

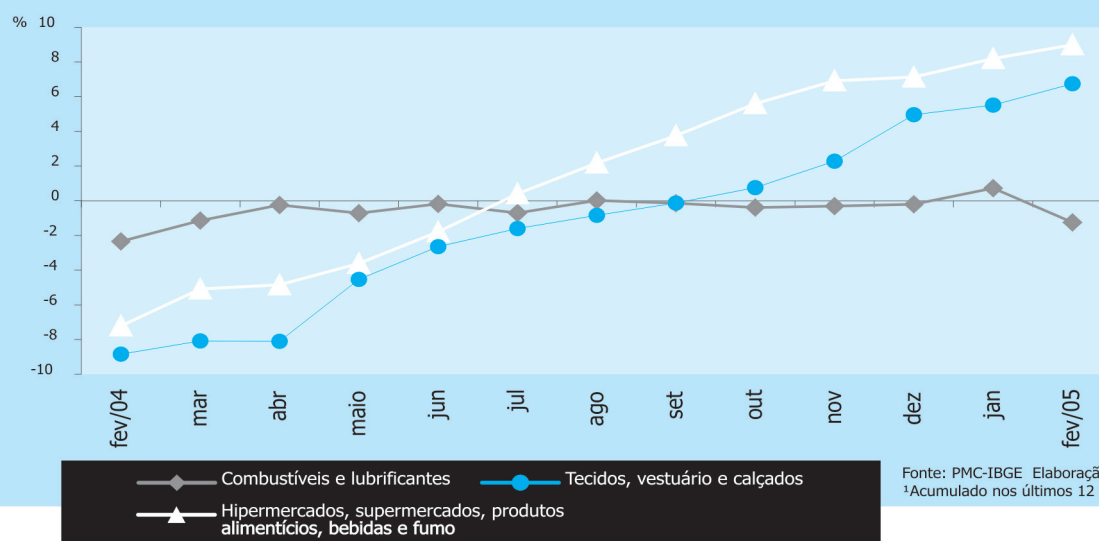
O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, registrou, em fevereiro de 2005, crescimento de 14,9%, em relação a fevereiro de 2004. Nos 12 meses, a taxa de 7,4% mantém a tendência de crescimento no consumo de eletricidade. Dentre os principais consumidores, a indústria apresentou a maior taxa de crescimento acumulada nos 12 meses: em fevereiro, o crescimento ficou de 8,9%, enquanto que o consumo comercial cresceu 6,5%. Já o consumo residencial apresentou crescimento acumulado de 5,9%.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



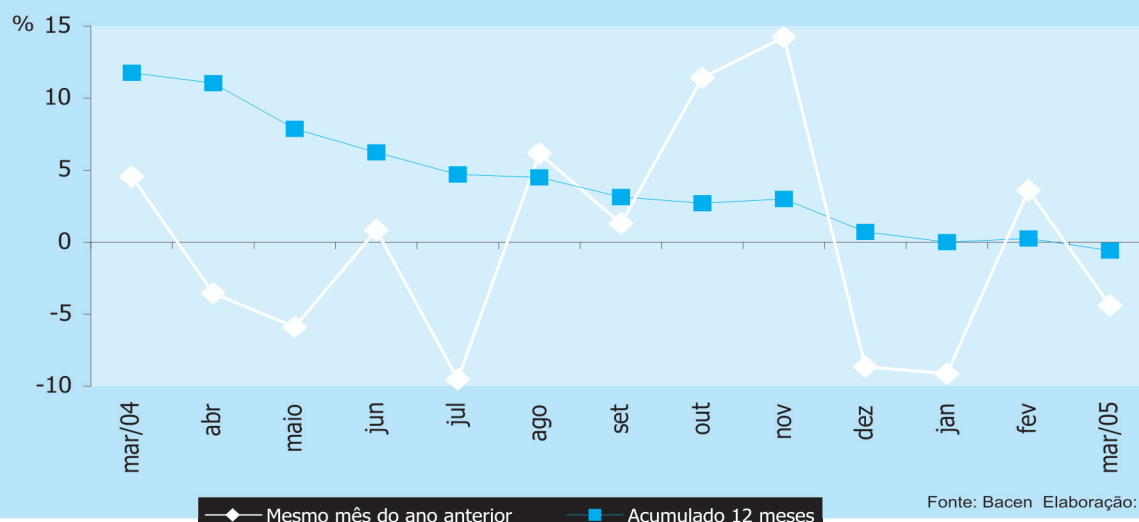
O comércio varejista na Bahia apresentou um crescimento de 3,09% em fevereiro de 2005, comparado com fevereiro de 2004. No acumulado dos últimos doze meses, verificou-se uma expansão de 9,3%, conforme dados da Pesquisa Mensal de Comércio. O segmento de veículos, motos e peças obteve acréscimo de 23,6%, no período, o que se explica pela recuperação do poder de compra dos trabalhadores, queda na taxa de juros de financiamento, e acirrada competição entre os varejistas.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



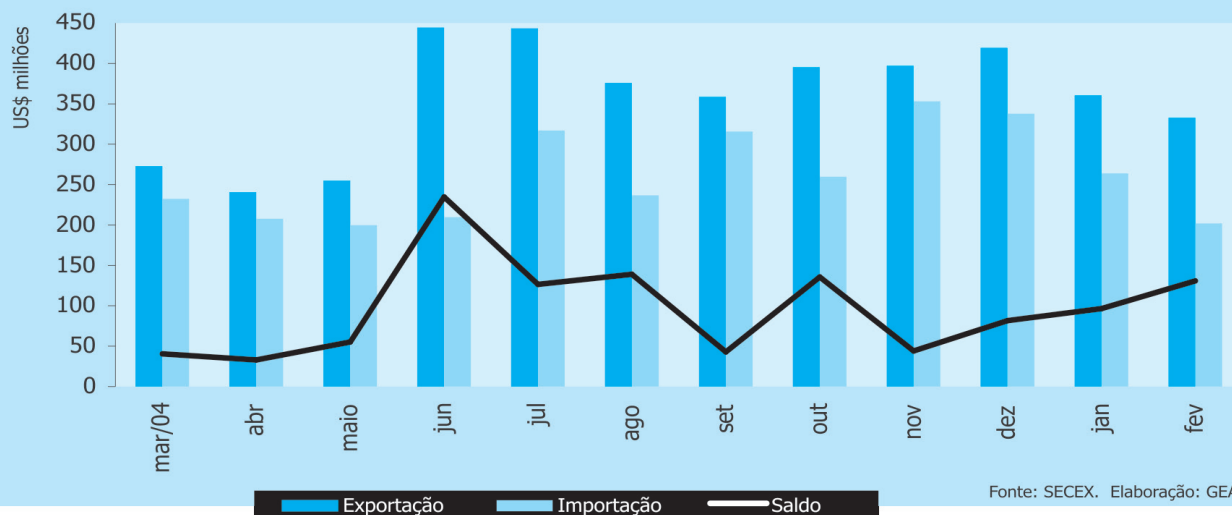
O cenário macroeconômico mais favorável permitiu ao segmento de Móveis e eletrodomésticos ostentar um crescimento de 45,2% no volume de negócios, no acumulado de doze meses até fevereiro/05. Além desse, Tecidos e vestuário e Hiper e supermercados também obtiveram incrementos nas vendas de 6,7% e 9,0%, respectivamente. A maior oferta de crédito e a recuperação do mercado de trabalho justificam esses aumentos. Entretanto, o segmento de Combustíveis e lubrificantes apresentou decréscimo de 1,3% no mesmo período.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

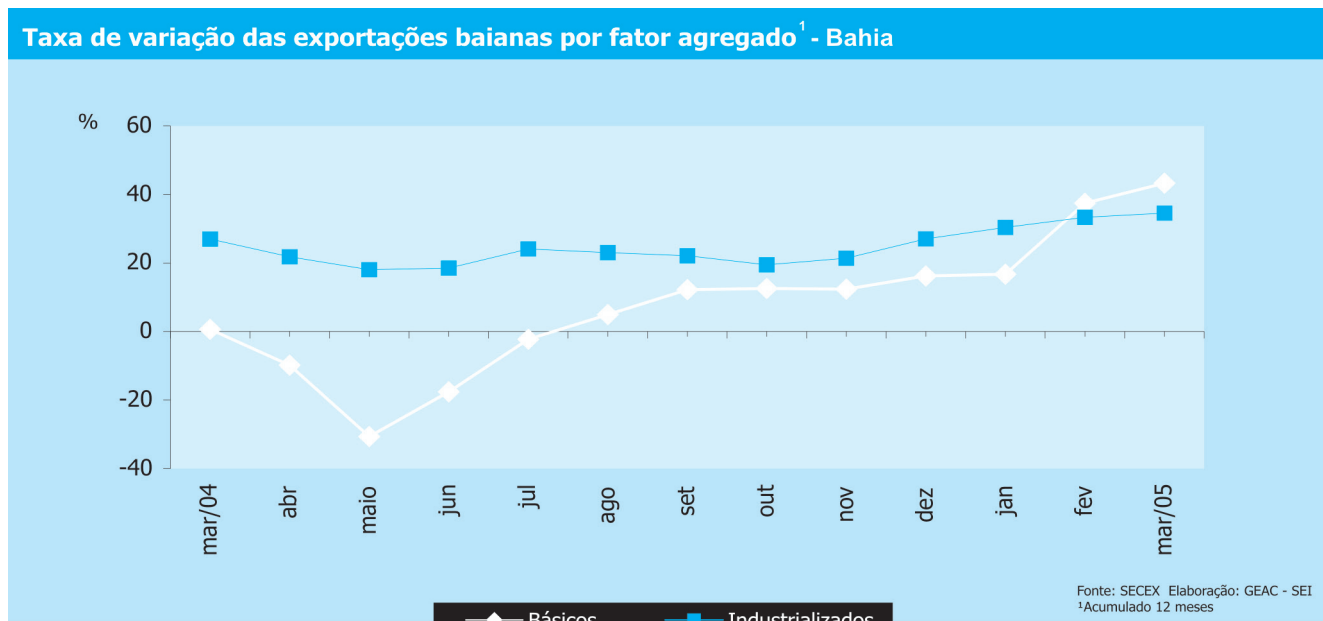


Em março de 2005, foram emitidos 413.000 cheques sem fundos na Bahia. Esse resultado é 4,4% inferior ao registrado no mesmo mês do ano anterior. Entretanto, na comparação março05/fevereiro05, houve aumento de 21,6% no total de cheques sem fundos. Apesar do crescimento registrado em março, a taxa acumulada nos 12 meses registrou queda de 0,6%, mantendo a tendência de queda volume de cheques sem fundos emitidos.

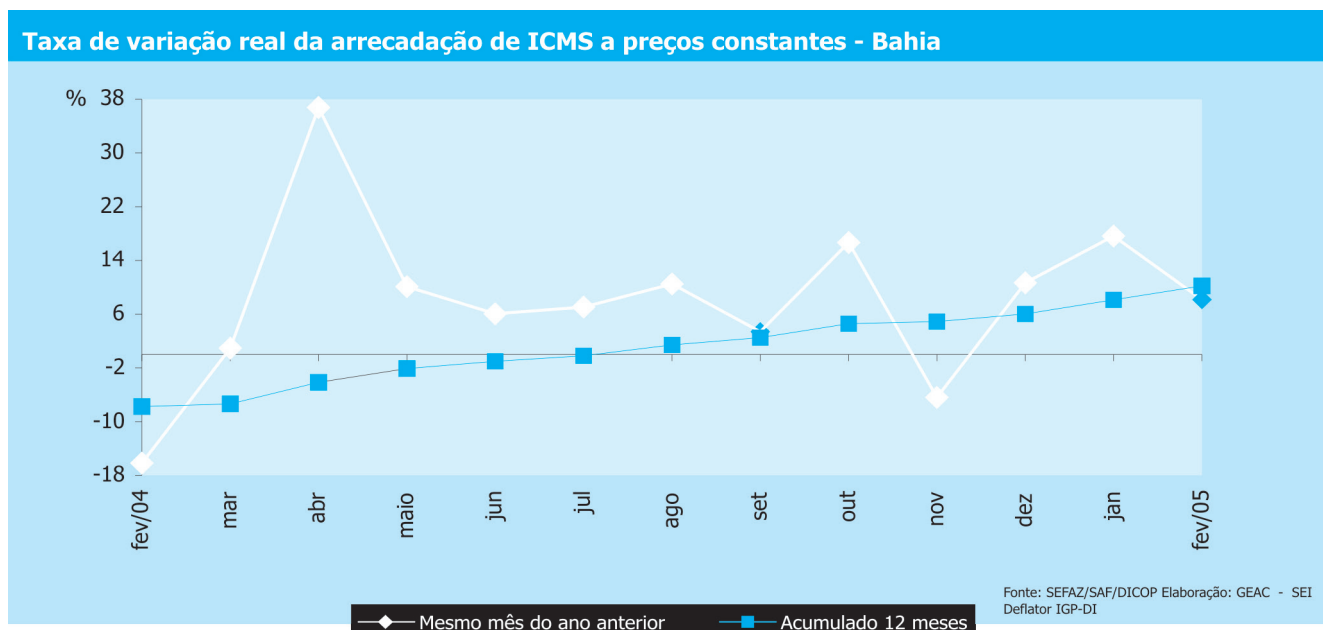
Balança comercial - Bahia



A balança comercial baiana registrou, em março de 2005, um saldo superavitário de US\$ 147,5 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 402,6 milhões, o que representa um crescimento de 47,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US\$ 255 milhões, com crescimento de 9,8% em relação a março de 2004. Esse desempenho das exportações deve-se forte ao dinamismo comercial entre os países Estados Unidos, México, Argentina, Bahamas e Alemanha, entre outros.

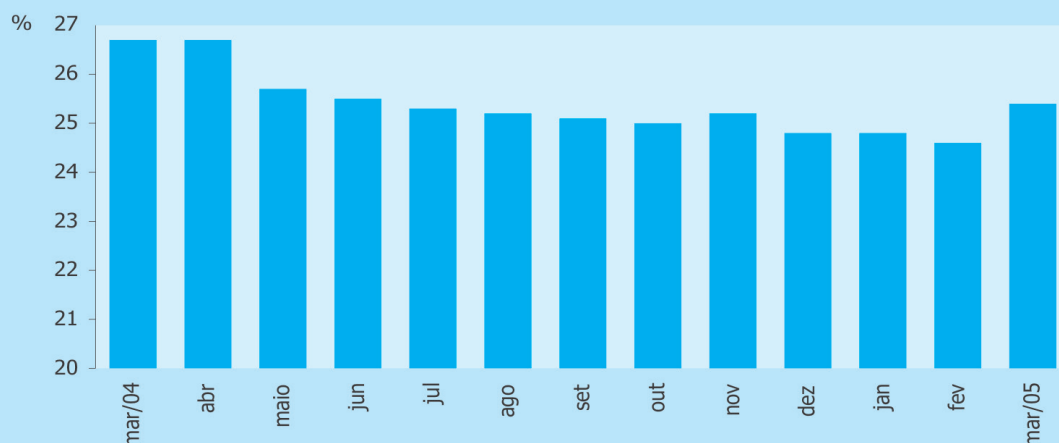


As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 43,3% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, representando no período uma recuperação das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados, que participam com cerca de 90% do total da pauta de exportação, registrou um crescimento nas vendas, de 34,5%. Os produtos de destaque foram os automóveis, os derivados de petróleo, derivados de cobre e os químicos e petroquímicos.



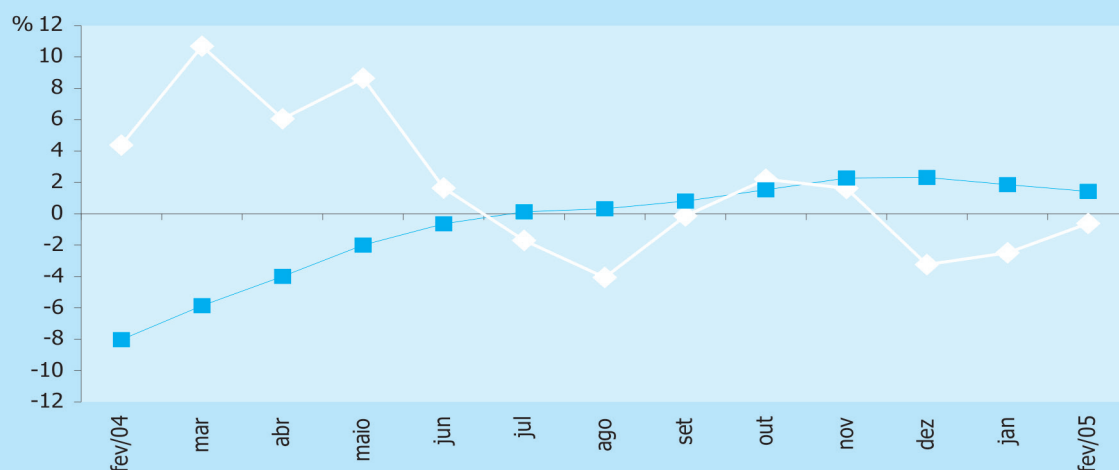
A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de fevereiro de 2005, crescimento de 8,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação foi de R\$ 525.513 milhões. Com esse resultado, a arrecadação acumulou 10,2% nos últimos 12 meses, com um total arrecadado de R\$ 6.864.404 bilhões, confirmando assim a tendência de crescimento iniciada desde julho de 2004.

Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração: GEAC - SEI

A taxa de desemprego, segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, alcançou 25,4% da População Economicamente Ativa (PEA), em fevereiro de 2005. A redução de 13 mil postos de trabalho no período influenciou esse resultado, sendo que o grupo Outros setores, que inclui construção civil e emprego doméstico, teve participação determinante nessa redução. A PEA foi estimada em 1.684 mil pessoas; o contingente de desocupados foi estimado em 428 mil pessoas; e, o contingente de ocupados, em 1.256 mil pessoas.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC - SEI

¹Ocupados no trabalho principal

O rendimento médio real dos ocupados, na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou queda de 0,62% em fevereiro de 2005, comparando-se a janeiro do mesmo ano; no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se taxa positiva de 1,43%. O rendimento real médio (nominal) auferido pelos ocupados situou-se em R\$ 714, um aumento de 3,7%, comparando-se com janeiro passado.

Conjuntura brasileira: ritmo de crescimento perde fôlego e comércio varejista começa a emitir sinal de alerta

João Augusto Pessoa Lepikson*

Antônio Plínio Pires de Moura**

Introdução

A economia mundial ingressou, em 2005, numa fase de maior vulnerabilidade, provocada, em parte, por um aumento na volatilidade no preço do petróleo e nos mercados de capitais e, em parte, por sua excessiva dependência do comportamento das economias estadunidense e chinesa.

A elevação, em 2004, do déficit em transações correntes dos EUA para o patamar recorde de 5,7% do PIB, conjugado com um enorme déficit fiscal que atingiu 5% do PIB, levou o FED a manifestar maior preocupação com a inflação, iniciando uma suave elevação da taxa de juros, prevendo, o FMI, uma redução para 3,6% da taxa de crescimento estadunidense em 2005.

Dada a dimensão da economia norte-americana e o papel central ainda desempenhado pelo dólar nas finanças internacionais, os déficits crônicos geminados estão levando a um enfraquecimento do padrão monetário estadunidense e a um arrefecimento na disposição dos bancos centrais do leste asiático, particularmente, China, Japão e Coreia do Sul, que atualmente detêm cerca de US\$ 2 trilhões em Letras do Tesouro dos EUA, em continuar financiando-o. Até quando estarão dispostos a acumular reservas em uma moeda que apresenta perspectivas de declínio de valor nos próximos anos? Eis uma nuvem de tempestade que paira, inclusive, sobre a economia brasileira, em que a valorização do real face ao dólar norte-americano que vem ocorrendo, arisca tornar determinados tradeable goods em produtos gravosos, reduzindo o papel do comércio exterior na criação interna

de empregos e renda e, conseqüentemente, de coadjuvante na dinamização do comércio varejista nacional.

Por outro lado, após as medidas preventivas antiinflacionárias adotadas pela China, visando a desaquecer o ritmo de crescimento, este ainda será alto – cerca de 8,5% em 2005.

Como a Zona do Euro e o Japão, segundo o FMI, terão fraco desempenho em 2005, com expansão estimada, respectivamente, em 1,6% e 0,8%, o comércio mundial, que desde o segundo semestre de 2004 já vinha crescendo menos, ainda que o ano tenha fechado com uma taxa de 9,5%, deverá, em 2005, segundo previsões recentes da Organização Mundial do Comércio, alcançar não mais do que 6,5%.

Apesar desse cenário, o comércio exterior brasileiro vem driblando esses óbices neste primeiro quadrimestre de 2005, pois, como os preços de exportação são cotados em dólar norte-americano, a desvalorização internacional deste aumenta a competitividade dos nossos produtos, barateando-os em outras moedas. Isso explicaria, ao contrário do que se previa, o crescimento das exportações e o aumento da contribuição do setor externo (exportações menos importações) para o crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2005, previsto em 3,5%, representando o setor externo cerca de 1,9% desse total. O superávit comercial, no final de abril de 2005, cravou a marca de US\$ 10,60 bilhões, superior em 30% ao resul-

* Estudante da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA e Membro do Núcleo de Estudos Conjunturais - NEC/FCE-UFBA.

** Professor da FCE/UFBA e Membro do Núcleo de Estudos Conjunturais - NEC/FCE - UFBA

tado obtido em igual período do ano passado. Por outro lado, alguns efeitos colaterais começam a ser apontados devido à valorização do real, tais como: “prejudicar as empresas pequenas, que começaram a exportar há pouco tempo e segmentos menos competitivos, como o de calçados... (além de) inibir novos investimentos ligados à exportação” (LOMUCCI; GUIMARÃES, 2005), terminando por rebater na geração interna de empregos e renda.

Apesar do emprego formal ter crescido no primeiro trimestre deste ano, o fez num ritmo 15,88% menor em comparação com igual período de 2004.

Esse panorama de horizonte volátil se refletiu no Índice de Confiança do Consumidor que, em abril de 2005, caiu pelo segundo mês – queda de 3% –, situando-se em 141,9. Contudo, a expansão do crédito ao consumidor – 2% a mais em março de 2005 em relação ao mês anterior, e 25% comparado a março de 2004 – associado a uma redução de 41,1% para 37,9% a.a. do spread médio cobrado pelos bancos, contribuiu para o bom desempenho do comércio varejista no primeiro trimestre de 2005. Entretanto, o aumento dos cheques sem fundos, ocorrido em março próximo passado – de cada 1.000 cheques compensados, 20,8 foram devolvidos por falta de fundos –, um montante 20,9% superior ao de março de 2004 e de mais de 31,6%, se comparado com fevereiro de 2005, “são números preocupantes e mostram que as pessoas estão tendo dificuldades para quitar suas dívidas no tempo certo”, diz Carlos Amaral, Presidente da Federação do Comércio (Bastos: 2005). Considerando-se que 33% das compras dos consumidores são feitas com cheques pré-datados ou à vista, apesar de estar crescendo, o setor varejista começa a emitir sinais de alerta.

Comércio Varejista: o sinal de alerta já foi dado

Os dados da última Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, ratificam o que já era esperado por to-

dos: apesar de ainda haver crescimento, há uma tendência à acomodação dos números.

Quando são comparados os dados de fevereiro deste ano com os do mesmo mês de 2004, percebe-se que houve um aumento no volume de vendas de 1,32%, mas se a comparação for com o mesmo dado dos meses anteriores (dezembro: 11,42% e janeiro: 6,24%), percebe-se a tendência de arrefecimento dos números. Há que se ressaltar que essa variação de fevereiro do ano corrente foi a menor desde novembro de 2003.

Em 2004, o crescimento do comércio varejista nacional foi significativo, ainda que as taxas de desempenho em relação a igual período do ano anterior tenham oscilado bastante. Tais resultados foram alavancados, sobretudo, pelo volume de créditos e criação de facilidades sem precedentes (desconto em folha, aumento dos prazos para pagamento), combinados com uma elevada confiança dos consumidores, um tímido aumento da massa salarial e a existência de demanda fortemente reprimida nos últimos anos.

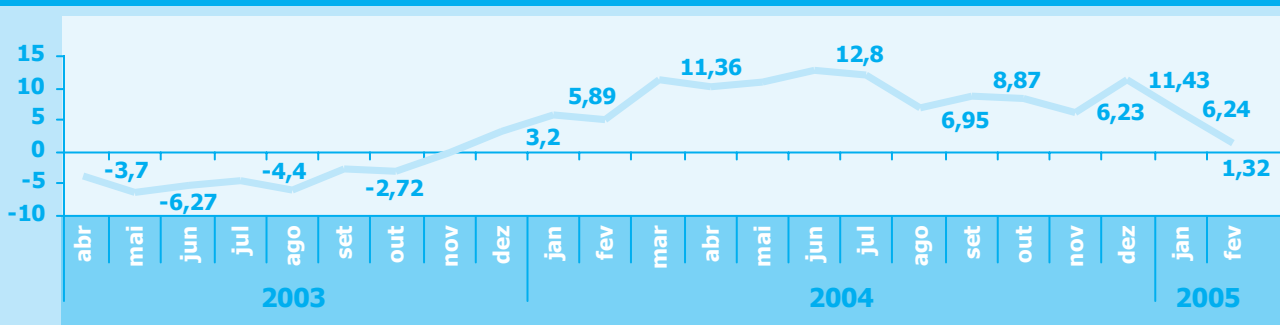
Essa alavancagem, porém, tem sua fronteira dada pelo limite de endividamento das famílias, que se encurta à medida que contraem dívidas e não vêem seus rendimentos aumentarem na mesma proporção.

Em 2004, o volume de vendas do comércio varejista se viu acrescido em 9,25%, enquanto que, no primeiro bimestre deste ano, o acumulado caiu para 3,84%, o que ratifica a idéia de crescimento mais moderado.

Essa moderação do crescimento, porém, só surpreendeu os mais desavisados. Além de a base de comparação (mesmo período do ano anterior) ser mais elevada do que a de 2004, a combinação que sustentou o crescimento anterior, associada com uma apenas leve recuperação da renda, resultou em endividamento e, este, tem limite.

A última PMC/IBGE mostrou uma grande assimetria setorial, ainda que em seu conjunto a receita nominal do

Gráfico 1
Desempenho do comércio varejista: Brasil (mês/igual mês do ano anterior) (%)



Fonte: PMC/IBGE

comércio em fevereiro tenha crescido 7,71% em relação ao mesmo mês de 2004, totalizando um acumulado de 10,39% em 2005. Os segmentos de bens semi e não-duráveis, dependentes da evolução da renda do consumidor, apresentaram retração em fevereiro e, os de bens duráveis, dependentes do crédito, uma expansão significativa. Por exemplo, enquanto as vendas do setor hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (responsável por mais de 50% da taxa global do comércio varejista) recuou 0,22%, acumulando alta de 3,09% no primeiro bimestre, móveis e eletrodomésticos experimentou alta de, respectivamente, 16,10% e 17,93% em fevereiro e no acumulado do primeiro bimestre de 2005.

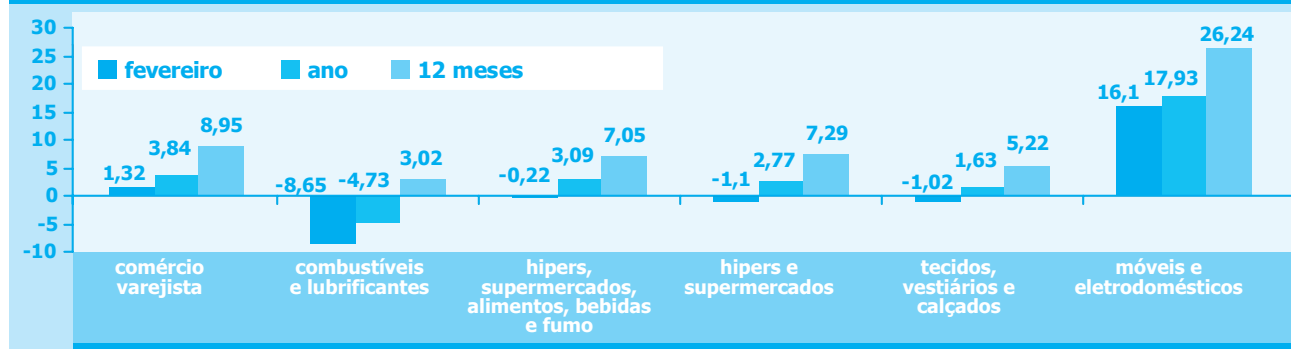
Os resultados decrescentes do setor móveis e eletrodomésticos (dezembro: 23,77%; janeiro: 19,59%; e fevereiro: 16,10%)

uma possível inflação de demanda, e, com outra, estimular o consumo via facilitação do crédito.

Apesar da continuada alta da taxa Selic (oito consecutivas), as taxas ao consumidor, surpreendentemente, não vêm subindo. Pelo contrário, apresentaram, em março deste ano, o menor percentual desde março de 2001. Com exceção do cartão de crédito rotativo, todas as outras operações ao consumidor apresentaram recuo de suas taxas.

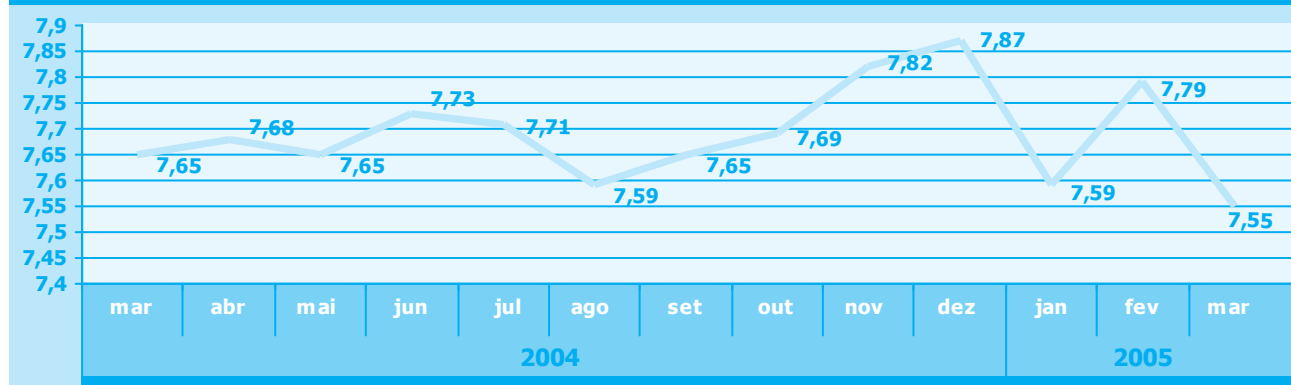
Sob o ângulo da forma de pagamento de compras, 6% dos consumidores usam cartão de débito, 7% cheque à vista, 15% moeda corrente, 17% crediário, 26% cheque pré-datado e 29% cartão de crédito. Segundo a CDL (Clube dos Diretores Lojistas), 80% dos clientes que pagam os produtos adquiridos com cheques, o fazem com cheque pré-datado.

Gráfico 2
Desempenho do comércio varejista (%)
(base = período/igual período do ano anterior)



Fonte: PMC/IBGE

Gráfico 3
Taxa média de juros ao consumido ao mês (%)



Fonte: Anefac

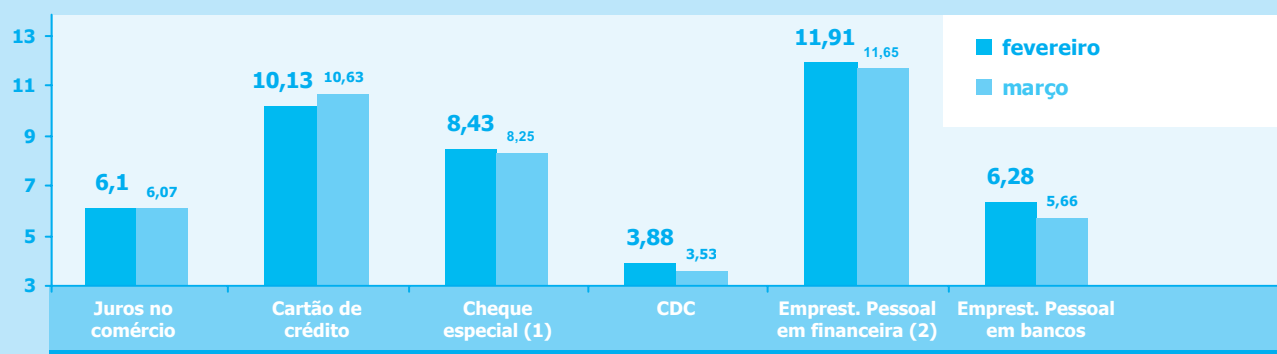
comprovam a tese levantada de que, se por um lado, o crédito continua puxando as vendas do comércio varejista, por outro, o limite de endividamento das famílias já se faz sentir.

Dadas as restrições, o comércio varejista vem driblando a contraditória política do governo de, com uma mão, elevar a taxa básica de juros da economia, para conter

“O cheque está aparecendo hoje como um meio de pagamento mais flexível e é utilizado em larga escala, principalmente pelos microempresários”, afirma o gerente de operações do CDL, Carlos Roberto Oliveira (SILVA, 2005).

Esse descolamento entre as taxas de juros ao consumidor e a taxa Selic é consequência da grande concorrência na

Gráfico 4
Taxa de juros ao consumidor, por linhas de crédito ao mês (%)



Fonte: Anefac

oferta de crédito e da necessidade de readequação dos bancos comerciais, sob pena de perder mercado, principalmente após aprovação da Medida Provisória 130/2003, que regulamentou as operações com desconto em folha.

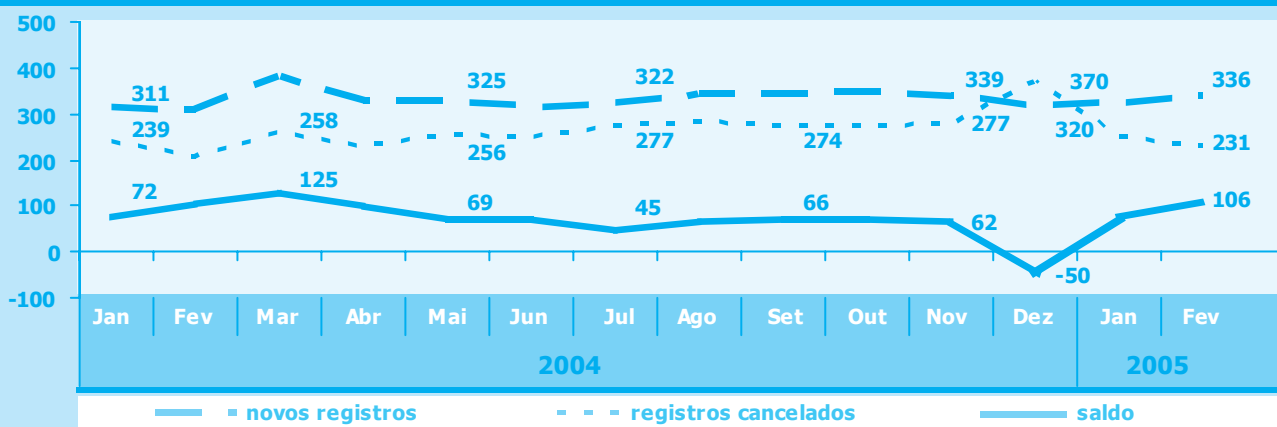
O crédito consignado, por sua própria natureza, reduz o risco de inadimplência, ou praticamente o elimina (como no caso de empréstimos a aposentados e pensionistas do INSS) e, por isso, cobram-se taxas bem inferiores às praticadas no mercado, puxando o índice global da taxa ao consumidor para baixo, dada a sua grande participação no volume de crédito concedido. Essas taxas mais razoáveis do crédito consignado, inclusive, vêm configurando uma migração das linhas de crédito com taxas mais elevadas para outras mais baratas, ou seja, está havendo uma troca de dívidas.

dívidas. Entre os aposentados do INSS, além do consumo, nota-se o uso para custear viagens e para auxílio familiar”.

Ainda segundo Musa, o crédito ao consumidor deve se expandir entre 20% e 25% e o crédito consignado tem ainda capacidade de crescimento acima de 50%, sobretudo pelo período de maturação dessa linha no setor privado. O saldo das operações de crédito consignado praticamente dobrou, saindo de R\$ 7,4 bilhões, em março de 2004, para R\$ 13,6 bilhões, em fevereiro de 2005. A participação dessa linha dentro do crédito pessoal total aumentou de 27,6% para 36,7%, segundo a ABM Risk.

Pesquisa feita pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) indica que na hora de adquirir um bem, o que mais pesa

Gráfico 5
Registro de Inadimplência



Fonte: Serasa

A Consultoria Partner indica que esse comportamento de troca de dívidas foi típico do ano passado, quando a linha de crédito consignado chegou ao setor privado. Agora o quadro mudou, segundo Álvaro Musa, sócio da Partner: “Os recursos são destinados ao consumo e ao pagamento de

na decisão do consumidor não é o valor final e, sim, se o valor das prestações cabe ou não no seu orçamento.

Nesse contexto, grandes lojas vêm investindo em seus próprios cartões, os private label, que possibilitam maio-

res prazos e oferecem vantagens e promoções aos clientes: eis uma forma de fidelização bastante efetiva.

Segundo José Antônio Rodriguez, gerente geral de crédito da Riachuelo, 75% do faturamento total de suas lojas já vem do seu private. Essa tendência ganhou há pouco uma adesão de peso: a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que tem mais de 30 mil associados, lançou o Usecard, cartão exclusivo para o varejo.

Estima-se que no final de 2005 serão cerca de 76 milhões desses cartões, quase o dobro do que existia em 2000.

Essa interseção da enorme expansão do crédito com a quase estagnação da renda leva, inexoravelmente, a um maior endividamento e, conseqüentemente, ao aumento da inadimplência, o que foi verificado nos primeiros meses deste ano.

Em fevereiro, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Fecomercio, revelou que a quantidade de consumidores que possui algum tipo de dívida voluntária apresentou recuo expressivo, ficando no patamar de 63%, contra 68% da PEIC anterior.

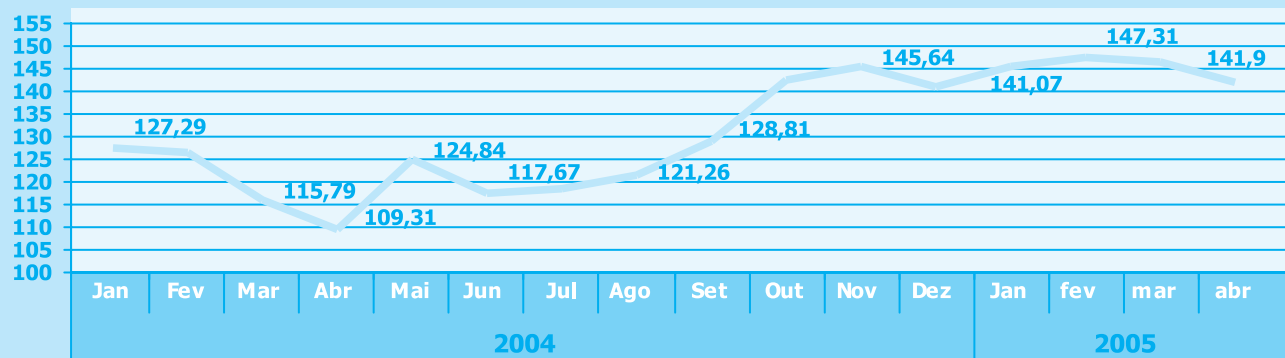
Por outro lado, a fração de endividados que possui contas em atraso elevou-se novamente. Essa alta pode ter grande influência sazonal, dado o montante de despe-

(31,6% em relação a fevereiro), atingindo a incrível marca de 20,8 cheques devolvidos em cada mil compensados – o maior número já registrado pela Serasa (o recorde anterior era de maio de 2003, quando foram devolvidos 17,6 cheques a cada mil compensados). Em relação ao mesmo mês de 2004, esse número de março representou alta de 20,9%.

A elevação da inadimplência e o aumento dos consumidores que informaram não poder quitar suas dívidas em atraso são, certamente, reflexos da baixa renda disponível e, como já dito, da concentração de gastos típicos do período, sobretudo impostos, taxas públicas e escolares.

Se, por um lado, o crédito vinha sustentando os números do comércio varejista como um todo, a confiança do consumidor preservou o crescimento do volume de crédito. Eis mais um motivo para se acenderem as luzes de alerta: o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), medido pela Federação do Comércio de São Paulo em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, caiu pelo segundo mês consecutivo, após uma seqüência de alta em 2004. O ICC que, em março, recuou de 147,31 pontos para 146,40, caiu para 141,90 pontos em abril (a escala varia de 0 a 200, e considera otimista qualquer valor acima de 100: abaixo, indica pessimismo).

Gráfico 6
Índice de confiança do consumidor



Fonte: Fecomercio e FGV

sas típicas do período, gerando uma maior dificuldade para honrar suas dívidas.

O percentual de consumidores que informou não poder pagar suas dívidas atrasadas passou de 27%, em janeiro, para 33%, em fevereiro, indicando uma leve tendência de aumento da inadimplência para os próximos meses.

Ademais, após três meses consecutivos de queda, o número de cheques sem fundos voltou a subir em fevereiro (3,2%, em relação a janeiro) e novamente em março

Esses números, apesar de positivos, mostram uma tendência de esfriamento no otimismo, o que pode comprometer a futura aquisição de crédito. A queda mais sensível foi no entusiasmo dos consumidores em relação às condições econômicas atuais, que desceu 4,1%, ficando em 121,40 pontos. O índice das expectativas registrou redução de 2,4%, alcançando 155,6 pontos.

Na avaliação da Fecomercio, o índice vinha sendo sustentado por expectativas quanto à melhoria dos indicadores de emprego e renda. Além da não concretização das

expectativas, os consumidores manifestam uma preocupação maior com o fato de que as sucessivas elevações da taxa Selic e as recentes altas inflacionárias venham a afetar ainda mais sua renda e, conseqüentemente, sua capacidade de honrar os compromissos assumidos.

Sabido o peso das expectativas na evolução da economia, esses dados vêm reforçar o sinal de alerta dado ao comércio varejista nacional.

Em todo esse contexto, há que se pesar as linhas contraditórias adotadas pelo governo em relação ao consumo. O mesmo governo que promove juros cada vez mais altos e reduz investimentos públicos, tem facilitado o acesso de pessoas excluídas ao crédito bancário. Paul Singer, Secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, sustenta, exageradamente, que através dos programas de inclusão bancária e creditícia, o governo está promovendo uma revolução social. Para justificar a tese, o economista invoca o exemplo da Medida Provisória de 2003, que criou depósitos simplificados para pessoas pobres, cujo efeito seria sentido pela abertura de 5,1 milhões de contas e resultou em 3,8 milhões de empréstimos, no valor médio de R\$ 400. O Secretário afirma, ainda, que o microcrédito aliado às transferências de recursos, através de programas como o Bolsa Família e o Fome Zero, está sustentando o crescimento da economia.

Contudo, o Movimento da Frente Empresarial, em luta pela aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, considera que, apesar de 99,2% do total de empresas brasileiras, ou seja, 4,6 milhões de estabelecimentos, responsáveis por cerca de 60% da mão-de-obra com carteira assinada, se enquadrarem nesta categoria, sofrem entraves, tais como alta carga tributária, tratamento jurídico indiferenciado e falta de linhas de crédito adequadas. "Há um grande preconceito em relação ao pequeno capital. Não se pode tratar desiguais de forma igual", observou o consultor de empresas Prof. Lielson Coelho (BARTELÓ, 2005).

Donde começa a se disseminar a opinião de que a política de repasse de recursos e inclusão bancária e creditícia, junto com as elevadíssimas taxas de juros praticadas pelo governo, injetam dinheiro na economia com uma colher de sobremesa e retiram com uma escavadeira.

Usando as palavras do Vice-Presidente e Ministro da Defesa, José Alencar, em entrevista concedida no ano passado (mas ainda bastante atual):

O Copom toma as decisões com base na política monetária, uma política monetária que pretende achatá-lo consumo

para combater a inflação. Só que o Brasil é um país de sub-consumo e não se pode achatá-lo consumo de quem não consome (VALOR ECONÔMICO, 2004, p. A4).

A PMC/IBGE apurou, em fevereiro, números mais modestos nas vendas do varejo do que os do mês anterior (que já foram menores que os de dezembro de 2004). Enquanto em janeiro o volume de vendas e a receita nominal tinham sido de 6,24% e 12,96%, respectivamente, no segundo mês de 2005 obteve-se taxas de crescimento de 1,32% e 7,71%, atinentes correspondentemente ao volume de vendas e receita nominal.

Ainda que seja sabido que os primeiros meses do ano são fracos para o comércio, já que o consumidor tende a usar sua renda para cobrir as despesas típicas de início de ano, tais como impostos (IPTU e IPVA) e possíveis gastos escolares, esses resultados ratificam a expectativa de acomodação do crescimento do setor que, dificilmente, poderia continuar se expandindo no ritmo anterior, tendo como base de comparação um ano cujos resultados foram deveras significativos.

Por outro lado, há expectativas de que a reduzida mas continuada recuperação da massa salarial puxe a demanda interna, permitindo a manutenção do crescimento. O termômetro para o comércio varejista será o comportamento das vendas no Dia das Mães – segunda data mais importante para o varejo brasileiro. Como de janeiro a março, segundo dados preliminares, houve uma expansão média mensal de 6,3% nas vendas a prazo e 4% nas operações à vista, ocorrendo em média, 5% de alta no primeiro trimestre de 2005, espera-se que este patamar se mantenha no próximo Dia das Mães (em 2004 foi de 3,25%).

Essa esperança tem alguns obstáculos a superar, como já dito: a política econômica que encarece o crédito e restringe o consumo e, sobretudo, a timidez da recuperação da renda do trabalhador.

Referências

BACEN. Indicadores. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br/?ECONOMIA>>. Acesso em 20 abr. 2005.

BARREIRO, IVO. A cultura do crédito e o PIB. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 09 mar. 2005. Caderno A, p. 5.

BASTOS, Geraldo. Nunca houve tanto cheque voador. *A Tarde*. Salvador, 26 abr. 2005. Caderno Economia, p. 18.

COMÉRCIO começa a perder fôlego. *RISKSECTOR* 16 mar. 2005. Disponível em <<http://www.risksector.com.br/noticias>>. Acesso em 20 abr. 2005.

FUTEMA, Fabiana. Nível de endividamento em SP cresce em abril. *Folha on line*. São Paulo, 12 abr. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>.

IBGE. *Pesquisa Mensal do Comércio*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em 15 abr. 2005.

LAGE, Janaína. Consumidor está menos confiante. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 03 mar. 2005, Caderno B, p. 6.

LAMUCCI, Sérgio; GUIMARÃES, L. Sérgio. Sem intervenção do BC, o dólar não pára de cair. *Valor Econômico*. São Paulo, 26.abr. 2005, Caderno A, p. 1.

_____.; SALGADO, Raquel. Ritmo de atividade desacelera-se no primeiro trimestre. *Valor Econômico*. São Paulo, 07 abr. 2005, Caderno C, p. 2.

MATTOS, Adriana. Juro ao consumidor surpreende e recua. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19.abr. 2005, Caderno B, p. 1.

OBJETIVO do BC não é fomentar o segmento, diz Darcy. *INVESTNEWS*. 08 abr. 2005. Disponível em <<http://www.investnews.net/ultimasnoticias>>. Acesso em 16 abr. 2005.

SERASA Notícias. Disponível em: <<http://www.serasa.com.br/noticias>>. Acesso em 26 abr. 2005.

SILVA, Altamiro. Associação Comercial de São Paulo lança cartão exclusivo para varejo. *Valor Econômico*. São Paulo, 07 abr. 2005, Caderno C, p. 2.

SOARES, Pedro. Varejo tem piores vendas em 15 meses. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 abr. 2005, Caderno B, p. 6.

TOMADORES limpam o nome e vão às compras. *Folha on line*. São Paulo, 04 abr. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em 18 abr. 2005. ■



A controvérsia acerca do setor informal: formas de participação na produção e definição de políticas públicas*

Thaiz Silveira Braga**

Introdução

A deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho, configurada nas diferentes formas de “informalização”, e seu avanço desigual nos diversos espaços regionais, estão estreitamente relacionados ao padrão de desenvolvimento excludente e desigual que marca a história recente do país. Identificada por meio do crescimento dos empregos assalariados sem carteira assinada e das ocupações não-assalariadas e por conta-própria, tal deterioração tem preocupado as autoridades governamentais que cuidam dos problemas do mundo do trabalho e tem estimulado um interminável debate acadêmico, no qual se destacam as interpretações sobre a delimitação e as novas facetas do chamado “setor informal” da economia.

A “informalização” da ocupação é resultado do modo como avançou o desenvolvimento da economia nacional, que combinou a ampliação do assalariamento concentrado nos setores dinâmicos da economia brasileira (particularmente na indústria) e no setor público com a reprodução de parcela ponderável de trabalhadores por conta-própria, cuja atividade geralmente se concentra no comércio e nos serviços urbanos e cujos rendimentos dependem da riqueza gerada nos segmentos produtivos.

A grande instabilidade da economia brasileira nos anos 80 e 90 agravou os problemas estruturais do mercado de trabalho. Destacam-se a precarização das formas de contratação, o crescimento do desemprego e a reversão da tendência ao aumento da formalização do trabalho assalariado, verificados no período anterior. À redução do emprego formal correspondeu a geração de outras oportunidades de ocupação não-assalariadas e de empregos assalariados não formalizados. Como resultado, o crescimento da produção em pequena escala e do emprego à margem da regulamentação institucional tem reafirmado (ou intensificado) o caráter excludente do desenvolvimento brasileiro, e vem desafiando a compreensão das possibilidades da modernização econômica em curso, especialmente no que concerne à organização e regulação do trabalho.

Desse ponto de vista, a investigação da informalidade, mais especificamente da qualidade e da intensidade do trabalho informal, fornece preciosas informações acerca da reconfiguração das formas de inserção no mercado de trabalho e do processo de transformações estruturais em andamento na economia e na própria sociedade brasileira. E, sem dúvida, tal afirmação também é válida para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, que constitui o universo de análise deste estudo.

O presente estudo tem como objetivo examinar a dinâmica do mercado de trabalho e, em particular, as diferentes facetas da ocupação informal na RMS no período recente. Para tanto, está dividido em três partes principais, além desta introdução. Inicialmente, pretende-se uma revisão breve do conceito de setor informal. A proposta é recompor o processo pelo qual o setor informal surge como um conceito impreciso, buscando entender as mudanças na percepção da natureza desse segmento e de sua inserção na estrutura produtiva. Na segunda seção, investiga-se a evolução do perfil da ocupação informal na RMS entre os anos 2000 e 2004, destacando o seu papel como espaço de sobrevivência de grande parte da força de trabalho metropolitana. A identificação da diferenciação interna ao segmento informal é apresentada com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.¹

Nas considerações finais, são ressaltados os principais resultados aprendidos ao longo deste estudo, destacan-

* Este artigo é uma contribuição à equipe de análise da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, da Região Metropolitana de Salvador.

** Mestre em Economia pela UNICAMP e Coordenadora da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

¹ A PED, na Região Metropolitana de Salvador, é realizada a partir de um convênio entre o Governo do Estado da Bahia, através da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), órgão da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), em parceria com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

do-se: i) as mudanças na natureza do setor informal e suas respectivas implicações para a operacionalização das categorias de análise que permitam a sua delimitação; ii) a diferenciação interna ao segmento informal na Região Metropolitana de Salvador, onde convivem atividades mais estruturadas ao lado de empreendimentos de baixa eficiência, caracterizados pela inserção precária da força de trabalho e pelos baixos rendimentos; iii) a necessidade de políticas públicas desenhadas especificamente para o setor informal.

Informalidade e a forma de participação na produção

Os esforços interpretativos acerca das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na América Latina produziram um intenso debate sobre as limitações existentes do processo de desenvolvimento dos países considerados periféricos e a reprodução de um conjunto de formas de atividades não integradas ao segmento moderno da economia, genericamente determinadas como setor informal.

No âmbito da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, posições otimistas acerca das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo, em países do terceiro mundo, prescreviam o desenvolvimento, mais especificamente o crescimento industrial e a modernização da agricultura, como a única via capaz de possibilitar o processo de integração da estrutura econômica configurado na desarticulação das formas de atividade não características do novo estágio de acumulação. Implicitamente, esta concepção supunha, a partir do processo de desenvolvimento industrial, a repetição nas nações atrasadas da mesma trajetória seguida pelos países de industrialização clássica, e a configuração do mesmo padrão de relações de trabalho.

Apesar dos esforços desenvolvimentistas, o que se configurou, no entanto, foi a reprodução de uma estrutura produtiva marcada pela convivência de formas modernas de produção com formas atrasadas. Já a partir do início da década de 60, o insucesso das experiências de industrialização da periferia, no que concerne à geração de emprego nos setores modernos da economia, ensejou intensos esforços na apreensão do fenômeno da exclusão. Uma vez superada a tese desenvolvimentista, a hipótese central é de que o processo de desenvolvimento capitalista implica a existência de excedentes permanentes de população e, portanto, incapazes de serem submetidos a exploração capitalista em mercados organizados.

A associação entre precariedade da inserção no mercado de trabalho e a situação de extrema pobreza vigente nos países periféricos determinam o lançamento do Programa Mundial de Emprego – PME, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que vem a se concretizar a partir de 1969, pelo envio de missões para analisar a natureza e a extensão dos problemas de emprego em países do Terceiro Mundo. Com o objetivo principal de propor estudos sobre estratégias de desenvolvimento econômico que possibilitassem a criação de empregos, e a preocupação com a identificação das formas camufladas de desemprego nas economias atrasadas, um marco importante da atuação do PME foi a definição da natureza e a magnitude do problema ocupacional recorrendo aos conceitos de desemprego e subemprego em suas diversas variantes.

No primeiro estudo da OIT,² o conceito de setor informal aparece reportando-se à forma de organização da produção, cuja unidade de análise é o estabelecimento produtivo, ao mesmo tempo em que o núcleo para a classificação dos setores formal e informal constitui-se no emprego assalariado e na auto-ocupação, respectivamente. Ao longo desses estudos, passa-se a trabalhar com dois setores básicos, em oposição aos segmentos moderno e tradicional, representantes daquilo que foi classificado por CACCIAMALI (1983) como o novo dualismo: formal, que pelo lado da oferta gera ocupações em empresas organizadas, e informal, que, por sua vez, está relacionado às atividades de baixo nível de produtividade, para trabalhadores independentes ou por conta-própria, e para empresas muito pequenas não organizadas institucionalmente. Outro marco importante da análise da informalidade que pode ser apreendido desses estudos é a correlação simplista entre a pobreza e a forma de inserção no mercado de trabalho.

As idéias básicas que qualificam as afirmações acima são apresentadas no estudo sobre o Quênia. Como enfatiza CACCIAMALI (1983), no primeiro momento desta construção teórica, a conceituação apresentada pela OIT para definição do setor informal tem como traço principal a associação do segmento à pobreza, com sua face mais evidente na questão do subemprego e da precariedade ocupacional. Uma vez que o setor informal é resultado da força de trabalho excedentária, deduz-se, ainda, como uma das características mais gerais desse segmento, a facilidade à entrada.

A incorporação da idéia de setor informal na América Latina aparece nos trabalhos desenvolvidos na primeira me-

² Destacam-se os trabalhos da OIT/PREALC: Colômbia: 1970; Gana e Sri Lanka: 1971; Quênia e Costa Rica: 1972; Irã, Filipinas, Paraguai, São Domingos e Nicarágua: 1973; México, São Salvador e Panamá: 1974. (CACCIAMALI, 1983, p.17).

tade dos anos 70, a partir do Programa Regional de Emprego para a América Latina – PREALC, constituído pela OIT como parte do Programa Mundial de Emprego. Os próximos estudos do PREALC contêm um esforço mais sistemático de interpretação do setor informal urbano. A evolução do conceito permite que algumas características do setor informal sejam minimizadas ou redefinidas, ao mesmo tempo em que conserva a tese central de que o setor informal constitui-se apenas no lócus da inserção da força de trabalho não absorvida no setor formal.

Esse tipo de concepção vigorará até a década de 80, quando à luz de evidências empíricas, os estudos passam a incorporar a dimensão multifacetária do setor informal, afastando-se da associação da informalidade com a pobreza urbana e a inserção de migrantes. No debate atual, sobre o papel do setor informal no funcionamento do mercado de trabalho urbano, vários postulados da visão original da OIT/PREALC foram revisados. Nesse sentido, critica-se as abordagens que associam o setor informal com baixa renda ou com atividades não-regulamentadas, e sustenta-se que: a) o setor deve ser relacionado com a forma de participação dos indivíduos na produção; b) deve ser entendido como uma forma de organização dinâmica que se insere e se molda aos movimentos da produção capitalista, continuamente deslocado e recriado, tornando-se flexível e permeável, e adaptando-se às condições gerais da economia; c) a associação entre pobreza e o setor informal é prejudicada pela heterogeneidade do setor; e d) a facilidade de entrada não é condição geral das atividades não capitalistas, as barreiras à entrada podem ser significativas. (SOUZA, 1980a; CACCIAMALI, 1983). Essas proposições rompem com a concepção dual de mercado de trabalho, na medida em que passa a conceber que o setor informal é resultado do movimento econômico realizado pelo setor formal, subordinando as atividades informais. A definição do setor informal deixa também de ser a facilidade de entrada e passa ser as características da organização produtiva, o que significa uma completa reformulação do conceito de setor informal, visto que o setor informal não é mais suficientemente elástico para absorver o excedente de mão-de-obra que não consegue se empregar no setor formal, ao mesmo tempo em que o reconhecimento da heterogeneidade interna ao setor informal invalida a hipótese de que apenas as pessoas mais pobres sejam seus únicos ocupantes.

Em relação a operacionalização do conceito, frente às situações concretas de inserção, o corte analítico adotado para a classificação e operacionalização estatística do setor informal tem como base as formas pelas quais os indivíduos encontram-se integrados à produção, obedecendo aos seguintes elementos distintivos

da organização da produção³ : i) para delimitar o âmbito do setor informal o ponto de partida é a unidade econômica – entendida como unidade de produção – e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida; ii) fazem parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo; iii) as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção; iv) embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal, na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não a seu status legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual, não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes; e, v) a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa⁴ (15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho – OIT: 1993).

CACCIAMALI (1983) procura, ainda, adotar uma maneira mais rigorosa de demarcar os limites da informalidade, com a exclusão de todas as atividades baseadas no trabalho assalariado. De acordo com a autora, apesar da inclusão dos assalariados sem registro ser usual nas estimativas sobre o setor informal, a sua incorporação, mesmo a partir do levantamento dos ocupados em estabelecimentos de pequeno porte, resulta na superestimação do seu tamanho, levando a conclusões e diagnósticos equivocados, cujo efeito mais visível se faz sentir a partir da formulação de políticas públicas inadequadas (CACCIAMALI e BRAGA, 2002).

³ A OIT vem, desde a década de 20, desenvolvendo recomendações para a coleta e sistematização de informações sobre mercado de trabalho. Na 11ª Conferência da OIT, em 1966, diante das intensas discussões sobre subutilização da mão-de-obra nos países em desenvolvimento, foi elaborada uma recomendação relativa ao cálculo de subemprego. A 13ª Conferência, realizada em 1982, pretendeu dar continuidade aos avanços metodológicos na área de identificação e mensuração do setor informal. Nas Conferências posteriores, realizadas em 1993 e 1997, a delimitação do setor informal adquire maior clareza.

⁴ De acordo com as Recomendações da OIT a população ocupada no setor informal será aqui representada pelas seguintes categorias de inserção na produção possibilitadas pela PED: trabalhador por conta-própria ou autônomo; dono de negócio familiar; trabalhador familiar sem remuneração salarial; empregadores com até 5 empregados; empregado com ou sem carteira de trabalho assinada ocupado em empresas do setor informal; empregado doméstico.

Apesar do esforço empreendido na tentativa de delimitação e definição da natureza do setor informal e de suas relações com o conjunto da economia, não existe um acordo sobre o significado e alcance desse conceito, havendo variação da sua composição e magnitude, segundo as diversas correntes teóricas, traduzidas por meio das diferentes formas de mensuração.

A partir dos anos 1980, e com base na literatura americana, verifica-se o aparecimento de um novo uso do termo informalidade, o que promoverá uma total modificação no enfoque do objeto de estudo. Na nova formulação, a economia informal é definida explicitamente pela ausência de regulação, ou mais especificamente, a partir da ruptura em relação ao ordenamento jurídico da organização da produção, através do não cumprimento das regras fiscais, trabalhistas ou previdenciárias. Neste novo significado, a economia informal, economia subterrânea, submersa, oculta ou não-registrada, é tomada como sinônimo das atividades à margem da regulação social, no qual a mão-de-obra não é registrada com o propósito de fugir ao pagamento de encargos fiscais e sociais.

Essa discussão ganha fôlego a partir das recentes publicações da OIT (17^a Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho – OIT: 2003) onde é apresentado um conceito mais abrangente de economia informal, elaborado com o objetivo de ampliar a delimitação do setor informal anteriormente baseada na unidade de produção. A proposta é apresentar uma nova categoria de inserção, denominada “emprego informal”, cuja unidade de análise passa a ser o posto de trabalho⁵. Segundo tal critério, o “emprego informal”, inserido na economia informal, corresponderia a atividades na qual a ausência de regulamentação governamental constituiria um dos aspectos mais importantes de identificação, e a inexistência da carteira de trabalho assinada ou contribuição para o instituto de previdência social, por exemplo, seria o elemento identificador da ocupação informal.

Deve-se destacar que não existe, de fato, uma concordância a respeito da composição do setor informal, mas, de acordo com CACCIAMALI (1989), este não deve ser demarcado como lócus das firmas que não cumprem a legislação. Enquanto a economia submersa, ou subterrânea, é caracterizada pelas atividades econômicas que

não cumprem as regulamentações institucionais, sejam estas fiscais, trabalhistas ou de outro tipo, o termo economia informal representa o segmento da estrutura produtiva organizada sob a forma de pequena produção. A ilegalidade constitui a principal característica da economia submersa, enquanto que, para o setor informal, a ilegalidade não constitui característica essencial, visto que a tendência daqueles inseridos no setor informal é estabelecer-se de forma mais estável, para a qual necessitaria de legalização por diversos motivos, entre os quais a contratação de mão-de-obra. De acordo com CACCIAMALI (1989), existem diferenças essenciais entre o setor informal e a economia submersa, diferenças essas dadas por aspectos teóricos e formas de mensuração. Quanto à forma de expansão, os fatores que induzem à economia subterrânea referem-se aos custos trabalhistas do emprego legal e à carga fiscal sobre as empresas, enquanto que a inserção no setor informal está intrinsecamente ligada à necessidade de obtenção dos meios necessários para a sobrevivência ou complementação da renda familiar (CACCIAMALI, 1989).

Perfil do Trabalhador Informal na Região Metropolitana de Salvador

No período recente, a generalização do desemprego entre os diferentes segmentos populacionais, bem como o caráter estrutural da desocupação (caracterizado pelo desemprego de longa duração), o crescimento da terceirização, a partir da subcontratação, e a redução do nível de emprego no setor público, acabaram afetando a dinâmica e a estrutura do mercado de trabalho no seu conjunto.

O trabalho informal, que era considerado fruto da incapacidade de geração de empregos nos mercados formais de trabalho e que funcionava como um “colchão amortecedor” em momentos agudos de retração econômica, ganha novas dimensões na RMS, na medida em que, mesmo em períodos de recuperação da atividade econômica, se destaca como importante alternativa de ocupação para trabalhadores antes incorporados ao setor regulamentado da economia e, agora, sem alternativa de emprego. Essa “nova” informalidade, que se soma à “tradicional”, é resultado da rigidez da situação de desemprego, caracterizada pelo desemprego de longa duração e da estagnação do nível de assalariamento do setor formal.

Na distribuição dos ocupados, segundo as categorias de forma de participação na produção, com exceção do trabalho por conta própria, todas as outras categorias de posição na ocupação diminuem a participação no

⁵ O “emprego informal” seria assim delimitado: trabalhador por conta-própria ou autônomo, donos de suas próprias empresas do setor informal; empregadores, donos de suas próprias empresas do setor informal; trabalhadores familiares (ocupados em empresas do setor informal e formal); membros de cooperativas de produtores informais; assalariados com empregos informais (sem carteira de trabalho assinada em empresas do setor informal e formal); trabalhadores por conta-própria que produzem bens exclusivamente para auto-consumo; empregados domésticos. O “emprego informal”, fora do setor informal, estaria representado pelas seguintes categorias de inserção: assalariados sem carteira em empresas formais; trabalhadores familiares em empresas formais; trabalhadores auto-consumo (17^a Conferência de Estatísticas do Trabalho - OIT: 2003).

Tabela 1
Distribuição dos Ocupados segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Salvador, 2000-2004

%

Posição na Ocupação	2000	2004
Assalariados em Empresas com até 5 Empregados	6,7	6,1
com carteira assinada	2,4	2,3
sem carteira assinada	4,3	3,8
Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar	3,4	3,5
Empregador de Empresas com até 5 Empregados	2,6	2,7
Dono de Negócio Familiar	0,8	0,8
Autônomos	22,5	23,5
que trabalham para o Público	18,1	19,3
que trabalham para Empresas	4,4	4,2
Empregados Domésticos	10,5	9,7
Trabalhadores Familiares	1,5	0,9
Subtotal (ocupação informal)	44,6	43,7
Ocupados Não Relacionados Acima ⁽¹⁾	55,4	56,3
Ocupados Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Nota: ⁽¹⁾ Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

Elaboração própria

período analisado. No entanto, os dados da PED indicam a presença, na RMS, de um setor informal de dimensões consideráveis. Em 2004, do total de ocupados analisados (1.261 mil), 43,7% (ou 551 mil pessoas) tem na informalidade sua principal fonte de renda e sobrevivência (Tabela 1).

Tomando-se o conjunto das informações concernentes à distribuição da população ocupada, segundo a con-

tribuição à previdência social, em 2004, 77,8% dos trabalhadores do setor informal não tinha acesso aos benefícios da previdência social, agregando à insegurança própria da atividade a exclusão dos direitos à aposentadoria, ao seguro desemprego etc. No caso específico dos trabalhadores autônomos, núcleo da análise da ocupação informal, estes têm na retração à contribuição à previdência (de 11,8% em 2000, para 10,5% em 2004),

Tabela 2
Distribuição dos Ocupados segundo Contribuição a Previdência
Região Metropolitana de Salvador, 2000-2004

%

Posição na Ocupação	Total	Contribuição à Previdência			
		Sim	Não	Sim	Não
		2000		2004	
Assalariados em Empresas com até 5 Empregados	100,0	38,8	61,1	39,8	60,2
com carteira assinada	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0
sem carteira assinada	100,0	(2)	95,9	(2)	97,1
Empregador c/até 5 Empregados Dono de Negócio Familiar	100,0	42,8	57,0	41,0	59,0
Empregador de Empresas com até 5 Empregados	100,0	50,1	49,9	47,3	52,7
Dono de Negócio Familiar	100,0	(2)	81,1	(2)	79,5
Autônomos	100,0	11,8	82,2	10,5	89,5
que trabalham para o Público	100,0	10,3	89,7	8,5	91,5
que trabalham para Empresas	100,0	17,7	82,3	19,6	80,4
Empregados Domésticos	100,0	32,3	67,7	34,0	66,0
Trabalhadores Familiares	100,0	(2)	95,5	(2)	94,0
Subtotal (ocupação informal)	100,0	22,8	77,2	22,2	77,8
Ocupados Não Relacionados Acima ⁽¹⁾	100,0	81,9	18,1	83,4	16,6
Ocupados Total	100,0	55,5	44,5	56,6	43,4

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

⁽¹⁾ Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

⁽²⁾ A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Elaboração própria

um dos principais elementos da deterioração das suas condições de trabalho.

O perfil da ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador também foi afetado. No período de estudo, há uma mudança qualitativa da ocupação no setor informal, resultado da crescente dificuldade de inserção de parte relevante de trabalhadores, sem perspectivas de reemprego. Na análise da distribuição dos trabalhadores informais, segundo atributos pessoais, verifica-se que, na RMS, esse trabalhador é principalmente homem (55,6%), de cor negra (88,4%), com idade superior a 25 anos, chefe de família (55,8%) e com baixo nível de escolaridade: até o primeiro grau incompleto⁶ (46,4%). Entretanto, devido ao limitado crescimento dos setores protegidos e à crescente dificuldade de inserção dos chefes de família e indivíduos com maior nível educacional no mercado de trabalho metropolitano, ocorre um desloca-

Ainda com base nos dados da PED, a informalidade na RMS pode ser apreendida segundo situações bastante heterogêneas, conforme o setor de atividade, níveis de rendimento, jornadas e condições de trabalho, nas quais convivem atividades mais organizadas ao lado de empreendimentos de baixa eficiência e baixos rendimentos.

Embora o trabalho informal seja, em geral, caracterizado pela inserção precária (geralmente no comércio ou em atividades no setor de serviços), a informalidade não é obrigatoriamente sinônimo de marginalidade social, exclusão, instabilidade ou pobreza. Na Grande Salvador, ela pode vir a ser também uma estratégia bem-sucedida de inserção e ascensão sociais, frente aos postos de trabalho assalariados. Nesse sentido, as atividades informais podem abrigar trabalhadores e empreendedores socialmente integrados, inclusive do ponto de vista da renda pessoal.

Tabela 3
Média e Mediana do Rendimento Real dos Ocupados
Região Metropolitana de Salvador, 2000-2004

R\$ fev. 2005

Posição na Ocupação	Rendimento		Rendimento	
	Média	Mediana	Média	Mediana
	2000		2004	
Assalariados em Empresas com até 5 Empregados	334	264	340	271
com carteira assinada	452	369	454	362
sem carteira assinada	264	221	265	254
Empregador c/até 5 Empregados Dono de Negócio Familiar	1773	1240	1415	969
Empregador de Empresas com até 5 Empregados	1989	1468	1618	1065
Dono de Negócio Familiar	1081	746	725	457
Autônomos	524	292	422	246
que trabalham para o Público	453	248	371	214
que trabalham para Empresas	818	428	657	319
Empregados Domésticos	214	220	219	255
Trabalhadores Familiares	-	-	-	-
Subtotal	495	230	427	260
Ocupados Não Relacionados ⁽¹⁾	995	538	910	516
Ocupados Total	774	395	696	369

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

⁽¹⁾ Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

Nota: Inflator utilizado - IPC da SEI. Valores em reais de fevereiro de 2005. Excluídos os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

Elaboração própria

mento de parte dessa população para atividades consideradas marginais e, antes, reservadas aos mais jovens, ou aos mais idosos, às mulheres, aos negros ou aos trabalhadores com baixo nível de escolarização e qualificação.

Desta forma, as ocupações informais abrangem um leque variado de atividades, que se estende desde as esferas tradicionais até atividades capazes de garantir estratégias bem sucedidas de inserção, frente aos postos de trabalho assalariados. A investigação da remuneração do trabalho na RMS mostra que, entre os trabalhadores informais, há uma grande dispersão dos rendimentos, segundo a posição na ocupação e os atributos pessoais. Conforme os dados da PED, os maiores rendimentos médios são verificados para os empre-

⁶ Tais características se repetem para a desagregação da população metropolitana, segundo atributos pessoais. Entretanto, quando comparada às proporções da ocupação total, verifica-se a maior participação relativa de homens (54,2%), dos negros (85,5%), jovens de até 17 anos, indivíduos de 40 e mais, chefes de família (45,5%) e indivíduos com baixo nível de escolaridade (35,5%), no total dos trabalhadores autônomos na RMS.

gadores (R\$ 1.618) e donos de negócio familiar (R\$ 725) e para os trabalhadores autônomos vinculados a uma ou mais empresas (R\$ 657). Desse modo, as atividades informais também englobam ocupações regularmente exercidas por trabalhadores qualificados, que delas retiram uma renda relativamente elevada face à média de salários vigentes no mercado de trabalho, para o total de ocupados (R\$ 696), e que desempenham suas funções sob condições de trabalho satisfatórias.

Por fim, a comparação dos dados, entre 2000 e 2004, mostra que a redução do nível de renda não atingiu todos os trabalhadores da mesma maneira. Ressalte-se a retração de 13,7% nos rendimentos dos trabalhadores informais e de 8,5% entre os ocupados no setor formal. Faz-se necessário destacar que a determinação do nível de renda do setor informal (mais especificamente a sua variação) depende do nível de atividade da economia e, portanto, do nível de rendimentos dos assalariados que, ao longo dos últimos anos, vem apresentando quedas consideráveis.

Considerações Finais

Nos últimos anos, a economia brasileira vem passando por profundas transformações, que se materializam nas intensas e rápidas alterações na organização da produção, na composição da força de trabalho e na estrutura do emprego. Neste estudo, procurou-se examinar um aspecto desse processo de mudança: o trabalho informal. Mais especificamente, pretendeu-se analisar a dinâmica da ocupação informal em um mercado de trabalho particular, o da Região Metropolitana de Salvador, que historicamente é marcado por uma grande informalidade.

A reprodução da informalidade está associada ao estilo de desenvolvimento adotado no país, mas se torna uma questão mais preocupante no atual cenário de crise do desenvolvimento. De fato, a crise econômica e social nas duas últimas décadas pode ser vista da perspectiva da desorganização do mercado de trabalho brasileiro, isto é, do agravamento da situação de desemprego, da precarização das formas de contratação, do aumento do número de trabalhadores sem vínculo empregatício institucionalizado, dos elevados níveis de informalidade, assim como da perda de poder de compra das remunerações dos trabalhadores. Mesmo em um contexto mais favorável, a reorganização do trabalho assalariado e a ampla incorporação da força de trabalho nas atividades por conta-própria acabaram acentuando as desigualdades nos diversos espaços regionais.

Com o incremento dos níveis de desemprego e a elevação do tempo médio de procura por trabalho, verifica-se

a perda de mobilidade dos indivíduos entre as situações ocupacionais no setor formal. Ao mesmo tempo, à estagnação do emprego formal associa-se o incremento do trabalho por conta-própria.

Embora o trabalho informal seja, em geral, caracterizado pela inserção precária, a informalidade não é obrigatoriamente sinônimo de marginalidade social, exclusão, instabilidade ou pobreza. No entanto, de acordo com os dados da PED, há uma clara seletividade entre os trabalhadores informais, no que tange o acesso à renda e às condições de trabalho mais estruturadas. Diante do alto custo e ônus fiscal envolvidos na manutenção de um negócio mais estruturado e na sua regularização, a maioria das unidades produtivas não dispõe de constituição jurídica, nem de registros contábeis sistemáticos, e não paga licença para exercer sua atividade. Em resumo, grande parte dos trabalhadores informais vê, nas ocupações avulsas, exercidas sob condições de trabalho e renda instáveis, a única fonte de sobrevivência e saída para o desemprego. Neste contexto, o distanciamento do setor público em relação aos produtores constitui outro fator de agravamento da situação dessa parcela de trabalhadores.

O setor informal, conforme apresentado nas seções anteriores, é composto por dois grupos que representam diferentes categorias de inserção laboral: os proprietários (trabalhador por conta própria e pequeno empregador) e seus empregados (assalariado sem registro e trabalhador familiar).⁷ Esses dois grupos apresentam condições de trabalho diferenciadas, tanto na renda, como nas demais possibilidades de realização pessoal. Nesse sentido, a política pública deve orientar-se de forma diferenciada para esses dois grupos de trabalhadores. Fortalecer os pequenos estabelecimentos e o trabalho por conta própria, aprimorar o aparelho burocrático para orientar, fiscalizar e induzir a aplicação, não apenas da legislação laboral, mas de todo o quadro legal pertinente à atividade.

Uma das respostas da política pública para o setor informal é buscar formas de remover os obstáculos ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas, promovendo, principalmente, o acesso a linhas de crédito, qualificando micro-empresários, agilizando canais de comercialização, oferecendo opções tecnológicas, di-

⁷ Conforme SOUZA (1980a), o empregado doméstico constitui um caso muito especial dentro do mercado de trabalho. Formalmente são considerados assalariados, mas não existe uma subordinação a um capital. Para CACCIA-MALI (1983), os serviços domésticos integrariam as atividades informais por corresponder a apenas uma extensão do trabalho dos membros da unidade de consumo para se manter e se reproduzir. O produto resultante do esforço do empregado contratado é encarado como bem de consumo e, a renda auferida, ainda que tome a forma de salário, constitui dedução do rendimento familiar. A convivência em família, por sua vez, imprime pessoalidade à relação de trabalho estabelecida. Em função destas especificidades, a OIT recomenda o tratamento desta categoria de inserção em separado.

vulgando práticas bem sucedidas e, em determinados casos, criando regimes especiais fiscais.

A atuação não deve estar limitada apenas ao fornecimento do crédito, mas faz-se necessário investir na qualificação do empreendedor, tanto do ponto de vista técnico como de gestão. Programas voltados para ações de capacitação, nas áreas de marketing, análise financeira e gestão empreendedora e preparação do plano de negócios, são tão necessários quanto a concessão do crédito. Por fim, o monitoramento para o acompanhamento dos resultados, caracteriza uma das principais necessidades dos “empreendedores”, possibilitada pela articulação entre as ações de concessão de crédito, capacitação e assessoria.

Referências

- BALTAR, P. E. A. ET AL. *Mercado de trabalho no Brasil: O aumento da informalidade nos anos 90*. Campinas: IPEA/FECAMP-IE-UNICAMP, 118 p., 1997. (Relatório de Pesquisa).
- BRAGA, T. *Estrutura e Dinâmica da Ocupação Informal na região Metropolitana de Salvador: Uma análise dos anos 90*. Campinas: UNICAMP/IE, 2003, 140 p. (Dissertação de Mestrado).
- CACCIAMALI, M. C. *Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro*. Ministério do Trabalho. Texto para Discussão, n. 19, novembro, 1989, 62 p.
- _____. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: IPE/USP, 1983, 144 p. (Tese de Doutorado).
- CACCIAMALI, M. C. & BRAGA, T. Políticas públicas voltadas para o setor informal. IN: CHAHAD, J.P.Z. (coord.) *Estudos e análise com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: FIPE/MTE, janeiro, 2002, 82 p. (Relatório de Pesquisa).
- DEDECCA, C. S & FERREIRA, S. P. O Setor informal no funcionamento do mercado de trabalho urbano. In: *Terciarização, Metropolização e Gestão Metropolitana*. Campinas: UNICAMP/NESUR, dezembro, 1990, 62 p. (Relatório de Pesquisa).
- FAGUNDES, M. E. M. *Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: Um estudo exploratório*. Salvador: FCE/UFBA, 1992, 201 p. (Dissertação de Mestrado).
- LIMA, B. M. F. de. *Criptoeconomia ou economia subterrânea. Uma investigação preliminar no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV - Fundação Getúlio Vargas. Estudos Especiais IBRE, n. 5, janeiro, 1985, 127 p.
- OIT: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Directrices sobre una definición estadística de empleo informal, adoptadas por la Decimoséptima Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo (noviembre – diciembre de 2003)*. 17ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho – OIT. Site: < <http://www.ilo.org> >. Acesso em 10 de março de 2005.
- OIT: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho - OIT: 1993. Site: < <http://www.ilo.org> >. Acesso em 10 de março de 2005.
- SEI/SETRAS/UFBA-FCE/DIEESE/SEADE. *Boletim Mensal: Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador, 2000-2004.
- SEI/SETRAS/UFBA-FCE/DIEESE/SEADE (2004) *Boletim Anual: Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador*. Resultados do ano de 2004. Salvador, 2005.
- SETHURAMAN, S.V. El sector urbano no formal: definición, medición y política. *Revista Internacional del Trabajo*, v. 94 n. 1, jul-ago, 1976, pp. 77-91.
- SOUZA, P. R. *A determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1980a. (Tese de Doutorado).
- _____. *Emprego, salário e pobreza*. Economia e Planejamento. São Paulo: Hucitec, 1980b.
- TOMAZINI, S.T. *Emprego informal e trabalho por conta-própria: Um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil*. Campinas: UNICAMP/IE, 1995, 98 p. (Dissertação de Mestrado). ■



A articulação entre capital financeiro e políticas neoliberais na economia brasileira contemporânea

Antônio de Pádua Melo Neto*
Roberto Conceição dos Santos**

A recente fase do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, chamada por François Chesnais de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), caracteriza-se por transformações nas formas de acumulação de capital (a hipertrofia da esfera financeira) e nas formas de consumo da força de trabalho (processos de trabalho flexíveis). Entretanto, essas mutações não eliminaram o trabalho assalariado como principal relação social de produção; elas são, antes de tudo, respostas encontradas pelas classes dominantes para garantir a reprodução sistêmica, ou seja, a apropriação do excedente econômico gerado na esfera produtiva. Essas “respostas” só surgiram porque o capitalismo enfrenta, desde o final da década de 60, uma crise estrutural de grandes proporções, que se traduz em taxas crescentes de desemprego, taxas decrescentes de investimento produtivo e reduzido crescimento econômico.

As transformações que geraram a face contemporânea do capitalismo podem ser resumidas em três processos: a hegemonia do capital financeiro (cujo ponto de inflexão é a desregulamentação financeira ocorrida a partir de 1975), a ascensão do neoliberalismo e as formas “flexíveis” de consumo da força de trabalho. Esses três processos não estão separados - eles são interdependentes -, o que faz do fenômeno da assim chamada globalização algo multifacetado. Como bem coloca Druck,

(...) é fundamental buscar compreender a globalização como um processo que envolve multidimensões, sintetizando uma realidade histórica que expressa, de forma mais acentuada, uma ou outra face deste momento, mas sempre mantendo-se a idéia de que há uma imbricação indissolúvel entre os planos econômico, político e social (DRUCK, 1999, p. 15).

O presente artigo tem como objetivo iluminar algumas conexões entre a formação de um regime de acumulação financeirizado em escala mundial e a difusão acelerada de políticas macroeconômicas de orientação, muitas vezes não declarada, claramente neoliberal. Além disso, pretende-se mostrar alguns impactos diretos dessas injunções sobre a evolução recente da economia brasileira.

A “Onda Neoliberal” e a Financeirização do Capitalismo

As décadas de 50 e 60 ficaram conhecidas como a “era de ouro” do capitalismo global, pois as taxas de crescimento econômico foram significativas, a produtividade do trabalho elevou-se de forma persistente e os salários da classe trabalhadora conseguiram aumentos reais e incorporaram uma parcela dos ganhos de produtividade. Ao final da década de 60 e início da década de 70, esse modelo de desenvolvimento capitalista, chamado pela Escola Francesa da Regulação de “modo de regulação fordista”, começou a apresentar problemas de expansão e de reprodução.

A crise que corroeu as bases de acumulação fordista derivou de condições micro e macroeconômicas. No âmbito microeconômico, houve um lento crescimento da produtividade do trabalho, causado pelo obsolescência do padrão tecnológico vigente e da crescente insatisfação dos trabalhadores com a gestão taylor-fordista dos processos de trabalho – traduzindo-se em greves, faltas ao trabalho, alta rotatividade, elevação de refugos e falhas (FILGUEIRAS, 2000). Esses problemas, gerados pela corrosão das relações entre capital e trabalho, traduziram-se em um conflito distributivo que engendrou um quadro macroeconômico de inflação alta, pois os capitalistas repassavam aos preços as pressões por elevações reais dos salários dos trabalhadores.

Num ambiente marcado pela desaceleração econômica, o Estado passou a enfrentar um duplo problema, que se traduzia na redução da arrecadação de receitas e na elevação de gastos com seguro-desemprego, o que significou um rápido crescimento do déficit público. Os déficits públicos crescentes aceleraram o processo inflacionário, minando a forma de intervenção estatal construída no pós-guerra: o Welfare State. Somando-se a esse ambiente já instável, ocorreram as duas crises do petróleo (1973

* Economista graduado pela FCE-UFBA, mestrando em Sociologia pelo IFCH-Unicamp e assessor econômico da Bancada do PT na Assembleia Legislativa.

** Estudante do 6º semestre em Ciências Econômicas pela FCE-UFBA e estagiário na área de economia da Bancada do PT.

e 1979), que reduziram drasticamente a liquidez internacional, afetando de modo particularmente violento a periferia do sistema capitalista (FILGUEIRAS, 2000).

Em síntese, as causas da crise enfrentada pelo fordismo, segundo Bühr (1998), podem ser resumidas em quatro pontos:

- a) **Diminuição dos ganhos de produtividade** – Explicação dos limites técnicos e sociais para a expansão dos métodos taylor-fordistas. Ou seja, os ganhos de produtividade consistiam na aplicação dos métodos taylor-fordistas a setores que ainda não tinham sido por eles modificados e no aprofundamento desses métodos nos setores já transformados. Esse processo extensivo esbarrou em redução da fluidez (elevação dos tempos mortos na jornada de trabalho e do tempo de circulação dos produtos entre postos de trabalho) e da flexibilidade (panes, quebras de estoque, greves parciais) (BIHR, 1998). Além disso, a intensificação do ritmo e da parcelização do trabalho geraram inúmeras revoltas da classe trabalhadora, o que se traduziu em aumentos significativos de absenteísmo, greves, refugos e desperdícios de insumos, quebrando e encarecendo a continuidade do processo de produção capitalista.
- b) **Elevação da composição orgânica do capital** – O fordismo baseava-se em um regime intensivo de acumulação de capital, com maciços investimentos em capital constante, que garantiam, junto com os novos métodos de organização do processo de trabalho, os ganhos elevados de produtividade. Esses investimentos volumosos implicavam uma elevação da composição orgânica do capital, o que se traduzia, mantendo-se as outras variáveis constantes, na redução da taxa de lucro.¹
- c) **Saturação do consumo massificado** – O consumo em massa desenvolvido pelo fordismo esbarrou na saturação de mercados importantes, como o de bens duráveis (automóveis, eletrodomésticos e residências), fazendo com que a demanda ganhasse características flutuantes (reposição eventual de peças e acessórios, o que não garantia a rentabilidade dos negócios) e específicas (busca por diferenciação e qualidades inovadoras das mercadorias, o que ia de encontro à produção estandardizada).
- d) **Desenvolvimento do trabalho improdutivo** – O crescimento do trabalho empregado em setores ligados à circulação do capital (o comércio e os serviços bancários e financeiros) e à reprodução social (especialmente os aparelhos estatais) contribuiu para limitar a valoriza-

ção do capital e a sua escala de acumulação, pois implicava consumo de parcelas crescentes da massa de mais-valia social.²

Diante de um quadro de decomposição econômica e social, idéias e receitas não tão novas entram em cena, com o objetivo de “restaurar” a normalidade do sistema capitalista, ou seja, a realização dos lucros dos capitalistas. É a partir de um quadro de estagflação (estagnação econômica + inflação acelerada) que as idéias neoliberais começam a ganhar terreno. Idéias essas que não são historicamente recentes, pois seu corpo doutrinário já havia sido elaborado desde os anos de 1944, com a publicação do livro *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek e com a sua exaustiva discussão pela Sociedade de Mont Pèlerin,³ a partir de 1947.

Para os neoliberais, a causa principal dos problemas econômicos enfrentados pelo capitalismo, ao final da década de 60, residia no

(...) poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 10).

A partir desse diagnóstico, os neoliberais recomendavam a manutenção de um Estado com ampla capacidade de intervir sobre os sindicatos (esvaziando-lhes o poder) e de controlar de forma precisa a expansão monetária. Esses dois eixos de ação, para se alcançar a estabilidade monetária, resultaram numa ferrenha disciplina fiscal por parte do Estado. A busca por essa disciplina fiscal materializou-se em um conjunto de políticas econômicas caracterizadas por redução dos gastos sociais, desregulamentação do mercado de trabalho, redução da carga tributária sobre o grande capital, retração da emissão de moeda e privatização de empresas estatais.

O Chile, de Pinochet, foi o primeiro “laboratório” para se testar as idéias neoliberais, pois contava com uma conjuntura política extremamente favorável para as classes dominantes (ditadura sangrenta). Entretanto, os dois países que contribuíram sobremaneira para a expansão global da “onda neoliberal” foram os Estados Unidos, no governo de Ronald Reagan, e a Inglaterra, no governo de Margaret Thatcher, ao longo da década de 1980. O desmonte do Estado de Bem-estar Social e o dilaceramento do movimento sindical foram ferozes nesses dois países (de forma mais intensa na Inglaterra, do que nos EUA), e serviram de exemplo a ser seguido em outras latitudes do globo.

² O trabalho é considerado produtivo ou improdutivo a partir do ponto de vista do capital, ou seja, da sua capacidade de gerar mais-valia. O trabalho improdutivo não é, necessariamente, um trabalho socialmente inútil. Muito pelo contrário, o trabalho alocado em alguns setores, como, por exemplo, nos Aparelhos de Repressão Estatal (ARE), é extremamente útil para a garantia da propriedade privada dos meios de produção e a manutenção da exploração da classe trabalhadora.

³ Da qual faziam parte, além do próprio Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, entre outros (ANDERSON, 1995).

¹ Sendo a composição orgânica do capital dada pela relação entre capital constante (c) e capital variável (v), ou seja, c/v ; e a taxa de lucro sendo definida como $m/(1 + c/v)$, uma elevação da composição orgânica do capital, mantendo-se constante a massa de mais-valia (m), implica uma redução da taxa de lucro.

Assim, é na década de 1980 que o neoliberalismo ascende à condição de “pensamento único”, sendo muitos dos seus princípios postos em prática, tanto no centro quanto na periferia do sistema capitalista, por partidos dos mais variados matizes ideológicos (de direita, de centro e, até mesmo, de esquerda). A partir daí, o neoliberalismo adquire uma impressionante hegemonia cultural, sendo muito mais do que um conjunto de políticas econômicas, ganhando status de “visão social de mundo”, que permeia o imaginário das mais variadas classes e grupos sociais, que em sua maior parte nada têm a ganhar com a adoção dessas concepções. A difusão maciça da “visão social de mundo” neoliberal ocorreu através da repetição exaustiva da “simples idéia de que não existem alternativas aos seus princípios” (ANDERSON, 1995, p. 23).

No bojo da “onda neoliberal”, uma importante transformação ocorreu: a financeirização do capital, também conhecida como a mundialização financeira. Entretanto, o marco inicial para o processo de mundialização financeira ocorreu com a adoção do regime de câmbio flexível após a revogação unilateral do sistema de Bretton Woods (CHESNAIS, 1999). A partir daí, processos de desregulamentação monetária e financeira, desintermediação e abertura de mercados financeiros nacionais favoreceram a hipertrofia da esfera financeira. Coube às políticas neoliberais, especialmente às de desregulamentação financeira e desoneração tributária sobre altos rendimentos, o papel de catalisadores desses processos, que criaram um ambiente extremamente favorável às inversões meramente especulativas. Essa desregulamentação financeira – juntamente com a abertura comercial – forma, sem dúvida, o “núcleo duro” das políticas macroeconômicas de orientação neoliberal, sendo sua aplicabilidade a garantia de valorização do capital financeiro (BOITO JR., 1999, p. 50-51).

Entre 1980 e 1992, enquanto a taxa média de crescimento da formação bruta de capital fixo nos países da OCDE foi de 2,3%, a taxa média de crescimento dos estoques de ativos financeiros, nesses mesmos países, foi de 6% (CHESNAIS, 1999). Estima-se que apenas 3% das transações realizadas nos mercados mundiais de câmbio sejam relativas ao comércio internacional de mercadorias, o que dá uma idéia da dissociação existente entre a esfera financeira e a esfera produtiva (CHESNAIS, 1996).

A hipertrofia da esfera financeira – a hegemonia do capital financeiro – tem um impacto profundo sobre a estrutura do capitalismo contemporâneo, pois é só do investimento produtivo que é gerado o emprego, ou seja, é “o investimento produtivo que ajuda a determinar, no longo prazo, o ritmo da criação de riquezas” (CHESNAIS, 1999, p. 14). Logo, a redução do crescimento econômico (com diminuição do número de postos de trabalho) e a hipertrofia financeira não são fenômenos desconexos, muito pelo contrário, estão intimamente ligados. Entretanto, há um limite para a realização meramente financeira (D-D’), pois os capitais investidos nessa esfera

foram gerados pelo investimento produtivo. Nas palavras de Chesnais, “a esfera financeira nutre-se da riqueza criada pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações” (CHESNAIS, 1996, p. 246).

O capital financeiro é estéril, ou seja, apropria-se de parcelas da mais-valia social gerada pelos diversos capitais produtivos. É somente se apropriando de parcelas do excedente econômico que o capital financeiro valoriza a si mesmo, sem passar por nenhuma forma de investimento produtivo, nenhum processo de produção e comercialização de mercadorias (CHESNAIS, 2003). Segundo Chesnais,

A despeito das representações fetichizadas da finança, o capital fictício engajado na Bolsa não tem a propriedade de criar novas riquezas, de criar valor. Para que a bolha financeira possa adquirir uma “permanência” é preciso que haja uma extensão, sob diferentes formas, da dominação parasitária da finança sobre a economia real (CHESNAIS, 2003, p. 64-65).

O confisco de parcelas crescentes da massa de mais-valia social para garantir a realização meramente financeira reduz a capacidade de investimento do capital produtivo, o que implica taxas de crescimento econômico medíocres, redução do número de postos de trabalho e intensificação da exploração da força de trabalho, como forma de garantir a geração de um excedente econômico “satisfatório” para o capital investido na produção, uma vez que este (o capital produtivo) precisa garantir a sua lucratividade diante da lógica imposta pelo capital financeiro. Alia-se a isso o crescimento do endividamento estatal e as necessidades do seu financiamento pelo capital financeiro, o que significa uma centralização das rendas, tanto de frações da burguesia, quanto das classes trabalhadoras, nas mãos de um pequeno grupo de rentistas.

A hegemonia neoliberal e a economia brasileira em “terra arrasada”

Embora o governo de Fernando Collor seja lembrado como o precursor da implementação de políticas neoliberais no Brasil, é a concepção e a efetivação do Plano Real que marca o ponto de inflexão no desenvolvimento recente da economia brasileira. Entre as medidas que antecederam a implantação desse plano econômico, o ajuste fiscal – a busca do equilíbrio orçamentário da União – foi uma das etapas mais importantes (FILGUEIRAS, 2000, p. 101-104; CARNEIRO, 2002, p. 363-364). A necessidade de sanear as contas públicas era identificada pelos economistas ortodoxos próximos a Fernando Henrique Cardoso como o meio mais eficaz de se combater a aceleração inflacionária. É importante perceber como, em uma etapa posterior do Plano Real, o assim chama-

do equilíbrio fiscal se traduziu em um aumento espantoso do estoque da dívida pública, tanto em valores nominais quanto em proporção do PIB (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1
Dívida Líquida do Setor Público:
Brasil, Dez./1991 - Nov./2004

Data	Setor Público Consolidado	Governo Federal e Banco Central	Governos Estaduais e Municipais	Empresas Estatais
Dez/1991	56,07	18,78	10,62	26,67
Dez/1992	678,33	221,82	168,55	287,96
Dez/1993	17.714,65	5.194,23	5.000,89	7.519,54
Dez/1994	153.162,92	65.836,21	51.090,85	36.235,87
Dez/1995	208.460,27	90.406,30	72.476,44	45.577,53
Dez/1996	269.193,43	128.413,28	93.337,85	47.442,30
Dez/1997	308.426,25	167.741,82	115.891,52	24.792,90
Dez/1998	385.869,63	231.267,74	130.905,02	23.696,88
Dez/1999	516.578,67	316.221,69	170.785,81	29.571,17
Dez/2000	563.162,94	352.967,13	185.322,69	24.873,12
Dez/2001	660.867,01	411.771,95	229.564,68	19.530,38
Dez/2002	881.108,07	560.828,81	292.977,65	27.301,61
Dez/2003	913.145,48	578.748,01	316.719,12	17.678,35
Nov/2004	941.053,89	590.792,38	347.001,73	3.259,78

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 2
Dívida Líquida do Setor Público
Brasil, Dez./1991 - Nov./2004

Data	Setor Público Consolidado	Governo Federal e Banco Central	Governos Estaduais e Municipais	Empresas Estatais
Dez/1991	38,14	12,78	7,22	18,14
Dez/1992	37,06	12,12	9,21	15,73
Dez/1993	32,56	9,55	9,19	13,82
Dez/1994	30,01	12,9	10,01	7,1
Dez/1995	30,56	13,25	10,62	6,68
Dez/1996	33,28	15,88	11,54	5,87
Dez/1997	34,35	18,68	12,91	2,76
Dez/1998	41,71	25	14,15	2,56
Dez/1999	48,68	29,8	16,09	2,79
Dez/2000	48,78	30,57	16,05	2,15
Dez/2001	52,63	32,79	18,28	1,56
Dez/2002	55,50	35,32	18,45	1,72
Dez/2003	57,18	36,24	19,83	1,11
Nov/2004	51,11	32,09	18,85	0,18

Fonte: Banco Central do Brasil

Esse crescimento exponencial da dívida pública é resultado direto de uma política monetária assentada em juros elevados, para garantir a rentabilidade das frações rentistas da burguesia interna e estrangeira, que se tornaram grandes compradoras de títulos da dívida pública e, com isso, credoras do Estado. Quanto mais elevadas as taxas de juros que remuneram os títulos da dívida pública, mais rápido cresce a necessidade do Estado obter recursos para cobrir essa rolagem da dívida. Assim, o Estado brasileiro recorreu à captação de recursos externos (o que contribuiu para o crescimento da dívida externa total) e ao aumento da carga tributária – que, a partir de 1999, atingiu, pela primeira vez na história do Brasil, o patamar de 30% do PIB. O crescimento da carga tributária, nos anos 90, é resultado direto da necessidade de financiamento da dívida pública. Essa parcela da renda da sociedade apropriada pelo Estado

é retransferida para as frações rentistas da burguesia, que detêm a maior quantidade de títulos da dívida pública. Assim, o capital financeiro, via mecanismo da dívida pública, se apropria de parcelas da massa de mais-valia social e dos salários dos trabalhadores que são tributados e arrecadados pelo Estado. O ajuste fiscal trata-se, na verdade, de ajustar as transferências de renda que financiarão a acumulação meramente financeira. Esse é um dos momentos mais importantes das reformas neoliberais. Conforme Francisco de Oliveira:

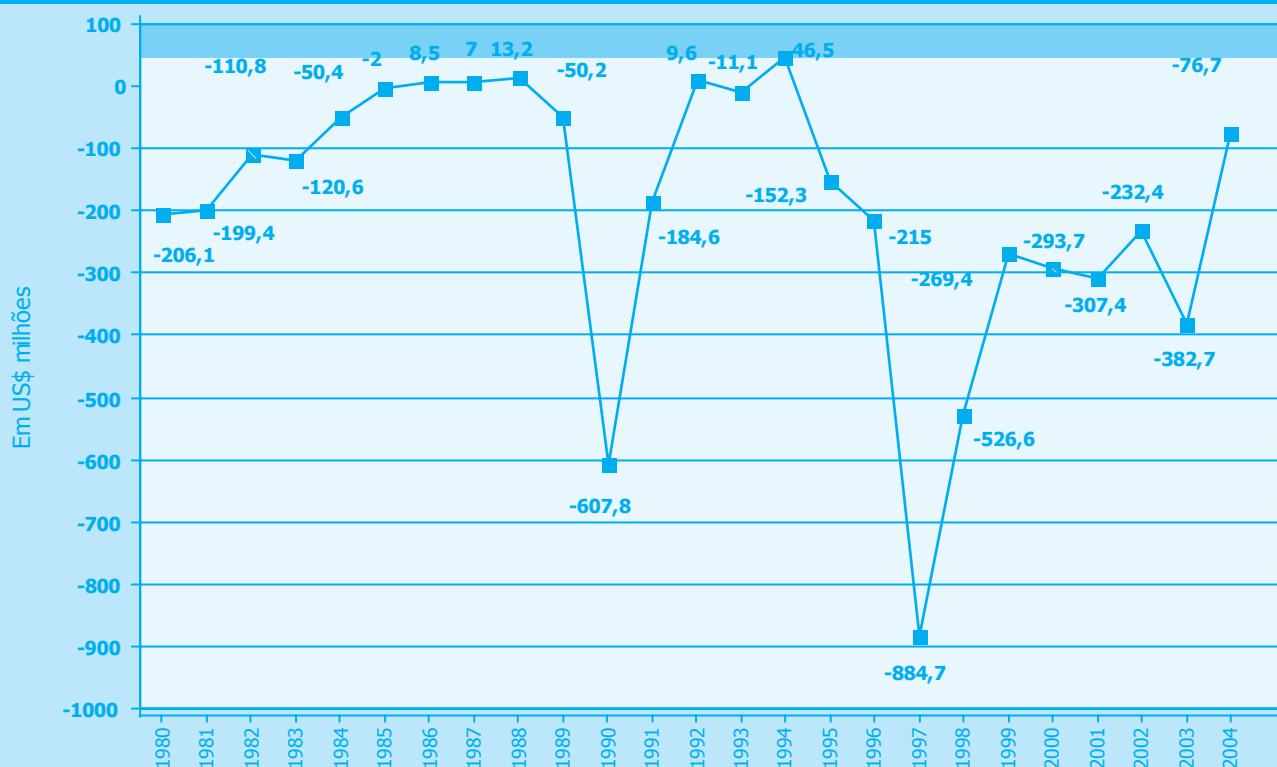
(...) o governo nacional não tem mais capacidade para remanejar seus gastos e nem a sua arrecadação. Examine-se as rubricas de gasto do orçamento nacional, onde se vê que a maior rubrica é dedicada ao serviço de pagamento da dívida interna e externa, e disso o governo não foge, porque a retaliação vem no outro dia (OLIVEIRA, 1999, p. 76).

É interessante observar que já no livro primeiro de O Capital, Marx caracterizava a dívida pública como uma espécie de “duto de mais-valia”, que garantia a acumulação primitiva de capital para os capitalista credores do Estado, ou seja, a bancocracia. Segundo suas próprias palavras:

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade, para tanto, de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante. Porém, abstraindo a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que atuam como intermediários entre o governo e a nação – como também os arrendatários de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo do Estado rende o serviço de um capital caído do céu – a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia (MARX, 1996, Vol. II, p. 373-374).

Ao ajuste fiscal, devem ser somadas as medidas de liberalização dos fluxos de capital que permitiram o aumento das transferências de capital-dinheiro, sob a forma de lucros e dividendos, para o exterior (o crescimento da remessa de “mais-valia” torna-se mais significativo a partir, justamente, de 1994; conforme atesta a Tabela 3) e a liberalização das atividades financeiras, o que permitiu que o capital bancário nacional acumulasse variadas funções de intermediação financeira, aumento dos seus ganhos, e a entrada em ação, no território brasileiro, de capital bancário e de capital financeiro estrangeiros. O crescimento da atuação de formas financeirizadas de capital estrangeiro, no Brasil, pode ser indiretamente observado a partir da elevação dos saldos negativos da conta de serviços financeiros na Conta de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos do Brasil (Figura 1).

Figura 1
Serviços financeiros
Resultado líquido em relação ao exterior



Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 3
Lucros e dividendos: Brasil, 1980-2004. (resultado líquido)

Data	US\$ milhões
1980	-721
1981	-1.111,00
1982	-2.141,10
1983	-1.452,60
1984	-1.268,10
1985	-1.599,30
1986	-1.799,00
1987	-1.526,50
1988	-2.252,60
1989	-2.913,90
1990	-1.864,50
1991	-1.864,50
1992	-748,4
1993	-1.930,40
1994	-2.565,90
1995	-2.951,20
1996	-2.830,50
1997	-5.443,10
1998	-6.855,40
1999	-4.114,60
2000	-3.316,20
2001	-4.961,00
2002	-5.161,80
2003	-5.640,40
2004	-7.337,50

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 4
Dívida externa líquida: Brasil, 1990-2003

Data	US\$ milhões
1990	104.888,80
1991	107.869,40
1992	99.625,70
1993	98.645,20
1994	88.203,50
1995	92.347,40
1996	100.561,80
1997	130.854,70
1998	182.267,03
1999	190.318,67
2000	190.316,99
2001	162.704,10
2002	164.999,14
2003	150.992,59

Fonte: Banco Central do Brasil

Essa conta registra todas as receitas e despesas feitas por entidades nacionais em relação a entidades estrangeiras, e dá uma idéia aproximada de quanto da renda nacional está sendo transferida para o pagamento de serviços financeiros de diversos tipos, desde juros a seguros.

Além disso, a liberalização financeira afrouxou as regras para o endividamento das empresas nacionais e transnacionais em moeda estrangeira. Isso também contribuiu para a elevação da dívida externa total brasileira (pública e privada), conforme os números mostrados na Tabela 4. O montante da dívida externa brasileira tem um peso considerável nas transferências de excedente econômico para o financiamento das economias capitalistas desenvolvidas, tanto na esfera da acumulação produtiva quanto na esfera da acumulação financeira.

Os efeitos de grande envergadura das políticas neoliberais – que permitiram as condições materiais para a hegemonia do capital financeiro – no desenvolvimento da economia brasileira contemporânea podem ser traduzidos no bloqueio às possibilidades de crescimento econômico. A comparação das taxas de crescimento do PIB e do PIB per capita mostram que, se a década de 80 foi, sem sombra de dúvida, uma década perdida do ponto de vista do crescimento econômico, a década de 90 foi uma década desperdiçada, visto que as taxas de crescimento da renda nacional não conseguiram sequer se aproximar das taxas alcançadas nas décadas de 60 e 70 (Tabela 5). A depressão e a estagnação

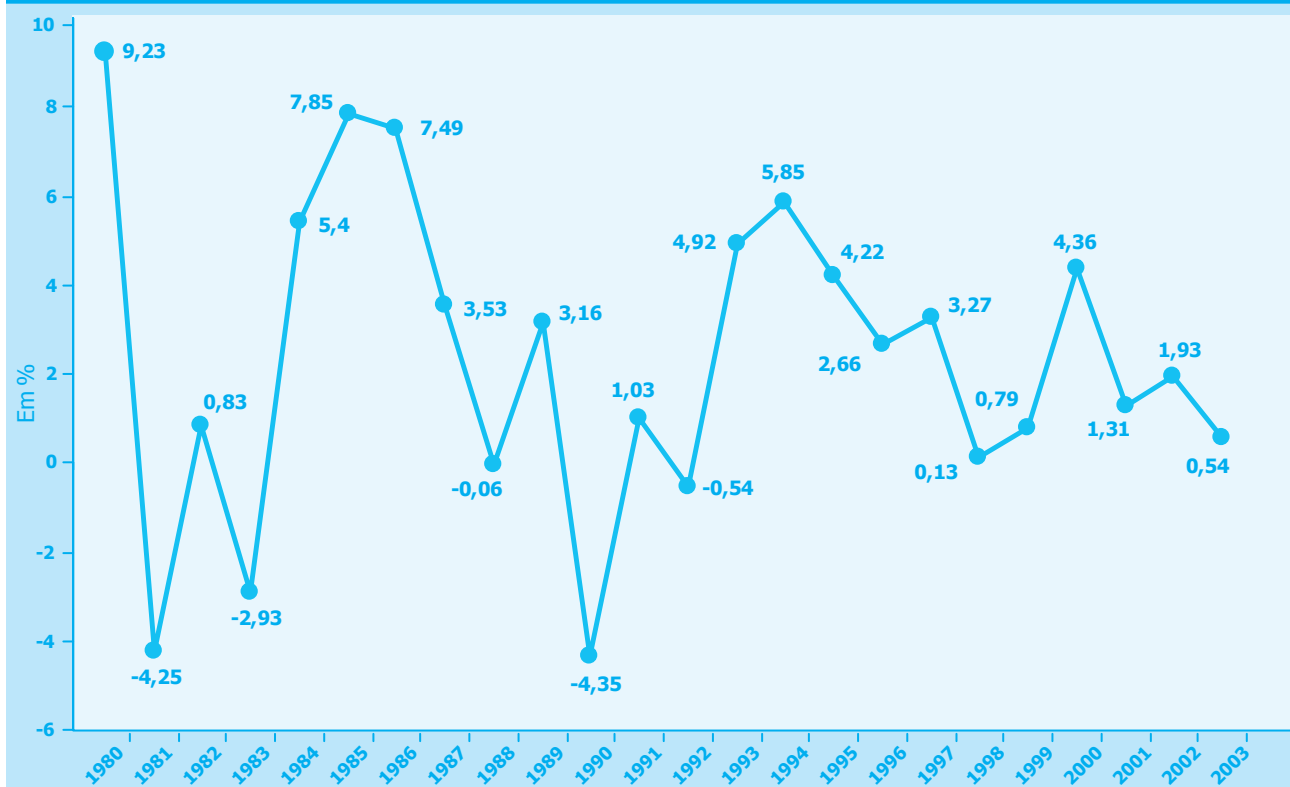
econômicas que marcaram a economia brasileira nas décadas de 80 e 90, respectivamente – fato comprovado pelo sistemático decréscimo das taxas de variação anual real do PIB nessas duas décadas, de acordo com a Figura 2 – têm se traduzido em um avanço ciclópico da desigualdade e da desestruturação social. As impossibilidades do crescimento econômico brasileiro atestam o caráter parasitário da hegemonia do capital financeiro permitida pela implementação das políticas neoliberais. A desmontagem dessa armadilha criada pela política macroeconômica neoliberal deve ser um dos pilares centrais em qualquer programa de ruptura clara e irrestrita com o neoliberalismo.

Tabela 5
Taxas médias de crescimento: Brasil, 1960-1990 (%)

Período	PIB	População	PIB per capita
Década de 60	6,17	2,89	3,19
Década de 70	8,63	2,44	6,04
Década de 80	1,57	2,21	-0,63
Década de 90	2,65	1,43	1,20

Fonte: FGV e IBGE

Figura 2
Taxa de variação real anual do PIB do Brasil 1980-2003



Fonte: Banco Central do Brasil

Referências

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BOITO JR., A. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: UNESP; IE-UNICAMP, 2002.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. Introdução geral. In: CHESNAIS, F. (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, F. (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. "A Nova Economia": uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.
- DRUCK, M. *Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica – Um Estudo do Complexo Petroquímico*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. II (Coleção Os Economistas).
- OLIVEIRA, F. À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999. ■



Livre mercado de energia elétrica no Brasil: reflexos do novo modelo setorial

Ivana Maria Oliveira Maciel*
Lauclides Damasceno Almeida**

Este artigo tem por objetivo discutir a situação do livre mercado de energia elétrica no Brasil, após o advento da nova regulamentação do setor elétrico, editada em 2004, procurando avaliar os riscos e oportunidades para os agentes envolvidos. Além dos aspectos regulatórios relacionados com o tema, são apresentados os efeitos da redução de mercado dos distribuidores, em especial o impacto sobre o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, as perspectivas de crescimento de mercado para os agentes comercializadores e as possibilidades efetivas dos consumidores finais, segundo seu porte, da escolha do fornecedor de energia elétrica.

Antecedentes

A reestruturação do setor elétrico, em âmbito internacional, foi baseada na destituição do modelo de monopólio público verticalizado, o qual tinha funcionado adequadamente até a década de 70, quando algumas mudanças no contexto econômico, como déficits fiscais, instabilidade do sistema financeiro, choques do petróleo etc., afetaram negativamente o setor de infra-estrutura. Algumas inovações tecnológicas, pressões ambientalistas e o questionamento da sociedade em relação às ineficiências do setor também contribuíram para a contestação desse modelo.

Surgiram, assim, novas orientações de funcionamento, para os setores de infra-estrutura, baseadas na garantia do livre acesso aos sistemas de transporte e de transmissão (dutos, cabos, linhas e fios) e na constituição de amplos mercados atacadistas. Especificamente no setor elétrico, as novas tecnologias – turbinas a gás, ciclo combinado e sistemas de informação – fornecem condições técnicas e econômicas para a introdução da concorrência no mercado de geração de eletricidade.

A reforma brasileira implementou-se a partir de meados da década de 90, tendo como premissas a inserção da competição no setor e a atuação de um Estado regula-

dor. Para tanto, a Constituição de 1988 foi modificada e estabeleceram-se leis que permitiram a implantação do modelo. Foram separados os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização e criados novos setores: o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), o MAE (Mercado Atacadista de Energia), a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética).

O direito de acesso às linhas de transmissão foi definido por meio da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Com ela, incorporou-se à legislação do setor elétrico a figura do consumidor livre, que passou a ter liberdade para comprar energia elétrica de quem oferecesse os melhores preços e condições de fornecimento, independentemente de estar conectado à rede de distribuição desta ou daquela concessionária.

A concepção da reforma, entretanto, foi criticada por não respeitar características técnicas e institucionais do país e, também, pelo processo desastroso de execução, que resultou no racionamento de energia entre junho de 2001 e fevereiro de 2002 (TOLMASQUIM, 2002, p. 82).

Em 2004, através da Lei nº 10.848, foram introduzidas modificações no arcabouço regulatório do setor elétrico para incorporar uma mudança filosófica – a prevalência da natureza de serviço público para o segmento de produção de energia elétrica, em detrimento da livre negociação entre geradores e distribuidores – constituindo o ambiente de contratação regulada para atendimento aos consumidores cativos. O mercado livre, entretanto, continua existindo.

* Economista da Coelba, mestranda em Regulação da Indústria de Energia pela Unifacs.

** Engenheiro Eletricista da Coelba, mestrando em Regulação da Indústria de Energia pela Unifacs.

Situação do livre mercado de energia elétrica no Brasil

Os consumidores livres representam uma das faces mais visíveis da competição no setor elétrico. Ao introduzi-los, a Lei 9.074/95 permitiu que tais consumidores pudessem responder aos sinais econômicos, necessários não somente à indução de investimentos eficientes no longo prazo como, também, para tornar possível o uso mais racional dos recursos no setor. A liberalização do mercado foi consubstanciada nos seus artigos 15 e 16, transcritos abaixo:

[...] Art. 15. Respeitados os contratos de fornecimento vigentes, a prorrogação das atuais e as novas concessões serão feitas sem exclusividade de fornecimento de energia elétrica a consumidores com carga igual ou maior que 10.000 kW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV, que podem optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com produtor independente de energia.

§ 1º Decorridos cinco anos da publicação desta Lei, os consumidores referidos neste artigo poderão estender sua opção de compra a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do sistema interligado.

§ 2º Decorridos cinco anos da publicação desta Lei, os consumidores com carga igual ou superior a 3.000 kW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV, poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do mesmo sistema interligado.

§ 3º Após oito anos da publicação desta Lei, o poder concedente poderá diminuir os limites de carga e tensão estabelecidos neste e no artigo 16.

Art. 16. É de livre escolha dos novos consumidores, cuja carga seja igual ou maior que 3.000 kW, atendidos em qualquer tensão, o fornecedor com quem contratará sua compra de energia elétrica [...].

Portanto, são considerados consumidores potencialmente livres aqueles com demanda de potência maior ou igual a 3.000 kW, atendidos em tensão de 69 kV ou superior, se conectados à rede elétrica antes de 8 de julho de 95. Os consumidores conectados a partir dessa data são potencialmente livres caso tenham demanda igual ou superior a 3.000 kW, independentemente da tensão de conexão. A denominação consumidor livre aplica-se apenas aos consumidores que tiverem efetivamente exercido a opção de compra livre de energia nas condições previstas em Lei.

A comercialização de energia elétrica no Brasil é relativamente recente e começou a engatinhar apenas em novembro de 1999, com cerca de 100 MW médios adquiridos pelo primeiro consumidor livre do país. O primeiro milhar de MW médios foi alcançado só por volta

de março de 2003, enquanto o segundo milhar já foi atingido no final do mesmo ano.

O reflexo da participação do consumidor livre no mercado brasileiro de energia já é relevante. Desde 1999, indústrias, shopping centers e hospitais, entre outros estabelecimentos, exercem o direito de comprar energia elétrica – insumo básico de suas atividades – do agente que seja capaz de lhes fornecer os melhores preços. Em consequência, de acordo com a ANEEL (2004), em julho de 2004 o Brasil possuía 408 consumidores livres, totalizando um consumo de 6.000 MW médios (cerca de 15% da carga total).

O novo modelo do setor elétrico e o livre mercado

As modificações introduzidas no setor elétrico, pela Lei nº 10.848/04, estabelecem um ambiente de contratação livre, no qual serão realizadas as transações de compra e venda para os consumidores livres. Esse ambiente se assemelha ao do Mercado Atacadista de Energia (MAE), exceto no que se refere à interface entre os dois mercados, o regulado e o livre. Esses dois ambientes de contratação serão administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que sucedeu ao MAE. O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica no Brasil, dedica o seu capítulo 3 para tratar do ambiente de contratação livre. Nesse capítulo são apresentadas as regras gerais para o tratamento das relações entre os consumidores potencialmente livres e as distribuidoras.

Dentre as questões tratadas está a declaração do consumidor potencialmente livre que optar por comprar energia de outro fornecedor: o exercício dessa opção deverá ser informado à distribuidora até quinze dias antes das declarações de suas necessidades de energia para o Leilão "A-1" – ano anterior ao ano-base, de início de suprimento da energia elétrica adquirida pelos distribuidores. A aquisição de energia de outro fornecedor poderá ser iniciada somente a partir de janeiro do ano subsequente ao da declaração, e o consumidor potencialmente livre poderá contratar uma parte ou a totalidade de sua carga.

É ainda estabelecido que se um consumidor livre optar por voltar a adquirir energia da distribuidora local deverá formalizar essa decisão com cinco anos de antecedência do início do fornecimento. A distribuidora poderá atendê-lo em prazo inferior, a seu exclusivo critério.

No capítulo 3 do Decreto também são tratadas as especificidades da comercialização de energia no ambiente de contratação livre para os agentes vendedores sob controle federal, estadual e municipal, os quais deverão sempre observar os princípios da transparência, publicidade e igualdade de acesso a todos os interessados.

Impactos no mercado das distribuidoras

Um impacto fundamental refere-se às implicações da redução de mercado das distribuidoras, principalmente em função da fatia de mercado com demanda maior ou igual a 3 MW, atendida em tensões inferiores a 69 kV.

O Decreto nº 5.163/04, na sua versão original, admitia a possibilidade de migração para o ambiente livre dos consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW, atendidos em qualquer nível de tensão. O inciso XI, § 2º do artigo 1º da versão original do referido Decreto,

iriam ser modificados decorridos oito anos, mas essa decisão não foi tomada. Portanto, segundo a ótica da ABRADDEE, não havia liberação explícita, exceto para os consumidores ligados a partir de julho de 1995.

Para avaliar os diferentes impactos do mercado livre nas empresas distribuidoras, a ABRADDEE, com base na Lei 9.074/95, levantou dados do mercado dos consumidores atendidos em alta tensão, de 13 concessionárias, relativos a 2003, separando-os em livres, cativos e elegíveis (que podem ser livres), conforme mostra a Tabela 1.

Observa-se que o impacto nas empresas é diferenciado, compreendendo desde a empresa L, que tem 100% do seu mercado ainda cativo e 5,8% elegível, até a empresa A, com a possibilidade de perda de 50,3% de seu mercado.

A possibilidade de perda de uma significativa parcela do mercado envolvia algumas questões importantes para as distribuidoras:

Tabela 1
Brasil: Mercado Cativo x Mercado Livre

Empresa	Mercado Cativo (%)	Mercado Livre (%)	Mercado Elegível (%)				Mercado Livre + Elegível (%)
			3 a 5 MW	5 a 10 MW	> 10 MW	Total	
A	86,2	13,8	2,1	3,4	31,0	36,5	50,3
B	94,2	5,8	4,4	4,3	6,3	15,0	20,8
C	89,4	10,6	2,1	1,9	6,8	10,8	21,4
D	85,1	14,9	3,8	3,5	7,9	15,2	30,1
E	78,4	21,6	4,7	6,1	11,4	22,2	43,8
F	91,9	8,1	1,5	2,8	2,2	6,5	14,6
G	81,3	18,7	0,7	0,0	9,4	10,1	28,8
H	95,9	4,1	3,6	4,9	0,7	9,2	13,3
I	90,9	9,1	2,7	8,2	5,6	16,5	25,6
J	98,3	1,7	0,1	4,6	1,3	6,0	7,7
K	94,1	5,9	0,0	1,8	0,7	2,5	8,4
L	100,0	0,0	0,7	1,7	3,4	5,8	5,8
M	94,9	5,1	2,5	11,5	14,4	28,4	33,5
TOTAL	89,3	10,7	2,8	3,7	11,7	18,2	28,9

Fonte: ABRADDEE, 2004

dava a entender que todos os consumidores, ligados em qualquer tensão, poderiam ser considerados potencialmente livres. Porém, no entendimento da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADDEE), isto só seria permitido caso estivessem enquadrados nas condições citadas nos artigos 15 e 16 da Lei 9.074/95. O texto legal estabelece que a carga deve ser igual ou superior a 3 MW e, a tensão, igual ou superior a 69 kV. Pela referida lei, tais limites pode-

- o risco de aumento da migração para o mercado livre por conta do realinhamento tarifário, em pleno andamento, estimulando os consumidores potencialmente livres a buscarem outro fornecedor. Iniciado em 2003, e dividido, de início, em quatro etapas, esse procedimento de eliminação de subsídios cruzados acabou estendido, de maneira que, na hipótese de redução de mercado das distribuidoras, haveria transferência desse ônus para os consumidores cativos, compro-

metendo a modicidade tarifária almejada pelo novo modelo;

o equilíbrio econômico-financeiro da concessão não estaria garantido, pois no processo de revisão tarifária não foi considerada a redução de receita por migração de consumidores no cálculo da rentabilidade esperada. Com a ausência de sincronismo entre a compra de energia elétrica, por parte das concessionárias, e as descontrações, por parte dos consumidores, estaria criada uma lacuna, ou “bolha” financeira para as empresas;

- a possibilidade de expurgar, da avaliação do erro de previsão de mercado da distribuidora, o montante de energia do consumidor que optou em ser livre reduziria o impacto negativo das penalidades estabelecidas para o desvio, porém não resolveria o desequilíbrio na remuneração prevista.

Essas questões acabaram provocando a revisão da regulamentação: foi editado o Decreto nº 5.249, de 20 de outubro de 2004, estabelecendo que “consumidor potencialmente livre é aquele que, a despeito de cumprir as condições previstas no art. 15, da Lei nº 9.074, de 1995, é atendido de forma regulada”.

Como o art. 15 trata dos consumidores ligados antes do advento da Lei 9.074/95, essa nova redação restringe explicitamente a possibilidade de migração para apenas os consumidores atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV, atenuando os reflexos negativos para os distribuidores.

A visão dos comercializadores

Há um certo consenso entre os agentes comercializadores de que a nova regulamentação proporcionou um avanço para a consolidação e ampliação do mercado livre. Não obstante terem sido fechadas as portas para uma fatia dos consumidores ligados em tensões menores que 69 kV, o saldo se mostra mais que positivo, pois a legislação reconheceu e manteve a livre contratação.

O mercado livre no Brasil ainda tem uma história curta e muitos dirigentes de empresas desconheciam os ganhos que podiam conquistar através de economias nas faturas de energia elétrica. Quando ficou claro que a comercialização contribui em larga escala para o aumento da competitividade, as indústrias começaram a buscar o apoio de comercializadores para fechar contratos no

mercado livre. Na conjuntura atual, os comercializadores avaliam que os grandes consumidores podem chegar a ter uma economia de 20% a 40% (FRANCELINO, 2004, p.189) nos gastos com energia elétrica, optando pela migração para o mercado livre.

Para os agentes de comercialização existe ainda um outro nicho a ser explorado: pelas novas regras, os consumidores ou grupo de consumidores com demanda entre 500 kW e 3 MW poderão comprar energia no ambiente livre, desde que proveniente de fontes renováveis. Apesar de relativamente caras, essas fontes podem ser viáveis para quem consome muito no horário de pico do sistema elétrico. Além disso, a Resolução Normativa 077 da ANEEL, de agosto de 2004, estabelece um desconto de 50% nas tarifas de uso do sistema de distribuição para consumidores de energia de fontes renováveis, o que reduz ainda mais o custo final.

A situação dos consumidores

Faz-se necessário separar os grandes consumidores dos pequenos. Os grandes consumidores aqui considerados são aqueles em que o insumo energia elétrica tem grande impacto na estrutura de custos, justificando os esforços para exercer sua liberdade de escolha de fornecedor de energia elétrica ou procurar novas opções, tais como a autoprodução, a mudança de combustíveis ou negociar suprimento favorável com produtores independentes. Na conjuntura atual, como vimos anteriormente, os grandes consumidores podem chegar a ter uma economia significativa nos gastos com energia elétrica, optando pela migração. No entanto, essa oportunidade embute um risco: daqui a cinco anos, se a oferta de energia se aproximar da demanda, os preços tendem a subir, fazendo com que os consumidores livres paguem mais caro do que se tivessem sendo atendidos de forma cativa. E, para voltar a ser consumidor cativo, o aviso à distribuidora deve ser feito com cinco anos de antecedência.

Os consumidores menores, tipicamente residências e pequenos e médios estabelecimentos comerciais e industriais, têm pouca margem de manobra ou condições efetivas para exercitar a opção de escolha de fornecedor. A alta relação custo/benefício da introdução de medidores digitais para esses consumidores, e as baixas margens de rentabilidade esperada, fazem com que o ritmo de liberalização desse segmento seja mais lento do que o de grandes consumidores. Desta forma, na

prática, os pequenos consumidores deverão permanecer cativos das distribuidoras em suas respectivas áreas de atuação.

Considerações finais

Pelo exposto, as últimas alterações no setor elétrico brasileiro não afetam a existência do mercado livre, embora sejam criadas algumas restrições ao seu crescimento. Os obstáculos, entretanto, são conjunturais e têm por objetivo manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos das distribuidoras até que cessem os compromissos acordados por todos os agentes ao final do período de racionamento.

Assim, avaliados os reflexos da nova regulamentação sobre o livre mercado de energia elétrica no Brasil, podemos traçar alguns cenários para as ações dos principais agentes setoriais.

Considerando a hipótese de uma redução substancial do seu mercado de venda de energia elétrica, as distribuidoras devem perseguir o correto dimensionamento das suas tarifas de uso do sistema de distribuição, de modo que reflitam seus custos reais e as receitas provenientes garantam remuneração atrativa aos investidores. Isso não invalida a procura de soluções criativas para a fidelização dos consumidores potencialmente livres.

Os comercializadores, por seu lado, irão pressionar, através de suas entidades representativas, para a revisão do § 3º do art. 15, da Lei 9.074/95, de modo a ampliar a fatia de mercado potencialmente livre. Além disso, deverão otimizar os seus portfólios de serviços para conviver num ambiente de competição acirrada.

Na busca incessante da competitividade, principalmente pela inserção cada vez maior do país no comércio internacional, os grandes consumidores estarão atentos às melhores opções de atendimento às suas necessidades energéticas, não apenas circunscritas ao mercado livre, mas também avaliando as possibilidades de auto-

produção, incluindo a co-geração a gás natural como alternativa cada vez mais factível, dadas as perspectivas de expansão da malha de gasodutos, conforme políticas públicas em estruturação.

Tendo em vista que o processo de migração dos pequenos consumidores para o mercado livre será muito lento, restará a esse segmento a ação firme do regulador para a busca da modicidade tarifária e da adequada qualidade do serviço.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA. *Dados de mercado livre e cativo*. Disponível em: <<http://www.abradee.com.br>>. Acesso em: 26 jun. 2004.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Resolução Normativa n.º 077, de 19 de agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/bren2004077.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2004.

_____. *7 anos: principais realizações e desafios*. Brasília: ANEEL, 2004.

BRASIL. Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em: 10 jan. 2004.

BRASIL. Decreto n.º 5.249, de 20 de outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em: 10 jan. 2004.

BRASIL. Lei 10.848, de 15 de março de 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em: 10 jan. 2004.

BRASIL. Lei 9.074, de 7 de julho de 1995. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em: 10 jan. 2004.

FRANCELINO, R. C. Livres de toda tensão. *Brasil Energia*, Rio de Janeiro, n. 287, p. 188-194, out. 2004.

ROSA, L. P.; SAUER, I. L.; D'ARAÚJO, R. P.; CARVALHO, J. F. *A reconstrução do setor elétrico no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TOLMASQUIM, M.; OLIVEIRA, R.; CAMPOS, A. *As empresas do setor elétrico brasileiro – estratégias e performance*. Rio de Janeiro: Cenergia, 2002. ■

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos irão gerar cerca de 66 mil empregos

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2005-2009, totalizaram um volume da ordem de R\$ 19 bilhões agregando 278 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Os empreendimentos industriais irão gerar cerca de 65.838 postos de trabalho, sendo que o eixo Metropolitano (43%) e o Grande Recôncavo (26%) concentram cerca de 69% destes. Os demais eixos são responsáveis por 31% dos empregos, destacando-se os eixos Extremos Sul (10%) e Mata Atlântica (5,6%), que juntos agregam 10.223 novos postos.

Analisando os investimentos enquanto complexo de atividade econômica verifica-se que 81% encontra-se alocado nos complexos Madeireiro (46%), Transformação Petroquímica (18%) e Químico-Petroquímico, representando um volume de R\$ 15,3 bilhões em 115 projetos (41%). Os demais complexos agregam um volume na ordem de R\$ 3,1 bilhões alocados em 163 projetos.

No que tange à localização dos investimentos, indicado pelos eixos de desenvolvimento, os eixos Metropolitano (52%) e Extremo Sul (35%) concentram 87% destes, correspondendo a um volume de R\$ 16,5 bilhões em 167 projetos. Os demais agregam um volume de investimentos de cerca de R\$ 2,5 bilhões, representando 13% do total de investimentos e 40% dos projetos, com destaque para o eixo Grande Recôncavo que detém 8% dos investimentos em 51 projetos.

Em relação à situação, 69,1% estão em implantações de novas unidades industriais, representando um volume na ordem de R\$ 13,1 bilhões e 232 projetos. Enquanto

Tabela 01
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade
2005 - 2009

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº. Projeto
Agroalimentar	509.608	39
Atividade mineral e beneficiamento	347.585	14
Calçados/Têxtil/Confecções	1.282.884	41
Complexo madeireiro	8.643.272	13
Eletroeletrônico	392.792	28
Metal-mecânico	571.803	29
Químico-petroquímico	3.164.631	58
Reciclagem	4.628	3
Transformação petroquímica	3.482.734	44
Outros	552.192	9
Total	18.952.129	278

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/04/05.

Tabela 02
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento
2005 - 2009

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº. Projetos
Baixo Médio São Francisco	12.041	3
Chapada Norte	60.599	8
Chapada Sul	15.018	3
Extremo Sul	6.680.409	8
Grande Recôncavo	1.604.415	51
Mata Atlântica	236.139	19
Metropolitano	9.772.751	159
Nordeste	24.187	3
Oeste do São Francisco	313.000	4
Planalto Central	135.000	1
Planalto Sudoeste	91.880	16
A Definir	6.690	3
Total	18.952.129	278

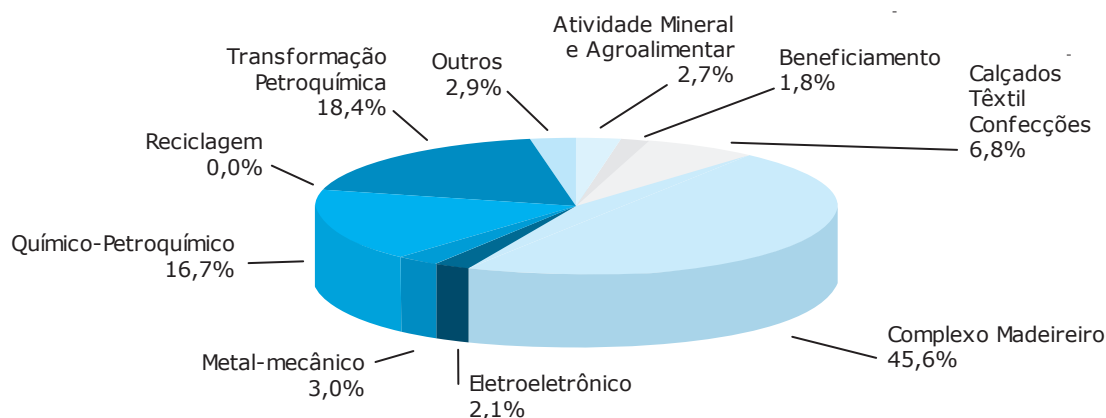
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/04/05.

Investimentos industriais previstos para a Bahia - 2005/2009

Participação por complexo de atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

que 30,9% estão alocados em ampliações e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 5,9 bilhões e 46 projetos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os

incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2005, encontra-se a Moliza Revestimentos Cerâmicos Ltda, Bahia Embalagens Ltda, Nansen S/A Instrumentos de Precisão, Poliaminas da Bahia Ltda e a Braskem.

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clique**

Através do site da SEI você fica por dentro
das mais relevantes informações
socioeconômicas e geoambientais do Estado.
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.
Navegue e conheça a Bahia de perto.
Um canal de comunicação aberto para você.

Região de Sobradinho receberá R\$ 3,2 milhões em investimentos

O município de Sobradinho (Baixo-Médio São Francisco, a 560 quilômetros de Salvador) receberá dois projetos industriais que vão gerar pelo menos 100 empregos diretos, com o investimento de R\$ 3,2 milhões. Os protocolos de intenções envolvendo a Lycos Indústria, Comércio e Acabamento Ltda. e a Indústria de Laticínios Boa Esperança Ltda., foram assinados pelo secretário da Indústria, Comércio e Mineração, José Luiz Pérez Garrido.

A Lycos, fabricante de coberturas de telas de polipropileno para uvas sem semente, está transferindo a sua planta de Petrolina (PE) para a Bahia. Vai oferecer 50 empregos diretos, com investimento de R\$ 1 milhão, e, conforme revelou o seu diretor, Henrique Mizushima, terá capacidade para processar 500 mil metros quadrados de telas em polipropileno por mês. A empresa já está em fase de negociação de outro projeto, para a fabricação de lonas de polietileno, com previsão de empregar mais 50 pessoas.

A Boa Esperança, adiantou o diretor Aroldo de Araújo Souza, também abrirá 50 postos de trabalho, investindo cerca de R\$ 2,2 milhões para fabricar todos os tipos de laticínios. A capacidade inicial instalada é de 10 mil litros de leite diários, com possibilidade de ampliar a produção a partir do aumento do fornecimento de matéria-prima. A instalação da fábrica proporcionará outras oportunidades de investimento na região, pois a demanda gerada pelo projeto propiciará o surgimento de uma bacia leiteira, segundo prevê Aroldo Souza.

Projetos industriais injetam R\$ 3,2 milhões na região de Sobradinho. Diário oficial 27/04/2005.

Novo porto em Aratu terá investimento de R\$ 200 mi

Um novo investimento em instalações portuárias pode transformar a baía de Todos os Santos em um dos centros de logística de grãos e outros insumos do país. O C. Port, Porto de Cotegipe, vai ser inaugurado em junho, com um investimento de 200 milhões de reais, em uma área de 300 mil metros quadrados dentro do complexo industrial Dias Branco, em Aratu.

Antes mesmo de entrar em operação, o novo porto já aqueceu a economia local, gerando duzentos empre-

gos diretos e indiretos, que devem ultrapassar quatro mil quando todo o empreendimento estiver em funcionamento. O complexo Dias Branco será formado pelo Grande Moinho Aratu, pela fábrica de massas e biscoitos, pelo porto e por uma central de distribuição, sendo que os três últimos serão inaugurados em 2005. O C.Port, parceira entre os grupos TPC- operador logístico e M. Dias Branco, será capaz de atender à demanda do moinho, prevista para mais de 600 mil toneladas de trigo ao ano e ainda atender terceiros, com o transporte e armazenamento de grãos, provenientes principalmente do oeste baiano, com flexibilidade nas negociações e mão-de-obra própria, o que deve evitar problemas nas operações portuárias e ainda reduzir os custos.

Novo porto em Aratu terá investimento de R\$ 200 mi. Tribuna da Bahia, 15/04/2005.

Indicadores

Em fevereiro, foram gerados 3.112 novos postos de trabalho na Bahia

As lavouras agrícolas, entre elas a do feijão, geraram mais oportunidades em fevereiro, com 1.126 vagas. O interior continua impulsionando a criação de novas vagas de trabalho na Bahia. No mês de fevereiro, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram gerados 3.112 novos postos de trabalho com carteira assinada. Destes, 68,7% do total, ou 2.138 vagas foram criadas em cidades interioranas. A região metropolitana de Salvador (RMS) participou com 974, ou 31,3%.

Nos últimos 12 meses, a Bahia gerou 48.884 postos com carteira assinada, resultado de 413.747 admissões e 364.863 desligamentos. Os municípios do interior foram responsáveis por 27.455 vagas, ou 56,2% dos postos gerados, enquanto que na região metropolitana foram criados 21.429 novos empregos, o que corresponde a 43,8%.

O setor agropecuário foi o que mais gerou oportunidades em fevereiro, com 1.126 vagas, sendo que o saldo positivo é resultado de demandas em lavouras tradicionalmente intensivas em mão-de-obra, como a cebola em Juazeiro, oeste e Chapada Diamantina, e cenoura e feijão em Irecê. Em seguida, estão os Serviços, com

1.111 empregos, e que foi impulsionado, sobretudo, pelo segmento de ensino. Também apresentaram elevação a Indústria de Transformação, com 789 vagas, e o Comércio, com 717. Por outro lado, a construção civil (-640), a administração pública (-24) e a indústria extrativa mineral (-19) eliminaram vagas.

Entre os municípios baianos com mais de 50 mil habitantes, Salvador e Simões Filho tiveram, em fevereiro, os saldos de emprego mais significativos, respectivamente, de 837 e 636 postos. Juazeiro também gerou 636 vagas e foi o destaque fora da região metropolitana. Já Porto Seguro (-293) e Lauro de Freitas (-226) tiveram as maiores retrações.

Bahia lidera na geração de empregos no NE. Correio da Bahia, 07/04/2005.

Ação Governamental

Programa do governo estimula aumento de produção do sisal

Maior pólo produtor de sisal do mundo, com 2 mil toneladas de fibra/mês, o município de Campo Formoso, no norte do estado, ganhou a oportunidade de também se destacar em qualidade na produção. O governador Paulo Souto lançou, em visita ao município, o Programa Nossa Fibra, que estima o aumento da produtividade entre 25% e 30%, beneficiando 50 municípios da região sisaleira da Bahia. A meta é atender 5 mil pequenos produtores.

O governo estadual vai investir R\$ 8 milhões para proporcionar, sobretudo, aos pequenos produtores de sisal acesso à capacitação, mudas geneticamente melhoradas, financiamento de máquinas e novas técnicas de manejo e beneficiamento do solo. A iniciativa ainda prevê a parceria de agentes financeiros (bancos do Brasil, Nordeste e Desenhahia), assegurando linhas de crédito que somam mais R\$ 5 milhões a serem investidos no programa.

Uma das ações previstas, conforme explicou o presidente da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA), Joaquim Santana, é o financiamento de máquinas modernas que permitam a substituição dos antigos motores, que costumam mutilar operadores no processo de desfibramento do sisal. Ele também informou que cada produtor vai receber do governo estadual um kit

básico de benefícios do programa que permita o desenvolvimento de uma produção padrão, com assistência técnica, em até 5 hectares. A meta do estado é promover a recuperação de 35 mil hectares de sisal, gerando cerca de 3 mil novos postos de trabalho na zona rural, além de aumentar a renda do produtor e o valor competitivo da fibra baiana no mercado.

Programa Nossa Fibra aumentará produção do sisal no semi-árido. Diário oficial 07/04/2005.

Novas viaturas trazem mais segurança à população baiana

O governador Paulo Souto entregou mais 19 viaturas que vão contribuir para o combate à criminalidade. Dessa vez serão beneficiados 15 municípios do extremo sul do estado. A solenidade de entrega aconteceu no município de Eunápolis, a 633 quilômetros de Salvador. Essa ação faz parte do esforço empreendido pelo Governo do Estado para reequipar a polícia e reforçar o efetivo policial e, assim, garantir bons resultados no combate à criminalidade na Bahia.

São 16 viaturas do modelo Meriva para a PM e três do modelo Gol para a Polícia Civil. Com mais esse lote, 276 municípios terão recebido novas viaturas policiais. Este ano mais de 700 veículos foram adquiridos pelo governo baiano para equipar as polícias Civil e Militar, além dos departamentos Estadual de Trânsito (Detran) e de Polícia Técnica (DPT).

De 2003 para cá, o Estado adquiriu cerca de 1.100 viaturas, em um investimento de R\$ 46 milhões. Além ao trabalho de reequipamento policial, também estão sendo convocados agentes, delegados, escrivães e praças para reforçar o efetivo tanto para a segurança ostensiva quanto para o a polícia jurídica.

No ano passado, foram convocados 400 novos agentes, 200 delegados e 200 escrivães, que já estão trabalhando no interior do estado. Este ano, a capital e a região metropolitana vão receber o reforço de mais 445 agentes e 245 escrivães, que já estão em fase final de exames médicos e avaliação física para iniciar o curso preparatório na Academia de Polícia Civil (Acadepol). Na PM, o governo também tem investido na contratação de novos praças. Já estão em fase de treinamento na Academia da Polícia Militar da Bahia 1.600 novos policiais, que passarão a reforçar a segurança no estado.

Novas viaturas garantem mais segurança para a população. Diário Oficial, 20/04/2005.

Governo amplia Projeto Policultura

Assegurar uma melhoria direta na qualidade de vida de milhares de famílias de municípios do semi-árido baiano com a geração de renda através de sistemas diversificados de produção. Essa é a principal meta do convênio que garante a ampliação do Projeto Policultura no Semi-Árido – Sistemas Agroflorestais na Caatinga, firmado entre a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp) e o Instituto de Permacultura da Bahia. Segundo o secretário de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, padre Clodoveo Piazza, a permacultura é um exemplo de agricultura equilibrada, que reconstitui o equilíbrio da natureza, potencializando a capacidade da terra de produzir riqueza.

Atualmente, o projeto atende a 700 famílias nos municípios de Umburanas, Ouro-lândia e Cafarnaum, com o cultivo diversificado de produtos, desenvolvimento de práticas de captação, armazenamento e otimização do uso da água, uso e revalorização dos produtos típicos da região para consumo do próprio agricultor e desenvolvimento de um modelo prático de administração rural, incentivando o melhor uso de recursos e investimentos.

Com o convênio, o projeto será ampliado para beneficiar mais 3 mil famílias de pequenos agricultores, que encontrarão na diversificação da produção novas oportunidades de consumo e de mercado e novas estratégias de comercialização, reduzindo a participação de intermediários e valorizando a produção da agricultura familiar. O projeto prevê uma capacitação intensiva, com a realização de encontros mensais para a discussão de temas como Administração Rural, Diversidade e Consórcio, Alimentação Animal, Policultura, Matéria Orgânica, Alimentação Regional, Apicultura e Sistemas Agroflorestais, dentre outros.

Os beneficiários aprendem a cultivar a terra de forma sustentável, com um pacote tecnológico agrícola apropriado e trabalhando técnicas simples e acessíveis. Dessa forma, é possível estabilizar a produção ao longo dos anos, garantindo a segurança alimentar e um convívio harmônico com o meio ambiente. Iniciativas que garantem o aumento da renda familiar, o combate à desertificação provocada pela monocultura e a melhoria da qualidade de vida de famílias pobres do meio rural.

Projeto de policultura será ampliado. Tribuna da Bahia, 20/04/2005. ■



União

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.411, de 6 de abril de 2005 – Autoriza a integralização de cotas no Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas- FGP, mediante ações representativas de participação acionária da União em sociedades de economia mista disponíveis para venda e dá outras providências.

Decreto nº 5.424, de 19 de abril de 2005 – Dispõe sobre a execução do Vigésimo Segundo Protocolo Adi-

cional ao Acordo de Complementação nº39, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, de 14 de dezembro de 2004.

Decreto nº 5.427, de 19 de abril de 2005 – Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização – PND, das rodovias federais que menciona, e dá outras providências.

Secretaria da Receita Federal

Instruções normativas

Instrução normativa nº 527, de 29 de março de 2005

– Prorroga o prazo para a entrega da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) relativa a evento de extinção, cisão, fusão ou incorporação, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 303, de 21 de fevereiro de 2003.

Instrução normativa nº 528, de 29 de março de 2005

– Altera a Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), e dá outras providências.

Instrução normativa nº 529, de 29 de março de 2005

– Aprova o programa aplicativo para preenchimento da De-

claração Final de Espólio, relativa ao Imposto de Renda de Pessoa Física do exercício 2005, ano-calendário de 2005.

Atos Declaratórios

Ato declaratório executivo nº 27, de 28 de março de 2005 – Divulga a taxa de juros de longo prazo, referente meses de abril, maio e junho de 2005.

Ato declaratório executivo nº 28, de 29 de março de 2005 – Divulga agenda tributária do mês de abril de 2005.

Ato declaratório executivo nº 11 de 1º de abril de 2005 – Autoriza o desembaraço aduaneiro, com suspensão de tributos, de bens objeto de acordo internacional.

Ato declaratório executivo nº 13 de 4 de abril de 2005 – Divulga a cotação média do dólar dos Estados Unidos da América no mês de março do ano-calendário de 2005, para efeito da apuração do ganho de capital na alienação da moeda estrangeira mantida em espécie.

Conselho Nacional de Política Fazendária

Convênio ICMS 7, de 1º de abril de 2005 – Harmoniza e consolida entendimento sobre a composição das despesas aduaneiras que integram a base de cálculo do ICMS importação.

Convênio ICMS 28, de 1º de abril de 2005 – Autoriza os estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins a conceder isenção do ICMS relativo à importação de bens destinados à modernização de Zonas Portuárias do Estado.

Estado

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 9.399 de 14 de abril de 2005 – Homologa a Resolução nº 003/2005 do Conselho Curador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

Decretos Financeiros

Decreto financeiro nº 61 de 11 de abril de 2005

- Abre ao orçamento fiscal crédito suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

Decreto financeiro nº 68 de 14 de abril de 2005

- Re-abre o crédito especial autorizado pela lei nº 9.283, de 19 de novembro de 2004, que fica incorporado ao orçamento do Estado para 2005, forma que indica e dá providências.

Leis

Lei nº 9.440 de 11 de abril de 2005 - Autoriza o poder executivo a celebrar acordos de parcelamento dos débitos, na forma que indica e dá outras providências.

Lei nº 9.444 de 26 de abril de 2005 – Altera a Lei no 7.249, de 07 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, e dá outras providências.

Atos do Legislativo

Projetos de Lei

Projeto de Lei nº 14.496 de 2005 - Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto sobre operações relativas circulação de mercadorias e serviços – ICMS, de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e quaisquer outras inscrições que validem a comercialização de combustível e seus derivados, no âmbito da administração direta, indireta, autarquias e fundações do estado da Bahia e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 14.398 de 2005 - Veda a cobrança, no estado da Bahia, pelas concessionárias de telefonia, das tarifas de assinatura básica e dá outras providências.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 235 de 27 de abril de 2005 - Altera para o exercício de 2005, o orçamento analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências. ■

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Abr/2005						
Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Abr-04	Abr-05	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92 = 100	Jun/94 = 100
Alimentos e bebidas	0,02	0,13	2,15	4,01	342668,2	229,72
Habitação e encargos	2,51	2,25	5,81	11,47	611692,5	489,15
Artigos de residência	-0,67	0,69	2,52	5,77	285382,8	238,52
Vestuário	1,47	0,87	1,32	6,67	306704,8	180,00
Transporte e comunicação	1,04	-0,02	-0,55	10,74	558956,2	604,92
Saúde e cuidados pessoais	0,61	0,85	1,86	9,38	575604,0	306,67
Despesas pessoais	-0,32	-0,24	2,67	5,36	628406,2	360,33
Geral	0,56	0,46	1,99	6,91	439450,3	306,22

Fonte: SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica					
Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Abr/2005					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação cumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	12 meses ³	
Aracaju	137,41	2,87	4,65	-1,54	57,23
Belém	155,37	0,44	3,79	4,70	64,71
Belo Horizonte	167,75	6,53	10,17	9,41	69,86
Brasília	171,47	2,50	1,62	7,59	71,41
Curitiba	171,69	3,23	10,12	9,85	71,50
Florianópolis	166,90	3,19	6,02	16,69	69,51
Fortaleza	134,36	5,45	7,72	-2,09	55,96
Goiânia	158,27	1,14	6,30	8,86	65,17
João Pessoa	133,94	0,86	6,19	-1,85	55,78
Natal	138,72	4,16	5,25	0,09	57,77
Porto Alegre	183,15	4,28	4,81	11,64	76,28
Recife	135,70	3,44	10,33	-1,74	56,52
Rio de Janeiro	170,21	1,91	2,92	10,82	70,89
Salvador	131,57	-0,78	4,55	-4,14	54,80
São Paulo	180,93	2,88	5,07	9,65	75,35
Vitória	165,19	3,72	8,41	12,99	68,80

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2004/ 2005								
Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.851	4.777	-1,5	4.801	4.777	-0,5	50	0
Algodão herbáceo	203.939	255.603	25,3	203.939	255.603	25,3	0	0
Alho	1.045	1.046	0,1	1.045	1.046	0,1	0	0
Amendoim	7.339	5.856	-20,2	7.339	5.856	-20,2	0	0
Arroz total	29.551	37.644	27,4	29.551	37.644	27,4	0	0
Arroz sequeiro	26.511	32.994	24,5	24.977	32.994	32,1	1.534	0
Arroz irrigado	3.040	4.650	53,0	3.040	4.650	53,0	0	0
Batata-inglesa	5.600	5.600	0,0	5.600	5.600	0,0	0	0
Cana-de-açúcar	86.967	86.897	-0,1	86.742	86.742	0,0	225	155
Cebola	6.187	6.187	0,0	6.187	6.187	0,0	0	0
Feijão total	834.870	679.709	-18,6	704.331	597.281	-15,2	130.539	82.428
Feijão 1ª safra	429.856	326.471	-24,1	333.482	244.043	-26,8	96.374	82.428
Sequeiro	299.054	206.055	-31,1	216.482	124.925	-42,3	82.572	81.130
Irrigado	1.440	2.070	43,8	1.440	2.070	43,8	0	0
Caupi	129.362	117.546	-9,1	115.560	117.048	1,3	13.802	498
Feijão 2ª safra	405.014	353.238	-12,8	370.849	353.238	-4,7	34.165	0
Sequeiro	387.483	336.339	-13,2	354.413	336.339	-5,1	33.070	0
Irrigado	10.529	10.279	-2,4	10.529	10.279	-2,4	0	0
Caupi	7.082	6.620	-6,5	5.907	6.620	12,1	1.175	0
Fumo	10.894	10.740	-1,4	10.894	10.740	-1,4	0	0
Mamona	149.623	162.687	8,7	147.698	162.687	10,1	1.925	0
Mandioca	345.220	342.481	-0,8	334.132	342.481	2,5	11.088	0
Milho total	759.648	653.493	-14,0	702.029	625.853	-10,9	57.619	27.640
Milho 1ª safra	470.542	381.858	-18,8	452.808	354.218	-21,8	17.734	27.640
Sequeiro	454.252	372.013	-18,1	436.518	344.373	-21,1	17.734	27.640
Irrigado	16.290	9.845	-39,6	16.290	9.845	-39,6	0	0
Milho 2ª safra	289.106	271.635	-6,0	249.221	271.635	9,0	39.885	0
Sequeiro	288.726	271.260	-6,1	248.841	271.260	9,0	39.885	0
Irrigado	380	375	-1,3	380	375	-1,3	0	0
Soja	821.000	870.000	6,0	821.000	870.000	6,0	0	0
Sorgo granífero	61.475	55.000	-10,5	61.313	55.000	-10,3	162	0
Tomate	4.931	4.548	-7,8	4.931	4.548	-7,8	0	0
Tomate de mesa	4.931	4.548	-7,8	4.931	4.548	-7,8	0	0
Tomate para indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Lavouras permanentes								
Banana	61.148	61.956	1,3	60.100	61.956	3,1	1.048	0
Cacau	544.068	547.525	0,6	533.529	547.525	2,6	10.539	0
Café	148.253	148.506	0,2	147.874	148.061	0,1	379	445
Castanha-de-cajú	19.832	19.832	0,0	19.595	19.595	0,0	237	237
Coco-da-baía	79.303	78.513	-1,0	77.080	78.513	1,9	2.223	0
Dendê	41.579	nd	-	41.579	nd	-	-	-
Guaraná	6.003	5.537	-7,8	5.993	5.537	-7,6	10	0
Laranja	49.023	50.134	2,3	48.810	50.134	2,7	213	0
Mamão	15.560	15.560	0,0	14.389	14.389	0,0	1.171	1.171
Maracujá	8.857	nd	-	8.835	nd	-	22	-
Pimenta-do-reino	1.250	1.250	0,0	1.233	1.233	0,0	17	17
Sisal	223.364	227.024	1,6	217.464	227.024	4,4	5.900	0
Uva	3.407	3.407	0,0	3.407	3.407	0,0	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), abril/2005 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2004 / 2005						
Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2004 ²	2005 ³	Variação(%)	2004 ²	2005 ³	Variação(%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	117.989	117.376	-0,5	24.576	24.571	-0,0
Algodão herbáceo	704.163	871.278	23,7	3.453	3.409	-1,3
Alho	6.667	6.066	-9,0	6.571	5.799	-11,7
Amendoim	12.331	7.342	-40,5	1.680	1.254	-25,4
Arroz total	63.369	91.881	45,0	2.144	2.441	13,9
Arroz sequeiro	50.719	72.551	43,0	1.913	2.199	15,0
Arroz irrigado	12.650	19.330	52,8	4.161	4.157	-0,1
Batata-inglesa	177.000	177.000	0,0	31.607	31.607	0,0
Cana-de-açúcar	5.027.980	5.027.980	0,0	57.965	57.965	0,0
Cebola	131.464	131.464	0,0	21.248	21.248	0,0
Feijão total	330.734	396.525	19,9	474	583	23,1
Feijão 1ª safra	129.778	133.135	2,6	389	546	40,4
Sequeiro	82.129	69.507	-15,4	379	556	46,7
Irigado	3.961	5.520	39,4	2.751	2.667	-3,1
Caupi	43.668	58.018	32,9	378	496	31,2
Feijão 2ª safra	200.956	263.390	31,1	542	746	37,6
Sequeiro	173.428	236.928	36,6	489	704	44,0
Irigado	23.802	22.197	-6,7	2.261	2.159	-4,5
Caupi	3.726	4.265	14,5	631	644	2,1
Fumo	9.730	9.640	-0,9	893	898	0,6
Mamona	114.125	170.196	49,1	773	1.046	35,3
Mandioca	4.156.403	4.335.041	4,3	12.439	12.658	1,8
Milho total	1.610.560	1.359.026	-15,6	2.154	2.080	-3,5
Milho 1ª safra	1.417.674	1.090.406	-23,1	3.131	3.078	-1,7
Sequeiro	1.317.574	1.039.445	-21,1	3.018	3.018	0,0
Irigado	100.100	59.850	-40,2	6.145	5.186	-15,6
Milho 2ª safra	192.886	268.620	39,3	774	989	27,8
Sequeiro	191.690	267.433	39,5	770	986	28,1
Irigado	1.196	1.187	-0,8	3.147	3.165	0,6
Soja	2.364.480	2.505.600	6,0	2.880	2.880	0
Sorgo granífero	109.649	94.248	-14,0	1.788	1.714	-4,1
Tomate	192.216	171.139	-11,0	38.981	37.630	-3,5
Tomate de mesa	192.216	171.139	-11,0	38.981	37.630	-3,5
Tomate para indústria	nd	nd		nd	nd	-
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	844.739	860.317	1,8	14.056	13.886	-1,2
Cacau	134.780	137.942	2,3	253	252	-0,4
Café	129.528	135.814	4,9	876	917	4,7
Castanha-de-cajú	5.479	5.479	0,0	280	280	0,0
Coco-da-baía ⁴	689.912	703.767	2,0	8.948	8.964	0,2
Dendê	171.044	nd	-	4.114	nd	-
Guaraná	2.350	1.916	-18,5	392	346	-11,7
Laranja ⁵	774.003	795.143	2,7	15.857	15.860	0,0
Mamão ⁵	723.239	723.239	0,0	50.263	50.263	0,0
Maracujá ⁴	114.147	nd	-	12.920	nd	-
Pimenta-do-reino	3.074	3.074	0,0	2.493	2.493	0,0
Sisal	187.247	203.091	8,5	861	895	3,9
Uva	85.910	85.910	0,0	25.216	25.216	0,0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), abril/2005 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Fev/2005				%
Classes e Gêneros	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	0,5	4,0	5,7	10,2
Extrativa Mineral	3,2	-5,1	-1,6	1,8
Indústria de Transformação	0,6	4,5	6,1	10,8
Alimentos e Bebidas	0,0	18,4	24,2	11,6
Celulose, papel e produtos de papel	-4,6	2,2	1,3	-3,1
Refino de petróleo e álcool	4,7	-9,4	-7,4	20,7
Produtos químicos	7,8	10,7	14,3	8,0
Borracha e plástico	-9,4	-14,7	1,0	14,4
Minerais não metálicos	-0,2	9,0	9,9	16,6
Metalurgia básica	14,4	6,5	-6,4	1,2
Veículos automotores	nd	74,4	63,3	51,0

Fonte: IBGE. Elaboração: GEAC/SEI / Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Fev/2004 - Fev/2005				%
Períodos	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Fevereiro 2004	3,3	11,6	4,7	0,1
Março	5,2	12,2	7,3	0,8
Abril	-3,5	5,7	6,9	0,5
Maio	1,2	11,7	7,9	0,6
Junho	9,7	22,3	10,2	2,3
Julho	-10,5	5,8	9,6	3,3
Agosto	0,5	7,4	9,3	4,7
Setembro	0,9	4,0	8,7	4,1
Outubro	-0,4	7,4	8,5	4,8
Novembro	3,7	32,4	10,4	8,9
Dezembro	-0,7	12,7	10,6	10,6
Janeiro	-0,8	7,7	7,7	11,4
Fevereiro 2005	0,6	4,5	6,1	10,8

Fonte: IBGE. Elaboração: GEAC/SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe Bahia: Fev/2005				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	-20,5	61,6	32,0	6,4
Residencial	0,0	15,2	9,8	4,9
Industrial ¹	-8,2	14,3	15,5	8,0
Comercial	0,6	13,5	11,4	5,7
Utilidades públicas ²	0,8	7,0	4,7	2,3
Setor público	-1,2	7,0	7,5	3,6
Concessionária	-2,5	5,9	3,9	-2,6
Total	-5,4	14,9	13,4	6,5

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: GEAC/SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação Mensal no Volume de Vendas no Varejo ¹ - Bahia: Fev/2005				%
Classes e Gêneros	No mês ²	Mensal ³	No ano ⁴	12 meses ⁵
Comércio Varejista	-7,8	3,09	7,95	9,34
Combustíveis e Lubrificantes	-27,3	-26,5	-9,2	-1,3
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-3,9	8,3	8,9	9,0
Hipermercados e Supermercados	-0,7	7,6	9,1	10,0
Tecidos, Vestuário e Calçados	2,0	12,7	10,6	6,7
Móveis e Eletrodomésticos	-13,7	48,0	46,7	45,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	4,9	7,1	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	20,5	6,8	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	74,9	37,7	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	9,5	8,0	nd
Veículos, Motos e Peças	-17,2	4,4	17,5	23,6
Material de construção	nd	6,8	6,8	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços / Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 – Set/2003						%
Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45,0	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Mar/2004 - Mar/2005						%
Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³
Março 2004	22,8	4,4	-6,4	33,2	22,2	-0,1
Abril	-11,6	-4,4	-5,9	-11,2	2,8	0,6
Maio	2,5	-2,2	-5,2	4,9	8,5	2,1
Junho	-1,9	-3,6	-4,9	-2,0	10,4	3,4
Julho	1,8	-6,9	-5,2	2,9	7,1	4,0
Agosto	3,2	5,3	-4,0	3,7	20,1	5,9
Setembro	-10,9	-16,3	-5,4	-5,4	6,1	5,9
Outubro	1,9	-11,5	-6,0	4,1	9,8	6,3
Novembro	8,2	6,2	-5,0	-8,0	11,6	6,7
Dezembro	0,3	-14,6	-5,9	18,5	2,6	6,3
Janeiro	-2,5	-6,5	-6,0	-6,4	6,9	6,4
Fevereiro	-9,7	-0,6	-3,8	-12,9	13,6	6,8
Março 2005	10,8	-10,3	-6,1	8,0	-7,9	5,7

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Mar/2005				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios	
Desemprego Total	25,4	24,4	29,5	
Desemprego aberto	14,0	13,0	18,2	
Desemprego oculto	11,4	11,4	11,3	
Participação (PEA/PIA)	60,4	60,6	59,7	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Mar/2005					%
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2004	14,9	14,3	62,4	63,3	
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1	
Março	15,4	14,5	62,0	63,1	
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0	
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0	
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9	
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9	
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0	
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8	
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1	
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9	
Dezembro	14,4	14,2	61,3	62,5	
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8	
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9	
Março	14,0	13,0	60,4	60,6	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Mar/2005

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Participa- ção (PEA/ PIA)	Desem- prego total (DES/ PEA)	
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275
Dezembro	1.698	129,4	1.277	122,1	421	158,1	1.071	117,0	61,3	24,8	3.281
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298

Variação mensal

Mar-05/Fev-05	0,1	-1,0	3,4	0,4	-0,2	3,3
----------------------	------------	-------------	------------	------------	-------------	------------

Variação no ano

Mar-05/Dez-04	-0,8	-1,6	1,7	3,0	-1,5	2,4
----------------------	-------------	-------------	------------	------------	-------------	------------

Variação anual

Mar-05/Mar-04	0,2	1,9	-4,7	7,1	-2,6	-4,9
----------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000

² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Mar/2005

%

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6
Dezembro	8,3	5,0	16,6	31,8	27,0	10,0	1,3
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Crédito e financeiros; Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Mar/2005										%
Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empre- gador	Domés- ticos	Outros ¹
	Total	Assa- lariado priv. com carteira	Assa- lariado priv. sem carteira	Assalariado público	Total	Autô- nomo trab. para público	Autôno- mo trab. para em- presa			
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2
Dezembro	60,3	34,6	12,1	13,6	23,4	19,1	4,3	4,0	10,0	2,3
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Fev/2005							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ¹			Assalariados ²			
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2004	679	366	81,6	782	456	81,9	
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9	
Março	702	361	84,3	803	446	84,1	
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5	
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5	
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9	
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2	
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8	
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9	
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8	
Novembro	655	352	77,1	770	440	79,0	
Dezembro	650	355	76,1	754	442	76,9	
Janeiro 2005	686	370	79,6	790	456	80,0	
Fevereiro	714	391	82,6	812	475	81,9	

Variação mensal

Fev-05/Jan-05	3,7	5,4	3,7	2,4	3,8	2,4
----------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Variação no ano

Fev-05/Dez-04	8,5	8,9	8,5	6,4	6,3	6,4
----------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Variação anual

Fev-05/Fev-04	-0,6	3,7	-0,6	-1,2	1,9	-1,2
----------------------	-------------	------------	-------------	-------------	------------	-------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.² Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Fevereiro - 2005.⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Fev/2005

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2004	255	339	442	705	2.021
Fevereiro	238	327	428	731	2.039
Março	226	318	419	746	2.041
Abril	209	313	397	726	2.008
Maio	219	309	400	697	2.135
Junho	239	321	399	672	2.152
Julho	251	325	408	668	2.081
Agosto	262	337	418	681	2.069
Setembro	274	325	416	685	1.974
Outubro	287	307	403	686	2.034
Novembro	260	299	386	688	2.021
Dezembro	239	317	406	701	2.032
Janeiro 2005	236	338	409	737	2.124
Fevereiro	253	346	434	752	2.110

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Fevereiro de 2005
Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Fev/2005

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2004	633	887	479	618	716	392
Fevereiro	649	985	484	616	735	384
Março	648	956	493	616	738	372
Abril	633	926	481	611	718	378
Maio	628	890	483	615	711	385
Junho	632	865	483	622	707	381
Julho	630	836	498	619	715	358
Agosto	644	891	506	626	726	372
Setembro	641	886	516	622	728	388
Outubro	638	907	517	619	720	392
Novembro	628	848	515	620	711	380
Dezembro	634	821	498	639	715	373
Janeiro 2005	671	908	504	676	754	389
Fevereiro	683	910	508	689	764	396

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Fevereiro de 2005

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Fev/2005

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712
Novembro	101	260	352	700	1.500	260	300	440	808	1.616
Dezembro	101	260	355	700	1.500	260	300	442	811	1.522
Janeiro 2005	120	260	370	711	1.511	260	302	456	847	1.622
Fevereiro	131	260	391	799	1.516	260	303	475	900	1.700

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Fevereiro de 2005

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2004 - Mar/2005

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	52.724	14.686	187	14.648	20.957
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Novembro	1.498	-581	164	2.631	3.268
Dezembro	-5.187	-714	-988	138	-782
2005	14.420	3.584	2.233	1.832	5.257
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abr/04 - Mar/05	55.443	16.752	2.614	14.784	20.392

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Mar/2005

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	23.824	5.238	812	5.829	12.949
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Novembro	4.300	270	-5	1.416	2.642
Dezembro	-702	-73	-244	-104	-111
2005	4.157	762	1.202	609	3.941
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abr/04 - Mar/05	23.670	5.540	2.347	5.876	13.066

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União					
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Fev/2005					
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas		Saldo a realizar (a-b)
			Até o bimestre (b)	% (b/a)	
Receitas Correntes	514.206.446	514.206.446	81.525.560	15,9	432.680.886
Receita Tributária	147.418.884	147.418.884	23.904.567	16,2	123.514.317
Receita de Contribuições	318.753.568	318.753.568	48.033.258	15,1	270.720.310
Receita Patrimonial	13.799.462	13.799.462	2.447.603	17,7	11.351.859
Receita Agropecuária	19.349	19.349	3.045	15,7	16.304
Receita Industrial	676.011	676.011	59.132	8,7	616.879
Receita de Serviços	20.752.799	20.752.799	4.643.645	22,4	16.109.154
Transferências Correntes	475.127	475.127	22.958	4,8	452.169
Outras Receitas Correntes	12.311.246	12.311.246	2.411.352	19,6	9.899.894
Receitas de Capital	156.361.503	156.361.503	19.436.502	12,4	136.925.001
Operações de Crédito ⁽¹⁾	100.804.832	100.804.832	14.047.027	13,9	86.757.805
Alienação de Bens	4.651.596	4.651.596	40.198	0,9	4.611.398
Amortizações de Empréstimos	27.675.693	27.675.693	2.523.944	9,1	25.151.749
Transferências de Capital	69.448	69.448	3.003	4,3	66.445
Outras Receitas de Capital	23.159.934	23.159.934	2.822.330	12,2	20.337.604
Subtotal das Receitas (I)	670.567.949	670.567.949	100.962.062	15,1	569.605.887
Déficit (II)	-	-	-	-	-
Total (I+II)	670.567.949	670.567.949	100.962.062	15,1	569.605.887

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinamento da Dívida Pública.

Demonstrativo das Despesas da União					
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Fev/2005					
(R\$1 000)					
Despesas	Dotação inicial	Dotação atualizada (a)	Despesas liquidadas		Saldo (a-b)
			Até o bimestre (b)	% (b/a)	
Despesas Correntes	528.066.381	528.273.497	70.888.869	13,4	457.384.628
Pessoal e Encargos Sociais	98.109.568	98.109.568	14.826.688	15,1	83.282.880
Juros e Encargos da Dívida	110.834.622	110.834.622	13.391.467	12,1	97.443.155
Outras Despesas Correntes	319.122.191	319.329.307	42.670.714	13,4	276.658.593
Transf.a Estados, DF e Municípios	110.613.736	110.618.456	15.674.515	14,2	94.943.941
Benefícios Previdenciários ⁽²⁾	129.325.081	129.325.081	20.159.477	15,6	109.165.604
Demais Despesas Correntes	79.183.374	79.385.770	6.836.722	8,6	72.549.048
Despesas de Capital	121.390.164	121.631.722	2.805.889	2,3	118.825.833
Investimentos	21.356.743	21.590.301	20.519	0,1	21.569.782
Inversões Financeiras	33.764.265	33.772.265	2.163.932	6,4	31.608.333
Amortização da Dívida ⁽¹⁾	66.269.156	66.269.156	621.438	0,9	65.647.718
Reserva de Contingência	21.618.689	21.618.689	-	-	21.618.689
Subtotal das Despesas (I)	671.075.234	671.523.908	73.694.758	11,0	597.829.150
Superávit (II)	-	-	27.267.304	-	-
Total (I+II)	671.075.234	671.523.908	100.962.062	15,0	597.829.150

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinamento da Dívida Pública

² Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários.

Estado

Balço Orçamentário - Receita							
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Fev/2005							R\$ 1 000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar
			Bim. Jan/Fev	%	No exercício	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
	(a)	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Receitas Correntes	13.382.064	13.382.523	2.192.743	16,39	2.192.743	16,39	11.189.779
Receita Tributária	7.760.919	7.760.919	1.254.730	16,17	1.254.730	16,17	6.506.189
Impostos	7.556.067	7.556.067	1.224.798	16,21	1.224.798	16,21	6.331.269
Taxas	204.852	204.852	29.932	14,61	29.932	14,61	-
Receita de Contribuições	1.133.301	1.133.302	183.742	16,21	183.742	16,21	949.559
Contribuições Sociais	1.133.301	1.133.302	183.742	16,21	183.742	16,21	949.559
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.269	207.269	21.504	10,38	21.504	10,38	185.766
Receitas Imobiliárias	24.962	24.962	634	2,54	634	2,54	24.328
Receitas de Valores Mobiliários	174.026	174.026	20.382	11,71	20.382	11,71	153.644
Receitas de Concessões e Permissões	3.266	3.266	487	14,92	487	14,92	2.779
Outras Receitas Patrimoniais	5.015	5.015	-	-	-	-	5.015
Receita Agropecuária	1.213	1.213	-	-	-	-	1.213
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	1.007	1.007	-	-	-	-	1.007
Outras Receitas Agropecuárias	206	206	-	-	-	-	206
Receita Industrial	94	94	-	-	-	-	94
Receita da Indústria de Transformação	94	94	-	-	-	-	94
Receita de Serviços	72.751	72.751	4.660	6,41	4.660	6,41	68.091
Receita de Serviços	72.751	72.751	4.660	6,41	4.660	6,41	68.091
Transferências Correntes	4.937.920	4.937.920	805.011	16,30	805.011	16,30	4.132.909
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	4.782.853	4.782.853	779.767	16,30	779.767	16,30	4.003.086
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	11.067	11.067	116	1,05	116	1,05	10.951
Transferências de Convênios	144.000	144.000	25.128	17,45	25.128	17,45	118.872
Outras Receitas Correntes	488.408	488.866	127.064	25,99	127.064	25,99	361.802
Multas e Juros de Mora	117.525	117.525	17.865	15,20	17.865	15,20	99.659
Indenizações e Restituições	31.845	31.845	10.822	33,98	10.822	33,98	21.024
Receita da Dívida Ativa	6.600	6.600	1.142	17,31	1.142	17,31	5.458
Receitas Correntes Diversas	332.438	332.896	97.235	29,21	97.235	29,21	235.661
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.219.811)	(1.219.811)	(203.969)	16,72	(203.969)	16,72	(1.015.842)
Receitas de Capital	1.126.855	1.126.855	39.327	3,49	39.327	3,49	1.087.528
Operações de Crédito	799.782	799.782	36.980	4,62	36.980	4,62	762.802
Operações de Crédito Internas	414.645	414.645	9.158	2,21	9.158	2,21	405.487
Operações de Crédito Externas	385.137	385.137	27.823	7,22	27.823	7,22	357.314
Alienação de Bens	145.615	145.615	1.498	1,03	1.498	1,03	144.117
Alienação de Bens Móveis	141.970	141.970	1.456	1,03	1.456	1,03	140.514
Alienação de Bens Imóveis	3.645	3.645	42	1,15	42	1,15	3.603
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	-	-	-	-	3.000
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	3.000	-	-	-	-	3.000
Transferências de Capital	175.008	175.008	849	0,49	849	0,49	174.159
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	72	72	-	-	-	-	72
Transferências do Exterior	160	160	-	-	-	-	160
Transferências de Convênios	174.776	174.776	849	0,49	849	0,49	173.927
Outras Receitas de Capital	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Outras Receitas	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Subtotal das Receitas (I)	14.508.919	14.509.378	2.232.071	15,38	2.232.071	15,38	12.277.307
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	14.508.919	14.509.378	2.232.071	15,38	2.232.071	15,38	12.277.307
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	14.508.919	14.509.378	2.232.071	15,38	2.232.071	15,38	12.277.307
Saldo de Exercícios Anteriores (VI)	-	-	-	-	459	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balço Orçamentário - Despesa								
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Fev/2005								R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Jan/Fev	No exercício	Bim. Jan/Fev	No Exercício	
Despesas Correntes	11.851.823	(2.726)	11.849.098	1.671.747	1.671.747	1.582.434	1.582.434	10.266.664
Pessoal e Encargos Sociais	5.736.607	-	5.736.607	921.157	921.157	909.384	909.384	4.827.223
Juros e Encargos da Dívida	778.269	-	778.269	84.222	84.222	84.122	84.122	694.147
Outras Despesas Correntes	5.336.947	(2.726)	5.334.222	666.367	666.367	588.927	588.927	4.745.294
Despesas de Capital	2.625.596	3.184	2.628.780	223.779	223.779	208.139	208.139	2.420.641
Investimentos	1.544.975	3.184	1.548.159	40.688	40.688	25.050	25.050	1.523.109
Inversões Financeiras	216.460	-	216.460	22.852	22.852	22.850	22.850	193.610
Amortização da Dívida	864.161	-	864.161	160.239	160.239	160.239	160.239	703.922
Reserva de Contingência	31.500	-	31.500	-	-	-	-	31.500
Subtotal das Despesas (VII)	14.508.919	459	14.509.378	1.895.526		1.790.573	1.790.573	12.718.805
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - RREFINANCIAMENTO (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal Com Refinanciamentos (IX) = (VII+VIII)	14.508.919	459	14.509.378	1.895.526	-	1.790.573	1.790.573	12.718.805
Superávit (X)	-	-	-	-	-	-	441.497	-
Total (XI) = (IX+X)	14.508.919	459	14.509.378	1.895.526	-	1.790.573	2.232.071	12.718.805

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2004 - Fev/2005						
Mês	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	484.463	636.043	37.074	30.157	521.538	666.200
Fevereiro	438.218	525.513	45.857	63.017	484.075	588.530
Março	468.157		46.489		514.646	
Abril	699.160		48.642		747.802	
Mai	532.332		54.678		587.009	
Junho	531.331		63.295		594.626	
Julho	554.265		65.912		620.176	
Agosto	577.960		60.630		638.590	
Setembro	567.226		57.974		625.200	
Outubro	649.095		44.657		693.752	
Novembro	513.166		37.186		550.352	
Dezembro	610.156		71.658		681.814	
Total	6.625.528		634.052		7.259.580	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais
Elaboração: SEI.

Arrecadação mensal da Receita Tributária¹ - Bahia: Jan/2004 - Fev/2005

Mês	I C M S		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	542.917	638.615	41.548	30.279	584.465	668.894
Fevereiro	485.828	525.513	50.839	63.017	536.667	588.530
Março	514.224		51.064		565.287	
Abril	756.191		52.609		808.800	
Maio	567.459		58.286		625.745	
Junho	559.194		66.614		625.808	
Julho	576.783		68.589		645.372	
Agosto	593.658		62.277		655.935	
Setembro	579.828		59.262		639.090	
Outubro	660.010		45.408		705.418	
Novembro	517.533		37.502		555.035	
Dezembro	612.176		71.895		684.071	
Total	6.959.586		665.316		7.624.902	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI.

¹ Valores atualizados a preços de janeiro/05 pelo IGP-DI/FGV.**Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2004 - Fev/2005**

Ano e Mês	Receitas											
	FPE*		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO**		Outras ⁽¹⁾		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	-	-	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	-	-	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	-	-	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	-	-	16.187	65.247	32.539 ⁽²⁾	52.678	221.968	814.765
Maio	189.788	850.858	10.070	45.840	-	-	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	-	-	12.557	96.419	6.713 ⁽²⁾	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	-	-	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	-	-	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	-	-	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	21.103	21.103	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515
Novembro	153.985	1.721.653	11.106	110.390	-	21.103	15.410	197.401	9.217	109.685	189.717	2.160.232
Dezembro	190.056	1.911.709	11.312	121.702	-	21.103	14.426	211.827	9.217	118.901	225.011	2.385.243
Janeiro 2005	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	-	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

¹ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579.² Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1773.

* Deduzidos 15% para o FUNDEF.

** Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC 87/96 e complementação.

Município

Balanco Orçamentário¹
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Fev/2005

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			No bimestre (b)	% b/a	Jan-Fev/2005 (c)	% c/a	
RECEITAS CORRENTES	1.590.281	1.590.281	262.973	16,5	262.973	16,5	1.327.308
RECEITA TRIBUTÁRIA	559.548	559.548	113.014	20,2	113.014	20,2	446.534
Impostos	470.000	470.000	92.827	19,8	92.827	19,8	377.173
Taxas	89.548	89.548	20.187	22,5	20.187	22,5	69.361
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	118.300	118.300	13.397	11,3	13.397	11,3	104.903
Contribuições Sociais	83.500	83.500	5.866	7,0	5.866	7,0	77.634
Contribuições Econômicas	34.800	34.800	7.531	21,6	7.531	21,6	27.269
RECEITA PATRIMONIAL	50.602	50.602	3.233	6,4	3.233	6,4	47.369
Receitas Imobiliárias	2.320	2.320	118	5,1	118	5,1	2.202
Receitas de Valores Mobiliários	14.737	14.737	2.547	17,3	2.547	17,3	12.190
Receita de Concessões e Permissões	32.495	32.495	566	1,7	566	1,7	31.929
Outras Receitas Patrimoniais	1.050	1.050	2	0,2	2	0,2	1.048
RECEITA DE SERVIÇOS	15.912	15.912	216	1,4	216	1,4	15.696
Receita de Serviços	15.912	15.912	216	1,4	216	1,4	15.696
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	807.949	807.949	125.624	15,5	125.624	15,5	682.325
Transferências Intergovernamentais	762.507	762.507	122.600	16,1	122.600	16,1	639.907
Transferências de Instituições Privadas	432	432	-	-	-	0,0	432
Transferências de Convênios	45.010	45.010	3.024	6,7	3.024	6,7	41.986
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	110.450	110.450	18.959	17,2	18.959	17,2	91.491
Multas e Juros de Mora	38.540	38.540	4.683	12,2	4.683	12,2	33.857
Indenizações e Restituições	4.310	4.310	546	12,7	546	12,7	3.764
Receita da Dívida Ativa	62.700	62.700	10.741	17,1	10.741	17,1	51.959
Receitas Correntes Diversas	4.900	4.900	2.989	61,0	2.989	61,0	1.911
DEDUÇÃO DA RECEITA P/FUNDEF	(72.480)	(72.480)	(11.470)	15,8	(11.470)	15,8	(61.010)
RECEITAS DE CAPITAL	74.918	74.918	2.865	3,8	2.865	3,8	72.053
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	13.620	13.620	-	-	-	-	13.620
Operações de Crédito Internas	13.620	13.620	-	-	-	-	13.620
ALIENAÇÃO DE BENS	100	100	-	-	-	-	100
Alienação de Bens Móveis	100	100	-	-	-	-	100
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	61.098	61.098	2.865	4,7	2.865	4,7	58.233
Transferências Intergovernamentais	4.293	4.293	-	-	-	-	4.293
Transferências de Convênios	56.805	56.805	2.865	5,0	2.865	5,0	53.940
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	1.665.199	1.665.199	265.838	16,0	265.838	16,0	1.399.361
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (III)=(I+II)	1.665.199	1.665.199	265.838	16,0	265.838	16,0	1.399.361
DÉFICIT(IV)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (V) = (III+IV)	1.665.199	1.665.199	265.838	16,0	265.838	16,0	1.399.361
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: ¹Administração Direta e Indireta da PMS - Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Balço Orçamentário¹									
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: Jan - Fev/2005									R\$ 1000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada c=(a+b)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				No bimestre (d)	Até o bimestre (e)	No bimestre (f)	Até o bimestre (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.436.417	(6)	1.436.411	551.600	551.600	150.715	150.715	10,5	1.285.696
Pessoal e Encargos Sociais	572.365	(180)	572.185	312.148	312.148	80.441	80.441	14,1	491.744
Juros e Encargos da Dívida Interna	77.248	-	77.248	21.390	21.390	11.782	11.782	15,3	65.466
Outras Despesas Correntes	786.804	174	786.978	218.062	218.062	58.492	58.492	7,4	728.486
Despesas de Capital	223.282	6	223.288	27.307	27.307	12.658	12.658	5,7	210.630
Investimentos	146.887	6	146.893	11.492	11.492	3.339	3.339	2,3	143.554
Inversões Financeiras	3.530	-	3.530	1.900	1.900	799	799	22,6	2.731
Amortização da Dívida	72.865	-	72.865	13.915	13.915	8.520	8.520	11,7	64.345
Reserva de Contingência	5.500	-	5.500	-	-	-	-	-	5.500
Subtotal das Despesas (VI)	1.665.199	-	1.665.199	578.907	578.907	163.373	163.373	9,8	1.501.826
Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (VIII)= (VI+VII)	1.665.199	-	1.665.199	578.907	578.907	163.373	163.373	9,8	1.501.826
Superávit (IX)	-	-	-	-	-	102.465	102.465	-	-
Total (X)= (VIII+IX)	1.665.199	-	1.665.199	578.907	578.907	265.838	265.838	9,8	1.501.826

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: ¹Administração Direta e Indireta da PMS - Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Amplie seus conhecimentos sobre a Economia Baiana

SEP 72

PIB da Bahia: 30 Anos em Análise

A mais recente publicação da SEI traz uma retrospectiva sobre o desempenho da economia baiana no período que vai de 1975 a 2004 e faz um resgate da história econômica recente da Bahia apresentando os principais fatos que marcaram a conjuntura econômica do período.



EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA

Rua Mello Moraes Filho, nº 189
Fazenda Grande do Retiro
CEP 40.352-000
Tels.: (71) 3116-2850/2806
Fax: (71) 3116-2902
Salvador-Bahia

E-mail: egba@egba.ba.gov.br

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: cac@sei.ba.gov.br
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

